



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, NATURAIS – CECEN
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA LICENCIATURA**

Thales Antônio Pinheiro Ponçadilha (201589107)

O legado de Alto Alegre: um olhar nos impactos da *Rebelião* na Missão Capuchinha e nas políticas Tenetehara no Maranhão de acordo com os Arquivos da Província Capuchinha de Nossa Senhora do Carmo.

SÃO LUÍS

2019

THALES ANTONIO PINHEIRO PONÇADILHA

O legado de Alto Alegre: um olhar nos impactos da *Rebelião* na Missão Capuchinha e nas políticas Tenetehara no Maranhão de acordo com os Arquivos da Província Capuchinha de Nossa Senhora do Carmo.

Monografia apresentada ao curso de História Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão- UEMA, para obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientadora: Prof.^a, Dr.^a Júlia Constança Pereira Camêlo.

São Luís

2019

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O legado de Alto Alegre: um olhar nos impactos da *Rebelião* na Missão Capuchinha e nas políticas Tenetehara no Maranhão de acordo com os Arquivos da Província Capuchinha de Nossa Senhora do Carmo.

Autor: Thales Antônio Pinheiro Ponçadilha.

Orientadora: Júlia Constança Pereira Camelo

A Banca Examinadora composta pelos membros abaixo aprovou esta Monografia:

Prof^a. Dr^a. Júlia Constança Pereira Camelo.
Instituição: UEMA - Universidade Estadual do Maranhão.

Prof^a. Dr^a. Adriana Maria de Souza Zierer.
**Instituição: UEMA – Universidade
Estadual do Maranhão.**

Prof. Dr. Carlos Alberto Ximendes
Instituição: UEMA - Universidade Estadual do Maranhão.

A Ata de defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no processo de vida acadêmica do aluno.

São Luís/MA, 05 de julho de 2019.

Dedicado à minha família. Aos meus pais Antonio e Nelma. Aos meus irmãos Marcos e Sandro e minha tia Isabel Cristina.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à Deus, que zeloso me manteve firme no cumprimento dessa tarefa, que me manteve firme em momentos de necessidade, que não me deixou desistir e me deu forças para que pudesse seguir meu caminho.

Agradecimento muito especial à minha família, meus pais Antônio e Nelma que estiveram comigo em toda minha vida e dando apoio na minha vida acadêmica. Aos meus irmãos Marcos e Sandro que me deram grande ajuda na minha caminhada. A minha tia Isabel Cristina pelo seu incentivo nessa caminhada.

Aos meus amigos e amigas, presentes em varias situações aflitantes, em momentos de aprendizagem, discussões e momentos divertidos. Em especial aos meus amigos e amigas da UEMA: Ricardo Nunes, Joanderson Guterres, Clodomir Júnior, Ney Farias, Kenilson Santos, Damdara Ferreira, Ster Ribeiro, Elizeni Sena, Liana Raissa, Rodrigo Castro, Luzenilton Lima, Denilson Costa, Luís Lustosa, Leonardo Ribeiro, Darly Linhares, Eliare Santos, Ana Paula, Janice Machado, Rafaele Freitas, Gabriel Fernando, João Carlos, Luís Thiago, Rafael Ramos, Debora Liz, Laura Garcez, Ritta Araújo, Alice Mendes.

Aos meus amigos fora da UEMA pela sua grande ajuda: Jucyenne Moraes, Vanessa Dutra, Isadora Borges, Maria Texeira, Andria Santana, Rhay Oliveira, Luís Carlos, Denise Amorim.

À minha orientadora, Júlia Constança, pelo seu acompanhamento e paciência, com quem tive um grande aprendizado. Obrigado por tornar esse trabalho de conclusão de curso possível, pela descontração, pela segurança nos momentos difíceis.

Aos meus professores da Universidade Estadual do Maranhão, pela grande competência nas aulas e pelo grande incentivo, em especial a professora Rafaela Lunardi, que não está mais no quadro de docentes, mas que teve uma marca importante em minha vida acadêmica.

Ao Arquivo Capuchinho do Convento de Nossa Senhora do Carmo, pelo acesso e uso do acervo. Agradecimento especial as amigas: Iraci Soares, Jordana Dourado, Diana Barros, seu Nascimento, Brunna Maciel, pela grande ajuda na pesquisa.

Muito obrigado!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a *Rebelião de Alto Alegre* e suas consequências para a Missão Capuchinha e os Tenetehara no Maranhão, objetivando discutir essas questões através dos Arquivos da Província Capuchinha de Nossa Senhora do Carmo. Esse vasto acervo que ainda é pouco explorado pela comunidade acadêmica. Utilizando uma bibliográfica que conta com Mércio Gomes (2002), Elizabeth Coelho (2002), Maria Goretti Cavalcanti (2018), Bartolomeu de Monza (1908), Claudio Zannoni (1999) entre outros. Além de utilizar esse referencial teórico para compreensão desse fato, busco compreender como esses Arquivos abordam a questão da *Rebelião*, Missão Capuchinha e um pouco da história dos Tenetehara. Foi possível notar que essas questões estavam entrelaçadas e sua herança para o povo maranhense.

Palavra-chave: Rebelião de Alto Alegre, Missão Capuchinha, Tenetehara.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the Alto Alegre Rebellion and its consequences for the Capuchin Mission and the Tenetehara in Maranhão, aiming to discuss these issues through the Archives of the Capuchin Province of Our Lady of Carmo. This vast collection is still little explored by the academic community. Using a bibliography that includes Mércio Gomes (2002), Elizabeth Coelho (2002), Maria Goretti Cavalcanti (2018), Bartolomeu de Monza (1908), Claudio Zannoni (1999) and others. In addition to using a theoretical framework to understand this fact. We seek to understand how these Archives work on the question of the Rebellion, Capuchin Mission and a little of the history of the Tenetehara. It was possible to notice that these questions were intertwined and their heritage for the people of Maranhão.

Keyword: Alto Alegre Rebellion, Capuchin Mission, Tenetehara.

LISTA DE IMAGENS E TABELAS

- Imagem 01- Cruz plantado pelos franceses na Ilha de Santa Ana (03/08/1612)- p.20;
- Imagem 02- Representações da Missão dos Capuchinhos no Maranhão (1612-1614)- p. 20;
- Imagem 03- Frei Carlos de San Martin Oleario, Superior da Missão no Maranhão- p.52;
- Imagem 04- : Frades Capuchinhos Lombardos que partiram de Milão em 03 de dezembro de 1894, para o Maranhão- p.54;
- Imagem 05- Frades Capuchinhos responsáveis pela Colônia de Alto Alegre- p.59;
- Tabela 01- Subvenções concedidas pelo governo do Estado a Missão Capuchinha no Maranhão entre 1896 a 1898- p.61;
- Imagem 06- Capela de São José da Providência- antes da Rebelião- p.67;
- Imagem 07: Indígenas que participaram da *Rebelião de Alto Alegre*- p.74;
- Imagem 08- Igreja de São José da Providência, em Barra do Corda- MA- p.86;
- Imagem 09- Frei João Pedro de Sexto, segundo Superior da Missão no Maranhão- p.91;
- Imagem 10- Primeiras freiras capuchinhas vindas para o Maranhão- p.96.

LISTA DE DOCUMENTOS.

Documento 01- Aprovação da Missão Capuchinha no Maranhão- p.53;

Documento 02- Nomeação de Frei Carlos de S. Martino- Superior Regular da Missão- p.55;

Documento 03- Autorização do Governo do Estado do Maranhão de empréstimo para a Missão Civilizadora dos Capuchinhos- p.58;

Documento 04- Pagamento do Tesouro Público para manutenção da Missão em Alto Alegre- p.63.

Documento 05- Telegrama enviado a Frei Carlos em Belém noticiando a *Rebelião*- p.79;

Documento 06- Suposta carta escrita por um informante, descrevendo a conversa de Caboré com uma pessoa intitulada de “Herege” - p.84;

Documento 07- Nomeação de Frei João Pedro de Sexto São João, na função de Superior da Missão Capuchinha no Maranhão- p.93;

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANPUH- Associação dos professores de História

FUNAI- Fundação Nacional do Índio.

SPI- Serviço de Proteção do Índio.

OFMCap- Ordem dos Frades Menores Capuchinhos

SPILTN - Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais.

UEMA- Universidade Estadual do Maranhão.

UFMA- Universidade Federal do Maranhão.

UFPE- Universidade Federal de Pernambuco.

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	12
2- TEORIA E METODOLOGIA ACERCA DA REBELIÃO DE ALTO ALEGRE E MISSÃO CAPUCHINHA/ POLÍTICAS TENETEHARA NO MARANHÃO.....	15
2.1- A importância da Revisão Bibliográfica e da documentação histórica.....	17
2.2- A relevância do Referencial Teórico.....	35
2.2.1- A História documental e Nova História Cultural.....	35
2.2.2- História e Imprensa	42
2.2.3- História Oral e Memória.....	46
3- A MISSÃO CAPUCHINHA E A REBELIÃO DE ALTO ALEGRE NOS ARQUIVOS DO CARMO E PERIÓDICOS DA ÉPOCA.....	50
3.1- O desdobramento da Missão Capuchinha no Maranhão (1894).....	50
3.2- O processo civilizador dos indígenas em Alto Alegre.....	56
3.3- A fundação da Colônia de São José da Providência.....	60
3.4- A Rebelião de Alto Alegre: o Sarampo.....	69
3.5- João Caboré: O Cacique Rebelde.....	71
3.6- A Rebelião de Alto Alegre.....	75
3.6.1- A Batalha de Alto Alegre.....	78
4- O LEGADO DE ALTO ALEGRE PARA A MISSÃO CAPUCHINHA E AS QUESTÕES TENETEHARA NO MARANHÃO.....	90
4.1- A reestruturação da Missão Capuchinha no Maranhão (1901-1922).....	90
4.2- A Congregação Missionária Capuchinha.....	95
4.3- A formação dos seminários no pós- Alto Alegre.....	98
4.4- Os novos caminhos da Missão Capuchinha: o início das Prelazias no Maranhão.....	99
4.5- As políticas de terra Tenetehara no Maranhão: a criação da SPI.....	101
4.5.1- A atuação da SPI no Maranhão.....	106
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	111
APENDICE.....	117

1-INTRODUÇÃO

O que é uma Rebelião?

Segundo o dicionário Aurélio (2006, p.368) é definido como “Revolta, desobediência a ordens ou normas de uma instituição. No ambiente político e/ou militar, situação em que um grupo resolve não mais acatar ordens superiores. Alvorço, motim, tumulto”. Entretanto, quais são as causas de uma rebelião e quais seus impactos para dois grupos da sociedade?

A *Rebelião de Alto Alegre* ainda é um tema de debates na historiografia maranhense, pois mesmo depois de 118 anos ainda causa grandes discussões sobre suas causas e consequências sociais, culturais e religiosas para dois grupos: os missionários capuchinhos e os indígenas Tenetehara. Estes ainda sofrem um grande ressentimento por parte da mídia e da sociedade maranhense, que observam somente um lado da história, desconsiderando o sofrimento causado aos indígenas por causa da evangelização forçada tanto pelos capuchinhos quanto pelo governo positivista no início da República. Porém, a Rebelião ainda causa grandes estigmas na Missão Capuchinha, que precisou passar por todo um processo de reestruturação para continuar suas atividades no Maranhão.

Esse trabalho busca analisar as causas e os resultados da *Rebelião de Alto Alegre*, trazendo o ponto de vista da documentação histórica, mídia, Ordem Capuchinha e pelos Indígenas Tenetehara e como esses dois grupos se reestruturaram após os acontecimentos daquele fatídico 13 de março de 1901. Como principal fonte documental, utilizo os Arquivos Históricos dos Frades Capuchinos Menores (OFMCap) localizado na Província de Nossa Senhora do Carmo em São Luís¹. O interesse em utilizar os Arquivos do Convento do Carmo se deu pelo seu grande leque de informações, e sob orientação da professora Júlia Constança tivemos a oportunidade de explorar esse espaço, ainda pouco utilizado pelos pesquisadores.

O Arquivo da Província Capuchinha é um lugar de grande história, possui uma variedade de documentos datados do século XIX, que contemplam a História dos Missionários capuchinhos com os indígenas no Maranhão. Segundo Maria Goretti Cavalcanti (2017, p.02), o acervo da província do Carmo possui:

¹ Sede da *Missão do Maranhão*, fundada pelos capuchinhos lombardos, em 1894. Por força de lei, passou à propriedade incorporada ao patrimônio nacional, desde que faleceu o último representante da ordem religiosa dos Carmelitas, em 1894. (Verbete de Antônio Lopes – AL/ ver em MARQUES, César Augusto. *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*. 3.ed. São Luís: Edições AML, 2008. (CAVALCANTI, 2018, p.20)

O Arquivo da Província Capuchinha, organizado pela Ordem Capuchinha, possui um acervo de Livros de Tombo das paróquias do Maranhão; Crônicas; Cartas pessoais dos frades; Relatórios anuais; Atas dos Capítulos da Ordem franciscana; Cartas Eclesiásticas; Fotografias; Necrológicos; Documentos da Província Capuchinha lombarda; Mapas da geopolítica missionária capuchinha; Documentos da Ordem franciscana, livros referentes à história da Missão capuchinha no Norte e Nordeste do Brasil².

O Arquivo Provincial faz parte de um complexo histórico em São Luís, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, pois além dos documentos se destaca também sua história para com a sociedade de São Luís. As várias visitas ao Arquivo proporcionaram a análise de documentos de antes e depois da *Rebelião de Alto Alegre*, permitindo a compreensão mais abrangente desse fato. Sendo assim, os Arquivos do Convento do Carmo contêm vestígios para o entendimento dos fatos do passado. Pelo ponto de vista de Farge (2009), foi possível explorar o conteúdo do Arquivo e a sua magnitude, a partir da ideia de que, segundo a autora:

O arquivo petrifica esses momentos ao acaso e na desordem; aquele que o lê, que o toca ou que o descobre é sempre despertado primeiramente por um efeito de certeza. A palavra dita, o objeto encontrado, o vestígio deixado tornaram-se representações do real. Como se a prova do que foi passado estivesse ali, enfim, definitiva e próxima. Como se, ao folhear o arquivo, se tivesse conquistando o privilégio de tocar o real” (CAVALCANTI, 2014, p.03 APUD FARGE, 2009, p.18).

A escolha pelo recorte temporal de 1893 a 1922 se deu pela quantidade de documentos e livros sobre a *Rebelião de Alto Alegre*. A escolha desse período se deu também pela reestruturação da Missão Capuchinha no Maranhão e as primeiras políticas de terras indígenas, mas especificadamente a criação da SPI.

Dissertações, teses e artigos também foram utilizados para compor esse trabalho, destacando-se o grande número de autores que trabalharam ou mencionaram esse fato em suas produções, entretanto nenhuma delas trabalham com os Arquivos do Convento do Carmo ou mencionam sobre o pós-Alto Alegre, tanto para a Missão Capuchinha quanto para as políticas de terra indígenas no Maranhão no início do século XX. Além disso esse trabalho dá uma nova contribuição para que futuros pesquisadores que queiram trabalhar com a *Rebelião de Alto Alegre*, Missão Capuchinha e Questões políticas Tenetehara no Maranhão. Englobando tudo já explanado, buscamos responder os seguintes questionamentos: como as medidas dos missionários capuchinhos influenciaram na rebelião? Como se estruturou esse método

² CARVALHO, Maria Goretti Cavalcanti. **o arquivo da província capuchinha do Maranhão-Pará, do Convento do Carmo, em São Luís - MA:** estudo sobre a organização, o acesso e a utilização do acervo. ANPUH, 2017.

catequético que culminou nos acontecimentos de 1901? Quais foram as medidas tomadas pela Ordem Capuchinha para reestruturar sua Missão? E como se deu a atuação da SPI em terras Tenetehara no Maranhão a partir de 1910?

Nessas condições esse trabalho é dividido em três capítulos para análise: o primeiro faz uma revisão bibliográfica sobre a *Rebelião de Alto Alegre*, A Missão Capuchinha no Maranhão e faz um percurso sobre a História dos Tenetehara, utilizando autores como Mércio Gomes (2002), Elizabeth Coelho (2002), Maria Goretti Cavalcanti (2018), Mário Meirelles (1972), Andreia Daher (2004) entre outros, e dentro desse mesmo capítulo uma apreciação sobre a História e Memória, História Oral, História e Imprensa e História Cultural.

O segundo capítulo faz referência a dois fatos: o primeiro é a Missão Capuchinha no Maranhão e como influenciou na *Rebelião de Alto Alegre*. Utilizamos os documentos da Província do Carmo para análise desses fatos e como esses documentos abordam essas temáticas.

O terceiro capítulo está relacionado ao pós- Alto Alegre, analisando também dois pontos: a reestruturação da Missão Capuchinha no Maranhão, como a fundação da Congregação Missionária das Irmãs Capuchinhas, a formação de seminários e a formação do período das prelazias. A segunda parte trata da ação tomada contra os Tenetehara depois da Rebelião, a visão dos jornais contra e a favor dos indígenas e a primeira ação concreta em defesa do Tenetehara no Maranhão: a criação da SPI

2- TEORIA E METODOLOGIA ACERCA DA REBELIÃO DE ALTO ALEGRE E MISSÃO CAPUCHINHA/ POLÍTICAS TENETEHARA NO MARANHÃO.

O estudo de temas atualizados, contemporâneos ao historiador, foi durante muito tempo assunto para as demais áreas das ciências humanas, pois se afirmava que a História enquanto disciplina, possuía um método de estudo de textos que lhe era próprio, que interpretava documentos, o que implicou na concepção de objetividade como uma tomada de distância em relação aos problemas do presente. Por isso, só o recuo no tempo garantiria uma distância crítica, e o historiador poderia começar seu trabalho quando não existissem mais testemunhos vivos dos mundos estudados, para que os traços arquivados pudessem ser interpretados (DOURADO, 2018 apud. FERREIRA, 2000).

Entretanto, desde 1929, com a fundação do movimento dos *Annales* na França, iniciou-se um profundo movimento de transformação no campo da História com uma nova geração de historiadores que, em nome de uma História total, passaram a questionar a hegemonia da História política e defenderam uma nova concepção que dava ênfase a problemas sociais, econômicos, mentais, entre outros, viabilizando a abertura da disciplina a temas e metodologias das demais ciências humanas, alargando seus objetos de estudo e aperfeiçoando seus métodos. Assim, a interdisciplinaridade ganhou cada vez mais espaço e serviu como base para a formulação de novos problemas, métodos e abordagens da pesquisa histórica, que se aproximaram cada vez mais das áreas de conhecimento vizinhas, como a Geografia, a Sociologia, a Economia e a Psicologia (FERREIRA, 2011).

Adentrando a um novo ponto de vista, a História do tempo presente vem expandindo seu espaço dentro do campo historiográfico. No entanto, a impossibilidade de recuo no tempo, a dificuldade de apreciar a importância da dimensão em longo prazo dos fenômenos e o risco de cair no puro relato jornalístico, foram mais uma vez colocados como empecilhos para a história do século XX. E apesar de Jacques Le Goff (2006) ter indicado o êxito da História da contemporaneidade pela Nova História como uma tarefa urgente, pouco foi feito nesse sentido. O contemporâneo continuava a ser assunto das ciências sociais em geral, mas não da História (FERREIRA, 2000).

Roger Chartier argumenta contra a teoria que sustenta a necessidade de distanciamento para a concepção da análise histórica. Para tanto, afirma que:

O historiador do tempo presente é contemporâneo de seu objeto e, portanto, partilha com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais. Ele é, pois, o único que pode superar a descontinuidade fundamental que costuma existir entre o aparato intelectual, afetivo e psíquico do historiador e dos homens e mulheres cuja história ele

escreve [...] para o historiador do tempo presente, parece infinitamente menor a distância entre compreensão que ele tem de si mesmo e a dos atores históricos, modestos ou ilustres, cujas maneiras de sentir e de pensar ele reconstrói (CHARTIER, 2006, p.216).

Tradicionalmente, a história dos povos é apresentada como uma descrição dos motivos das lutas pessoais que envolvem os principais personagens que repararam um cenário político em um determinado momento e lugar. Dessa forma, a história de um povo são os fatos em que seus dirigentes se envolvem relatados por um historiador que se posiciona como um mero observador do espetáculo que se constrói. Essa estrutura social fica esquecida, tendo os acontecimentos e as ações individuais valores explicativos próprios. “A história assim concebida torna-se parcial, pois, não se examina o contexto global em que o processo histórico acontece, privilegiando fatores e pessoas, a história nos coloca de forma geral, ao lado daqueles que controlam o processo decisório e detêm o poder” (CHARTIER, 2002).

Para tanto, este trabalho procura realizar um diálogo entre algumas disciplinas no campo das Ciências Humanas, como a Sociologia, a Antropologia e a Geografia³. Por conta desta ponte, faz-se necessária a apresentação das reflexões teórico-metodológicas que afirmam este estudo num capítulo específico, pois a disciplina histórica dialoga com outras disciplinas de seu tempo que também têm nos homens o principal enfoque.

Nessas condições para o entendimento dos fatos que cercam a *Rebelião de Alto Alegre* e suas consequências para a Missão Capuchinha e as políticas Tenetehara no Maranhão, uma revisão bibliográfica foi realizada para dar novas perspectivas sobre a temática e esse trabalho procura se diferenciar dos outros, ampliando as bases metodológicas e a análise sobre o assunto.

Neste capítulo há análise de diversas fontes sobre o tema. Em primeiro lugar, fazemos uma revisão bibliográfica sobre o tema para discutir o que já foi produzido e qual ponto de partida esse trabalho toma. Depois, a partir dos referenciais teóricos e metodológicos analisamos a História do Tempo Presente, referencial teórico que respalda a escrita deste texto. Trato da História Cultural, fazendo uma análise sobre História e Imprensa, história oral e também uma apreciação sobre a História e Memória.

³ A explicação desta assertiva é apenas para expressar enfaticamente a opção pelo diálogo. A Escola dos Annales foi um marco nessa abertura para a interconexão entre as várias ciências e, na atualidade, não fazer isto seria desconsiderar todo o processo histórico de formulação do conhecimento científico histórico a partir das inúmeros profissionais que, com seus estudos, possibilitam a nós do presente continuar no aperfeiçoamento da disciplina histórica, e também possibilitando fontes para as outras disciplinas (JESUS, p.24. Apud, REIS, 2012).

A partir da coleta de informações, utilizamos como fontes históricas a pesquisa de documentos, a bibliografia para fazer uma análise referente aos fatos e a contextualização do assunto no que se refere às ações catequistas dos capuchinhos que culminaram com a *Rebelião de Alto Alegre* e as políticas em território Tenetehara no início do século XX, pois percebemos que esse fato foi crucial para a permanência do estado de conflito. Para isso foi analisado uma série de materiais sobre as questões da *Rebelião*. Uma coletânea que trata os temas aqui abordados, que apresenta as seguintes questões: *A Rebelião de Alto Alegre* e políticas de terra Tenetehara no Maranhão (nas terras de Alto Alegre, situada em Barra do Corda), como também a utilização de novas fontes para a discussão desses fatos. Conforme Oliveira (2013), o principal objetivo da pesquisa bibliográfica para realização de apreciação histórica é:

[...] levar o pesquisador a entrar em contato direto com as obras, artigos ou documentos que tratem do documento em estudo. O mais importante para quem faz essa opção [...] é ter certeza de que as fontes a serem pesquisadas já são reconhecidas do domínio científico. (OLIVEIRA, 2013, p.69).

2.1 A importância da Revisão Bibliográfica e da documentação histórica.

A Rebelião de Alto Alegre ainda é um tema polêmico, que rende debates historiográficos, principalmente pelos ressentimentos da população de Barra do Corda, os estigmas na Missão Capuchinha e os conflitos gerados pelas terras indígenas naquela região. A etnia Tenetehara-Guajajara⁴ realizou no dia 13 de março de 1901, juntamente com alguns dos principais líderes indígenas, uma Rebelião contra os religiosos das missões indígenas no aldeamento do Alto Grajau, um violento conflito contra a missão de São José da Providencia (Alto Alegre), socialmente conhecido e tratado pela mídia e pela Ordem Capuchinha como o “massacre dos padres capuchinhos” e “massacre do Alto Alegre”.

Simultaneamente, para os indígenas trata-se do “tempo de alto alegre⁵” e segundo Mércio Gomes (2002), conhecido como “Rebelião de Alto Alegre⁶”. Esse evento propiciou uma

⁴ Segundo Mércio Gomes (2002, p.23), o termo Guajajara é utilizado por vários autores sobre o tema, entretanto é um termo genuinamente brasileiro, enquanto nas comunidades indígenas se apresentam como Tenetehara. Segundo o autor somente certos líderes se denominavam Guajajaras.

⁵ Terminologia usada pelos indígenas. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica e Social (1979, p.26) “[...] a denominação demonstra que o fato marcou de formas diferentes as duas partes envolvidas no conflito. Para os frades capuchinhos foi trabalho do demônio que, não podemos tolerar a obra grandiosa dos missionários, que incita a inveja contra ela à inveja e o ódio dos maus cristãos. Para os indígenas, foi um ato de defesa dos seus costumes e de sua organização social que estavam sendo modificados pelos capuchinhos, ao tentar civilizá-los”.

⁶ Essa denominação se dá pela ação violenta dos indígenas – isso é algo incontestável – como uma reação às tentativas de desestruturação do modo de vida do povo Tenetehara pela missão capuchinha. Os resultados do processo de civilização, em caso exitoso, certamente seria originar grande número de “campônios” pobres, sem terras e condições adequadas de sobrevivência. A denominação criada por

análise de vilanismo contra as comunidades Tenetehara-Guajajaras, formando uma imagem de culpa para as comunidades indígenas e o vitimismo da Missão Capuchinha, trazendo uma problemática até mesmo, com a denominação “Massacre”, pois ampliando o campo de conhecimento sobre os eventos em Alto Alegre, pode-se dizer que houve mortes dos dois lados: de um lado dos capuchinhos e moradores e a morte de centenas de indígenas antes e depois da *Rebelião em Alto Alegre*. Carlos Eduardo Penha Everton em sua dissertação de mestrado “*Hoje e amanhã celebri a história para encarna-vos no povo: os embates de memória sobre o Conflito do Alto Alegre*”, faz um estudo sobre os choques entre indígenas e não indígenas no sertão maranhense e em sua pesquisa analisa o seguinte ponto de vista:

[...] consolidou-se na memória e imaginário do homem comum (construído pela imprensa da época, pela população não índia e, sobretudo, pela Igreja Católica) de forma grandemente desfavorável aos Tenetehara-Guajajara, que passaram à História como os responsáveis por grandes atrocidades – sem que isto fosse inserido em um contexto –, enquanto a Ordem Capuchinha tratou de capitalizar forte crescimento de sua atuação na região tendo por base o alegado sacrifício dos “mártires” da Missão de São José da Providência. (EVERTON, 2016, p.10).

Em uma breve análise acerca dos primeiros contatos dos indígenas com colonos, temos informações, que desde o século XVII, eles foram utilizados como força de trabalho. Em uma pesquisa apresentada por Ismatônio de Castro Sousa Sarmiento com o título “*A produção social da violência Tenetehara no contexto urbano de Barra do Corda- MA*”, há um perfil histórico dessa comunidade desde os primeiros contatos, além de seus percalços e conflitos em relação ao seu perfil histórico:

O histórico de contatos dos Guajajara é tão longo quanto extenso; no início do século XVII, efetuavam trocas com os franceses e chegaram a ser escravizados ou catequizados pelos portugueses. A partir do século XVIII foram fundadas jurisdições coloniais em algumas das regiões habitadas pelos indígenas; os casamentos entre índios e camponeses eram em muitos casos, incentivados pela coroa. Do final do século XIX aos meados do XX, as políticas clientelistas e de tutela dos Tenetehara- Guajajara foram intensificadas, sobretudo após a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Nessa época, mais precisamente no ano de 1901, se desvencilhou a vingança do povo Tenetehara aos padres capuchinhos; memória viva, o acontecimento é ferido que ainda sangra, sendo denominado em Barra do Corda como o “Massacre de Alto Alegre pelos Guajajaras” (SARMENTO, 2016, p.12).

Nesse condicionamento surge outra questão histórica em relação a conversão dos indígenas em terras maranhenses. Os discursos dos frades capuchinhos, aqui considerados, foram enunciados em relatos que retratam duas experiências missionárias.

Mércio Gomes será utilizada nesse trabalho (EVERTON, 2016, apud, GOMES, 2002).

A primeira ocorreu durante a efêmera tentativa de colonização francesa, resultante da expedição chefiada por Daniel de La Touche, senhor de La Ravardière, e por François de Rasily, senhor de Aumelles, no Maranhão, entre 1612 e 1615. Da expedição e da empresa colonizadora conhecida como *França Equinocial*, tomaram parte quatro frades do convento dos capuchinhos de Paris, que atenderam prontamente ao pedido da rainha regente Maria de Médicis: Yves d'Evreux, Arsène de Paris, Ambroise d'Amiens e Claude d'Abbeville, autor do tratado intitulado "*História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão*" e analisam a chegada dos Capuchinhos Franceses em terras maranhenses. Claude d'Abbeville descreve a experiência do contato com os tupinambás em termos positivos, amistosos, tratando os índios com certa condescendência. Segundo Elizabeth Coelho (2002, p.27), na trajetória dos capuchinhos no Maranhão se deu:

A presença dos franciscanos no Maranhão remonta à chegada dos franceses, em 1612. Primeiro vieram Claude D'Abbeville e Yves D'Evreux. Exerceram seu trabalho de catequese acima de qualquer injunção estatal, até serem expulsos, juntamente com outras ordens, pelo Marquês de Pombal. No século XIX, pelos anos 20 e 30, reuniram alguns povos indígenas em missões. Na década de 40, vieram, por solicitação do governo, evangelizar o interior da província. Até meados dos anos 80 estiveram, de forma isolada, dirigindo algumas colônias indígenas e diretorias parciais, a rogo do governo provincial.

Num ponto de vista interessante foi levantado pela autora, percebe-se o empenho desde o período colonial para catequização e aculturação dos indígenas, práticas que foram logradas ao longo dos séculos e deu respaldo para uma nova catequização só que agora dos capuchinhos italianos. As figuras a seguir mostram o contato entre os Capuchinhos Franceses e os indígenas tupinambás no século XVII. A primeira mostra a primeira missa de fundação da cidadela de São Luís, o segundo é a capa do livro dos frades capuchinhos, lançado em Paris em 1614, com as experiências de povo, costume e as próprias características geográficas da Ilha do Maranhão. De acordo com Antônio Carlos Lima, a presença dos franceses tinha como "objetivo civilizar os indígenas- o que supunha a substituição de uma cultura dita selvagem por um modo de vida próxima a do europeu⁷".

⁷ Ver GOMES LIMA. Antônio Carlos. **O Massacre de Alto Alegre. Jornal.** São Luís. O Estado do Maranhão. 2001.

(Imagens 01 e 02-); Cruz plantada pelos franceses na Ilha de Santa Ana (03/08/1612); Representações da Missão dos Capuchinhos no Maranhão (1612-1614).



Fonte: D'évreux (2002, p.110).

A primeira imagem mostra uma relação dos colonizadores franceses com os indígenas presentes na Ilha do Maranhão no século XVII, com uma parceria que resultaria na fundação da cidadela de São Luís em 1612, com a construção do chamado “forte São Luís”. Contudo, essa cordialidade se deu com a justificativa de proteção de possível invasão portuguesa, mas Mário Meireles em seu livro *História do Maranhão* (1980), faz uma observação que “a cordialidade dos franceses para com os nativos, não os impediu de explorar o trabalho compulsório e de escraviza-los”. (MEIRELES, 1980. p.185).

A atitude missionária é designada, por Andrea Daher em seu livro “*O Brasil Francês: as singularidades da França Equinocial (1612- 1615)*”, como “predicação gentil”, que significa uma estratégia de relacionamento adotada pelos franceses que contrastava com o modelo de colonização portuguesa, marcada pela violência contra os índios:

[...], mas o uso da gentileza como método evangélico induz traços originais na tática empregada pelos capuchinhos na conversão dos Tupinambás: a conversão gentil se expressa, antes de tudo, por uma tomada de consciência dos futuros conversos que constitui a própria essência da instrução visada pelos missionários (DAHER, 2004, p. 89).

Na citação acima, percebe-se uma tentativa de civilidade das populações indígenas no Maranhão, com um discurso traçado no século XVI, como uma tentativa de salvar os indígenas do purgatório em que viviam e trazê-los para a salvação. Segundo Norbert Elias (1994), “civilização” é uma forma de apreciação expressa na consciência ocidental, ao se julgar superior em atitudes, comportamentos e atividades humanas, em comparação às sociedades que considera antiga ou primitiva⁸.

A história dos Tenetehara no Maranhão é antiga, datada desde o início da vinda dos colonizadores e missionários europeus para a costa americana, pois nos interstícios intertropicais sazonais da sub-região meio-norte, margem leste do domínio florestado norte-amazônico, ou mais precisamente, na faixa de transição para os cerrados e caatingas do Nordeste, localiza-se uma meso-área tropical, entremeada por rios caudalosos: casos do Pindaré, Mearim, Gurupi, Turyassú, Zutiua, Grajaú e Corda. “Trata-se de uma vasta porção geográfica brasileira. Nela, a vida se exprime intensamente no seio de uma das maiores populações indígenas do país. São os Tenetehara-Guajajara do estado do Maranhão” (SARMENTO 2016, p.18).

De acordo com Elizabeth Coelho (2002, p.17), o significado étnico dos Tenetehara “significa gente verdadeira ou povo verdadeiro (*ten*: ser; *ete*: verdadeiro; “o ser verdadeiro”); a acepção Guajajara, numa tradução linguística mais aproximada, é definida e interpretada como “os donos do cocar” (*wazay*: cocar; *zara*: dono)”. A presença dessa comunidade indígena é datada de séculos antes da colonização, pois na concepção dos Tenetehara eles são o princípio de todos os princípios; primeiro vieram os Tenetehara, depois o restante da humanidade. A terminologia Guajajara, já que foi criada durante o predomínio dos tupinambás, segundo Gomes (2002, p. 23) “foi forjada pelos próprios colonizadores, como definição aos indígenas que viviam no baixo Pindaré, sendo Guajajara um termo mais político, enquanto Tenetehara um termo mais cósmico”. Essas características foram sendo passadas de geração para geração, hoje como uma forma de preservação de sua identidade cultural e social eles se autodenominam Tenetehara.

Essa análise sobre os primeiros traços da colonização indígena no Maranhão e da presença inicial dos capuchinhos no Maranhão também é descrita por Mário Meirelles⁹ em seus

⁸ ELIAS, Nobert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

⁹ Mario Martins Meirelles (1915-2003) nasceu e veio a falecer em São Luís do Maranhão. Morou na Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais, exerceu os cargos de Diretor do Banco de Estado do Maranhão e de chefe da casa civil no Governo Pedro Neiva de Santana (1972-1975). Ingressou na carreira de

livros intitulados “*França Equinocial*” e “*História da Arquidiocese de São Luís do Maranhão*”. De acordo com Meirelles (1962), a ideia central da primeira obra é trazer o curso histórico que levou a esquadra de Daniel de La Touche e com riqueza de detalhes a ocupação das terras maranhenses e os desdobramentos da missão dos capuchinhos franceses, até sua eventual expulsão em 1615, durante a Batalha de Guaxenduba¹⁰. O segundo livro faz uma reflexão sobre a necessidade da vinda de missionários para o sertão maranhense. Nessas condições o autor analisa:

Em 1841, o Presidente da Província Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, após abafar as lutas da Balaiada, pede ao Governo Central que providencie a vinda de missionários para evangelizar o interior da Província. Em atendimento a esse pedido chegaram os capuchinhos italianos da Prefeitura da Penha, de Pernambuco: Pedro Maria de Brá, Doroteu de Dronero e Luís d’Alba Pompeia, fixando-se “os dois primeiros em terras de Caxias e São José das Cajazeiras (depois Flores, hoje Timon) e o terceiro no Vale do Pindaré, no qual prestaram inestimáveis serviços, haja vista o estado de lastimosa desolação em que haviam deixado às correrias dos Balaios”. (MEIRELLES, p. 264).

Esse projeto civilizatório trouxe enormes prejuízos para as comunidades indígenas. Após a expulsão dos franceses, o modelo de colonização portuguesa veio à tona, impondo aculturação e crueldade por parte dos colonizadores, entretanto esse vitimismo indígena não é bem visto por alguns historiadores. Segundo Vanice Siqueira de Melo, em sua dissertação de mestrado intitulada “*Cruentas guerras: índios e portugueses no sertão do Maranhão e Piauí (primeira metade do século XVIII)*”, o processo de civilização de indígenas que por muitas vezes foram vistos de formas brutais, tiveram a participação de vários índios que firmaram acordos com colonizadores europeus:

“A História da América Portuguesa [assim como de todo o continente americano] é caracterizada por um movimento contínuo de despovoamento indígena e de repovoamento lusitano. [...] O extermínio dos grupos indígenas é um fato inegável na História da América Portuguesa. Porém, esses índios também ajustaram alianças com os brancos, quebraram pactos celebrados com portugueses, negociaram condições para se aldear com missionários,

magistrado em 1940, foi um dos fundadores da Faculdade de Filosofia de São Luís, na qual trabalhou como professor universitário do curso de História. Essa foi uma das primeiras instituições que deram origem a Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

¹⁰ Batalha de expulsão dos franceses do Maranhão. Ocorreu em 19 de novembro de 1615, nas terras de Santa Maria de Guaxenduba (hoje atual Icatu). Conhecida pela atuação do Capitão Jerônimo de Albuquerque e do comandante Alexandre de Moura. Popularmente conhecida pelo chamado Milagre de Guaxenduba, que a beira do mar em um maior momento de necessidade, teria surgido uma mulher, que teria transformado pedras em balas de canhão e areia em pólvora, levantando a moral portuguesa e infligindo a derrota aos franceses. Mulher recebeu o nome de Nossa Senhora da Vitória e o título de Santa Padroeira de São Luís. (XIMENDES, 2012, p.18).

queixaram-se aos governantes coloniais e até ao monarca, participaram de tropas de guerra e de resgates. Ou seja, os grupos indígenas, em múltiplos papéis, estavam tão presentes na constituição da sociedade colonial quanto o branco europeu”. (MELO, 2011, p.64 apud EWERTON,2016, p.47).

Entretanto, suas relações foram forjadas durante a colonização francesa e portuguesa. Durante o século XVIII, foi criada uma jurisdição colonial com incentivo ao casamento entre indígenas e colonos, que conseqüentemente trouxe um respaldo para a dominação de terras indígenas durante o período da colonização lusitana. Nos anos do período regencial, pouco foi feito pelos indígenas Tenehara, mas a transição do governo Colonial para o Imperial, manteve as antigas políticas indigenistas portuguesas. Segundo Gomes (2002, p. 167), “ o decreto de 1798 e os termos mais agressivos das infaustas cartas régias que D. João promulgou contra os índios botocudos, Coroados e outros na primeira década do século”. Os primeiros nomes formam termos depreciativos utilizados pelo governo português para se referir aos Tenethehara. Essas restrições propostas pelo governo se deram principalmente pelos indígenas serem contra a entrada de colonos em suas terras. Gomes (2002, p.168) analisa que uma outra consequência para os indígenas depois da prerrogativa dessa Carta Régia foi “ que esses índios foram sendo atacados por tropas de guerras e seus territórios foram sendo tomados por novas levas de colonos pobres e fazendeiros de café em expansão. Sendo o intuito real dessas cartas a expansão de novas fronteiras agrícolas”.

É nítido que a presença dos indígenas em seus próprios territórios, só foi aceita pelo fato de serem considerados “índios aldeados, onde deveriam ser aceitos se a convivência fosse pacífica com a sociedade luso-brasileira, sendo assim denominado vassalos úteis” (Gomes, 2002). Nessa perspectiva a Revolta Regencial da Balaiada não deflagrou grandes impactos nas políticas indígenas, sendo que a política indigenista ficou nas mãos dos grandes fazendeiros, enquanto no cenário nacional era discutido maneiras de civilizar os índios. É nesse momento que entra em cena os missionários capuchinhos, onde o principal lema que passa a prevalecer “a partir da década de 1830, é de catequização e civilização”. (Gomes, 2002, p. 167). Nesse posicionamento o serviço missionário se fortalece. Após o período regencial e a ascensão de D. Pedro II ao trono foi promulgado no ano de 1845, o chamado Regimento das Missões na qual tinha o objetivo:

“(…) o Regimento das Missões veio para reiterar a liberdade dos índios e legislar sobre as formas de catequese e civilização a serem implantados em todo território imperial. Estabeleceu um sistema de Diretório dos índios, o qual operou sem interrupção até alguns anos após a queda do regime monárquico em 1889. O propósito do novo diretório é promover a integração dos indígenas a sociedade nacional, provendo-os meios para se tornarem civilizados”. (GOMES, 2002, p.168).

Esse posicionamento do governo, proporcionou a entrada dos missionários, dos frades capuchinhos vindos da região de Lombardia na Itália para o Maranhão, e essa condição desencadeou uma série de fatores como o desrespeito à cultura dos tenentehara, e por muitas vezes, a catequização forçada, causando não apenas a morte dos indígenas, mas também a “morte” de sua cultura, que posteriormente todos esses fatores são verificados nos acontecimentos em Alto Alegre.

Nessas condições para se falar sobre *a Rebelião de Alto Alegre*, é preciso observar a convivência entre os indígenas e os colonizadores como mostra a fala acima e especialmente tratar essas relações com um olhar de complexidade e criticismo.

Para adentrarmos à colonização dos missionários capuchinhos, tivemos que realizar várias visitas aos Arquivo, onde se encontram as principais fontes desse trabalho e após a análise de vários documentos, levantei que poucos historiadores capuchinhos fizeram a apreciação da Missão no Maranhão, e com base na documentação produzida pela OFMCap (Ordem dos Frades Menores Capuchinhos) em busca de novos pontos de vista com relação a *Rebelião* ao reconhecer o livro do Frei Metódio da Nembro¹¹, pude reconhecer a amplitude do tema que ele organizou numa obra em 1957 intitulada “*I Cappuccini nel Brasile: missione e custodia del Maranhão (1892-1956)*”, publicada pelo Centro de Estudos Capuchinhos Lombardos, em Milão, na qual o autor apresenta as atividades realizadas pelos capuchinhos no Maranhão, Piauí, Ceará e Pará, disponível apenas na língua italiana. A obra encontra-se na biblioteca do Convento do Carmo e seu diferencial para o entendimento da tematica são os documentos analisados. A utilização desse livro se dá pelo destaque que o autor apresenta à *Rebelião de Alto Alegre*, portanto trata-se de uma das principais obras sobre a questão.

A partir dos questionamentos levantados em relação ao trajeto histórico das comunidades indígenas no Maranhão, faz-se necessário analisar e comparar a historiografia

¹¹ Fr. Metódio (Carobbio), sacerdote capuchinho, nasceu em Nembro, Itália. Foi Laureado em Belas Artes, cursou Missiologia, em Roma. Lecionou filosofia do Direito na Eritreia. Ali se dedicou a pesquisa histórica e escreveu *A história da Missão dos Capuchinhos*, naquela missão lombarda. De 1953-56 esteve no Brasil e, com suas pesquisas, escreveu. *Os capuchinhos no Brasil – Missão e custódia do Maranhão (1892- 1956)*. Outra obra interessante, produto de intensa pesquisa etnográfica, e intitulada *notas sobre o índio na Prelazia de Grajaú*. Regressou a Itália, lecionou teologia e Missiologia em vários institutos de Roma, e ao mesmo tempo, dedicava-se a pregação. Em dezembro de 1974, retornou ao Brasil- assumiu a capelania do leprosário da Prata- Pará e juntamente com outras atividades dedicou-se a pesquisa sobre a vida de Fr. João Pedro de Sexto, fundador da Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas. Os problemas de saúde o impediram de continuar seu apostolado e suas pesquisas. Retornou a Itália, onde faleceu no dia 7 de fevereiro de 1976, aos 61 anos. (CAVALCANTE,2018, p.28).

sobre as Missões Capuchinhas no Maranhão, fazendo um levantamento de como as ações missionárias culminaram com a *Rebelião* dos indígenas, Maria Goretti Cavalcanti em sua tese intitulada “*A missão do Maranhão (1894-1922): Acontecimentos, particularidades e enredamento no arquivo dos capuchinhos*”, faz uma apreciação acerca dos principais elementos da missão no Maranhão, desde a vinda dos missionários lombardos, com relatos em primeira mão sobre as articulações da *Rebelião*, os fatos detalhados sobre a Missão Capuchinha no Maranhão, o discurso produzido possui características religiosas. Segundo Cavalcanti (2018), na narrativa e documentação sobre a Missão são vistas vital para o entendimento das atividades dos capuchinhos no Maranhão. As documentações presentes nesse trabalho fazem uma reflexão bem singular dos acontecimentos. Nessas condições o trabalho de Goretti é pioneiro, pois dá uma visão detalhada sobre o desembarcar da Missão.

Para reafirmar o significado da Missão Capuchinha no Maranhão, também analisamos dois autores que são importantes para o entendimento desses fatos. O primeiro é uma obra do Frei Gentil Gianellini (1993) apresentando cem anos da história da Missão dos Missionários no Norte e Nordeste do Brasil em *Sáiram para semear*. Traz contribuições para termos uma melhor perspectiva sobre a trajetória dos frades capuchinhos no Maranhão, desde o desbravamento do Maranhão em 1895, bem como os grandes avanços e decepções das ações de evangelização/civilização no Sertão maranhense no final do século XIX e início do século XX. O outro autor é o Frei Carlos Albino Zagonel (2001), que ao escrever *Capuchinhos no Brasil*, amplifica as áreas de atuação da missão dos capuchinhos italianos em todo território brasileiro, permitindo fazer comparações com as obras sobre as ações desenvolvidas pelos missionários no interior do Maranhão.

Como mostra o contexto historiográfico em relação às causas e consequências da *Rebelião em Alto Alegre*, a produção dos capuchinhos foi extremamente significativa, para a compreensão do fato. Um desses frades foi Bartolomeu de Monza¹², que em 1908 escreve o livro *Massacre de Alto Alegre*. Nesse volume o autor destaca desde os primeiros passos da Missão Capuchinha no Maranhão até a desastrosa *Rebelião* que vitimou mais de duzentos colonos cristão, missionários e freiras e várias famílias.

Em relação à *Rebelião*, sustenta Monza (1908) em suas ideias com base nos arquivos da Ordem e em alguns relatos de pessoas, pois ele chegou a Barra do Corda pouco

¹² Fr. Bartolomeu de Monza (Milão- Ratti Antonio Pablo). Foi Diretor da Revista Annali Francescani. Missionário da Índia (1883- 1904). No ano de 1908, veio ao Brasil e foi o primeiro a escrever sobre o Massacre de Alto Alegre, intitulado: Massacro di Alto Alegre – note storiche, Milano, 1908. Faleceu aos 64 anos de idade, em Bérgamo – Itália. (CAVALCANTI,2018, p.25).

tempo depois da *Rebelião*. Segundo suas palavras, o frade afirma que fez um trabalho para seus compatriotas (capuchinhos), e analisa sua obra afirmando “almas eleitas e mereceram a palma e a coroa do martírio” (MONZA,1906, p.14), na qual abrigava selvagens, e em suas notas históricas analisa o território, afirmando:

Vida brutal, entregue à dissolução, à crápula, a mais terrível lascívia; fatal prerrogativa da humanidade corrompida que desce abaixo do nível dos brutos privados de razão. Eles viviam num estado de antinatural e, antes que se elevassem, decaíam cada vez mais no embrutecimento, marca do pecado que não pode ser cancelado senão pela mão de Deus pelo ministério dos sacerdotes de sua santa religião. (MONZA, 1908, p.16).

Vários documentos foram consultados no Arquivo do Convento do Carmo, que consta na obra do frei Bartolomeu de Monza, inclusive têm a lista dos frades que foram vítimas na *Rebelião de Alto Alegre*. esse documento foi inscrito no ano de 1903 por frei João Pedro Sexto¹³. Mostra a lista de religiosos mortos durante a *Rebelião de Alto Alegre*, entre eles o Padre Zacharias de Malenho, Padre Reinaldo de Paulo¹⁴, Padre Victor de Bergamo, Padre Salvador de Albino e as irmãs terceiras capuchinhas Leonor de Santo Antonio, Ignez de San Carlos, Maria de San Lorenzo, Benedita de San Luís, Natalina de San José, e duzentos cristãos mortos no considerado o “maior massacre promovido por índios contra civilizados no Brasil, desde a Cabanagem no Pará, quando mais de sessenta anos antes, diversa tribos se juntaram aos cabanos e negros na tomada de Belém e na resistência ao poder imperial”. (MONZA,1908, p.12)

Um autor que também traz uma visão bem abrangente sobre a *Rebelião* e os Conflitos em terras indígenas no Maranhão é Claudio Zannoni, cujas contribuições para a compreensão desses fatos são importantes. O autor desenvolveu diversos trabalhos nas comunidades indígenas na região centro-sul do Maranhão, dando destaque principalmente as cidades de Barra do Corda e Grajaú (palco dos principais conflitos no Maranhão). Seus trabalhos com a comunidade Tenetehara-Guajajara estão entre as principais fontes de estudo sobre os costumes das comunidades e os conflitos. Em seu trabalho “*O Massacre de Alto Alegre nos*

¹³ Missionário de origem humilde. Nasceu com o nome de Clemente, no dia 9 de setembro de 1868, em Sexto São João- posto militar do Império Romano. Ingressou no Noviciado dos Frades capuchinhos em 28 de setembro de 1884, no convento de Lovere, na Itália. Fez a profissão temporária na ordem dos capuchinhos em três de março de 1885. Com a escassez de religiosos de missionários, e o Superior Frei Carlos ser acometido por uma doença, após o Massacre de Alto Alegre, se ofereceu e serviu como Superior da Missão.

¹⁴ Segundo Superior da Missão no Maranhão, nomeado em nove de junho de 1897, designado como Superior da Missão de Alto Alegre após a compra das terras em 1896, foi considerado um dos maiores expoentes freis durante a Missão, a compra das terras e sua vida vão ser detalhadas no próximo capítulo.

jornais da época” (1994), utiliza como principal fonte jornais da cidade de Barra do Corda (*O Barra*) e o jornal de São Luís *Diário do Maranhão*, apresenta diversificados pontos de vista, sua pesquisa sempre é uma das mais mencionadas e se tornou uma fonte historiográfica importante sobre a *Rebelião*.

Outras obras, também, foram realizadas por Zannoni e contribuíram para a memória cultural da *Rebelião de Alto Alegre*, dentre essas obras estão “*Massacre de Alto Alegre*” na *Imprensa Maranhense* onde faz uma análise sobre o modo de vida das comunidades Tenetehara-Guajajara, citando, inicialmente, documentos. Depois faz uma periodização sobre essa etnia da colônia até a república. É neste contexto, de tentativa de entendimento do lugar do conflito na sociedade Tenetehara, que Zannoni (1999) aborda os confrontos inter-étnicos dos quais esse povo acabou sendo parte, com destaque para o Conflito do Alto Alegre e o que ele chamou de “Reconquista da Terra”. (EWERTON, 2016, p.116).

A rebelião de 1901, Zannoni (1999) denomina como a “Revolta dos Tenetehara” e procura analisar os mais diversificados pontos de entendimento, analisando os exemplos explicativos que não opõem apenas indígenas contra religiosos capuchinhos lombardos. Abrange, na realidade, um conjunto de outros elementos culturais, sociais, territoriais e econômicos que estão, segundo ele, na base da compreensão desse processo. Muito embora não tenha chegado alongando-se tanto em sua explanação sobre eles, afirma que a *Rebelião de Alto Alegre* não teve repercussões apenas na comunidade de Alto Alegre, mas também nas mais diversas regiões ao entorno, afirmando:

[...] a revolta “embora não tenha tido a participação de todas as aldeias, atingiu a todas indistintamente, e não somente na região de Barra do Corda: ela teve repercussões na região de Grajaú, Zutiwa, Pindaré e Gurupi, isto é, todas as regiões habitadas por Tenetehara.”. (ZANNONI, 1999, p.175).

Os primeiros escritos de Zannoni sobre o tema é uma apreciação na obra “*Massacre de Alto Alegre*” na *Imprensa Maranhense*, demonstra as consequências do fato para a região já citada nesse trabalho apresenta um leque muito importante sobre os pontos de vista dos jornais analisados, e no começo de sua explanação sobre os mesmos afirma que:

“O Massacre de Alto Alegre”, episódio popularmente conhecido e lembrado em todo sertão maranhense, é ainda uma página obscura na História do Maranhão e que tem rendido prejuízos aos Guajajara, aos quais a população de Barra do Corda e Grajaú devota profundo ódio. De certa forma, essas duas cidades foram palco do acontecimento. (ZANNONI, 1998, p. 101).

Outro muito citado na bibliografia sobre a *Rebelião* é Mirammy Santana Guedelha, em seu trabalho monográfico *O massacre de Alto Alegre: Benção e dor, fé e sangue no sertão*

maranhense faz uma apreciação sobre os eventos que levaram ao conflito. O ponto de vista do autor passa por sua origem, pois nasceu na região de Barra do Corda, e registrou o seguinte:

Ainda criança residia em Barra do Corda, minha cidade natal, sempre tive grande interesse nos rostos incrédulos da Igreja Matriz. Nunca me contentei com as definições de que aqueles eram os padres mortos pelos índios no “Massacre de Alto Alegre”, sempre quis entender algo mais sobre esse acontecimento. Esse interesse sempre aumentava mais ao observar as relações conturbadas entre brancos e indígenas na região, que sempre estouravam em conflitos de terra indígenas, perto da área conhecida como Alto Alegre. (GUEDELHA, 2004, p.02).

A pesquisa Guedelha é de fundamental importância para o entendimento da *Rebelião*, pois como cidadão de Barra do Corda trouxe uma visão mais ampla sobre o tema e mostra inicialmente como a visão etnocêntrica dos religiosos Capuchinhos definiu o tratamento dos religiosos contra os indígenas como:

[...] os Capuchinhos definem o índio a partir de seu referencial ético condenando as atitudes indígenas, pois se baseiam em estruturas mentais diferentes da que a suas e que eles não aceitam. Esta visão etnocêntrica dos Capuchinhos é demonstrada já na primeira missão Capuchinha ao Maranhão, onde Claude d’Abbeville comenta “que não existe debaixo do céu nação mais bárbara e mais cruel do que dos índios do Maranhão e circunvizinhas... creio que tenha jamais havido uma nação mais bárbara, mais cruel e desumana como essa”. (GUEDELHA, 2004, p.20).

Outra obra que enriquece muito o sentido metodológico e fatídico com relação a *Rebelião* é *O Massacre de Alto Alegre*, resultante de uma pesquisa realizada pelo IPES¹⁵, com a participação de uma equipe que conseguiu produzir algo extremamente importante e útil a todos, freis capuchinhos, indígenas e moradores da região de Alto Alegre que tenham interesse em estudar o fato. Coordenaram o grupo o sociólogo Pedro Braga dos Santos e a historiadora Regina Helena Martins de Faria.

As percepções sobre essa obra é seguir uma abordagem interdisciplinar, pois historiadores, sociólogos e antropólogos fazem parte da equipe de pesquisa e colocam a sua visão nas páginas do livro. Inicialmente Pedro Braga Santos faz uma explanação sobre os “choques de culturas” entre indígenas e “civilizados”, na qual faz um percurso sobre a presença dos franciscanos em terras maranhenses, e é interessante como em sua explicação o autor coloca sua ideia sociológica sobre o fato, dando uma visão interessante sobre como a presença dos

¹⁵ O Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais, fundada oficialmente em 1961, tinha como principal objetivo levantamentos sobre comportamentos sociais de públicos alvos, principalmente a classe média baixa, foi criada como forte oposição ao Governo João Goulart, servindo como formulador de opiniões na década de 1960 e 1970, com o período de redemocratização se tornou um dos principais órgãos no levantamento de Conflitos no Brasil.

religiosos e sua intervenção na cultura local é visível e todo o processo evangelizador sofrido pelos indígenas no início do século XVI, juntamente com a conquista dos europeus em terras americanas. Faz uma crítica ao processo e ao “modelo de sociedade” e trata como uma imposição do modelo civilizacional europeu.

Encerram a obra com entrevistas realizadas por Demóstenes Guimarães Silva, Maria Raimunda Araújo e Tibério Mariano Martins, que trazem falas de moradores de Barra do Corda, de um membro da Igreja Católica e de um indígena, sobre as causas e consequências da *Rebelião*. A obra dá ao leitor um entendimento de diversos pontos de vista sobre o tema.

A maioria dos pontos de vista sobre a *Rebelião* são relatados, principalmente, sobre a órbita dos historiadores capuchinhos, como Metódio de Nembro e Bartolomeu de Monza, na qual fazem uma análise tradicional e sem realizar nenhum tipo de pesquisa sobre o significado da *Rebelião* para os indígenas. Mário Meirelles, ao apresentar as causas para os acontecimentos em Alto Alegre, faz menção aos fatores apresentados por Nembro, ambos já mencionados nesse trabalho e mesmo com uma tentativa de manter uma imparcialidade sobre o tema, ainda continuam se “nutrindo”, dos perfis explicativos dos missionários e não dos indígenas. Outro autor que segue essa linha, Eloy Coelho Neto, em seu livro *História do Sul do Maranhão*, onde existe uma parte do livro em homenagem a *Rebelião*, que segue a linha do editorial “o Norte¹⁶”, que foi o primeiro periódico a dar notícias sobre Alto Alegre, e o autor faz de suas palavras as mesmas do jornal no qual a linha é sobre o vitimismo dos capuchinhos e do vilanismo dos indígenas, o autor se coloca da seguinte forma:

“A maledicência e a intriga campeavam entre os índios e os incentivam contra os que só queriam o bem. Explorava, desta forma, o demônio em ação, a ignorância maliciosa e o desejo de pilhagem, excitados agora pela farta distribuição de aguardente entre os mesmos e já arregimentados para o triste empreendimento. O Norte, de Barra do Corda, registra o acontecimento denominando o mesmo de Hecatombe, episódio sanguinolento e tétricos da arena do canibalismo... E continua – a hora matinal, hora de profundo recolhimento dos mártires da fé, esses que sacrificaram em honra do dever e em nome de um ideal de sedução todas da vida material, desceu o gênio do crime sob a inspiração terrorista do mal, a saciar sedento e cruel em vítimas inertes os desejos de uma vingança ignominiosa, alimentada pelas fezes da ignorância em luta de encontro a luz, acento característico de todos os tempos¹⁷”. (COELHO NETO, 1979, p. 216).

¹⁶ “Em 1888 um grupo formado por um Juiz Municipal, Dr. Isaac Martins, um promotor de justiça, Dr. Frederico Figueira, um comerciante, Antônio da Rocha Lima, e um jovem promotor que havia sido enviado pelo presidente da Província para se inteirar das perturbações da ordem na região, o Dr. Dunshee de Abranches (que mais tarde se tornaria o redator do Jornal do Brasil, no Rio de Janeiro, fundou o jornal quinzenal o Norte, o qual iria dura até 1940, com influência sobre uma vasta área do centro sul-maranhense” (GOMES, p.236).

¹⁷ Ver COELHO NETO, Eloy. *História do Sul do Maranhão, terra, vida, homens e acontecimentos*. Belo Horizonte, Ed. São Vicente, 1979.

Em várias pesquisas checadas para montagem do corpo deste trabalho, verificamos uma contínua onda de intolerância pela cultura indígena e um sentimento de segregação após a *Rebelião*. Como mostra a citação acima, em nome do martírio e da fé para civilizar os bestializados, não houve preocupação com os prejuízos causados a essas comunidades. Para realizar esse trabalho fizemos várias visitas ao Convento de Nossa Senhora do Carmo e tivemos a oportunidade de realizar duas entrevistas com os membros mais proeminentes da Ordem Capuchinha em São Luís, frei Rogério Beltrami¹⁸, autor do livro “*Acordando palavras dormidas*”, que faz um percurso sobre a Missão Capuchinha no Maranhão, desde a vinda da Missão para o Maranhão, a compra do Convento do Carmo em São Luís para sede da Ordem Capuchinha da missão no Maranhão. Ele utilizou os livros de tombo presente no Convento do Carmo e foi um dos principais organizadores do Arquivo provincial. Hoje com 94 anos e com sua saúde bem debilitada, tornou-se difícil a realização da entrevista, entretanto consegui colher os depoimentos sobre as questões conflituosas de posse de terras. Essa *Rebelião* o deixa profundamente chateado, analisado como um “período muito triste para a história da Nossa Ordem. Vivo entre os capuchinhos desde os anos de 1950, e nunca tinha ouvido falar em um evento tão trágico para nossa trajetória”, lembra o frei.

Outro Membro da Ordem também entrevistado é o também italiano Frei Luís Gilgen, que relata suas experiências e memórias sobre a catequização dos indígenas. Ele analisa o início da Missão Capuchinha no Brasil:

A missão aqui no Brasil era para civilizar os índios só que naquela época não havia o respeito à cultura indígena, uma consideração à cultura indígena, não havia algo marcante ou determinante para a cultura, na época os índios que viviam em regime selvagem deveriam ser civilizados, e era a ideia pelo qual os governadores tinham chamados os frades, não havia nada contra os colonos, o objetivo era levar os índios ao nível de cultura razoável como tinha o homem branco. O índio que vivia na floresta em estado selvagem que fizesse parte do convívio humano, ainda hoje existe a dificuldade nas aldeias em vários locais de Grajau, onde na semana passada mataram dois índios, vivem a divergência, pois morei em Grajau, pessoas perseguidas pela polícia na capital entram na aldeia, casam com uma índia e fica amparado, hoje por ordem do cacique ocorrem assaltos os caminhões pelo passam pela rodovia, antigamente havia a preocupação de ensinar aos índios civilidade e conforme a mentalidade da época, hoje ninguém mais faz, um pouco como fizeram os jesuítas em Assunção e o sucesso capuchinhos no Prata do Uruguai e a missão de Alto Alegre fracassou, entretanto no Prata houve o sucesso de resgatar os indígenas

¹⁸ Nascido em Milão em 1925 e se ordenou padre em 1950. Tornou-se professor no seminário da Ordem em Varese, Itália. Lecionou a matéria de física, área acadêmica da qual obteve diploma na Faculdade de Nápoles. Foi enviado ao Brasil, como missionário, em 1953. Pertence a terceira geração de padres capuchinhos que vieram para o Brasil e teve contato direto com alguns padres da primeira geração. Trabalhou nos estados do Maranhão, Pará, Amapá, Ceará e Piauí. Lecionou em Fortaleza, Paraíba e Belém. Lecionou Arqueologia Bíblica, especialidade obtida através de diploma concedido pela Faculdade de Jerusalém. (CAVALCANTI, 2018, p.49).

da vivencia selvagem e introduzir no convívio do homem branco¹⁹.

Percebe-se na parte inicial da entrevista o caráter civilizatório da missão e da relação amena com os colonos, entretanto a mesma parte mostra que ainda existe uma grande animosidade contra as comunidades Tenetehara no sul do Maranhão, e a degradação de sua cultura por parte de outras comunidades indígenas no entorno da cidade e isso não elimina o caráter de sofrimento dessas comunidades no sul do Maranhão.

Ainda em relação aos relatos sobre a *Rebelião de Alto Alegre*, foi realizado em 2015, um documentário em Barra do Corda chamado “O Massacre de Alto Alegre”: Justiça ou Chacina (Uma Visão Jornalística), realizado pelos jornalistas Edleide BÍblio e LÍvia Andrade. A ideia central do documentário é realizar uma série de entrevistas com os descendentes de indígenas Guajajaras. Historiadores discorrem suas sobre opiniões e analisam de que forma se deu a *Rebelião em Alto Alegre* e suas consequências para a região de Barra do Corda, utilizando como base de pesquisa além dos relatos orais o periódico da época *O Norte* como o primeiro meio de comunicação a trazer notícias sobre a *Rebelião*. Segundo o documentário, para alguns indigenistas, “o início do conflito se origina a partir da escolha da paróquia de Barra do Corda como centro mediador para a catequização dos indígenas e por esse motivo fundam o internato para filhos de índios em maio de 1895” (JOC, 2015). Expõe inicialmente o objetivo desse internato:

“A intenção dos capuchinhos era educar as crianças entre 10 e 15 anos, onde se tornariam marceneiros, sapateiros, alfaiates, ferreiros, torneiros, além da educação cristã, uma forma de doutrinação e fim das práticas pagã e selvagem dos indígenas” (JOC, 2015).

A parte inicial do documentário mostra de imediato os conflitos entre indígenas e capuchinhos, principalmente por causa da educação cristã que era imposta pelos capuchinhos para os jovens índios. Segundo uma das entrevistas concedida pelo Cacique Alderico Pompeli, chefe indígena da Aldeia de Cachoeira relata a situação de sofrimento para os jovens:

“[...] ali na época meu avô falava para mim, que ali tinha muitas crianças de 17 e 18 anos que foram tiradas das aldeias. Mas lá na aldeia quem entrasse não saía, só saíam depois da catequização dos padres que atendiam pelo nome de Capuchinhos, e lá havia pessoas que andavam a cavalo para ser o guardião daquelas terras e todos os dias tinha que haver a missa toda a manhã, quem faltasse os guardiões tinham que ir atrás deles, se fosse caçar ou pescar no mato tinham que estar presente ali, senão iriam ser executados ou apanhavam bastante dos guardiões, tudo isso com o consentimento dos padres” (JOC, 2015).

¹⁹ Parte da entrevista realizada no dia 21 de março de 2018, com frei Luís.

Na fala do cacique se percebe a imposição dos capuchinhos aos indígenas, como castigos físicos e até execuções, respaldados na questão de que estariam trazendo esses indígenas para a civilidade. O processo de catequização em Alto Alegre é visto como brutal para alguns estudiosos e salvacionista para a ordem capuchinha. Com base nessa conflituosa relação entre capuchinhos e indígenas, a questão de terra é muito importante sobre *a Rebelião*, como consequência da ineficiente legislação com relação aos índios, tanto no campo político quanto no campo cultural/ social. Acerca das discussões sobre conflitos em terras Tenetehara no Maranhão, a pesquisadora Elizabeth Bezerra Coelho em sua tese de doutorado “*Territórios em confronto: a dinâmica entre a disputa de terra entre índios e brancos no Maranhão*”, faz uma reflexão histórica sobre as relações entre indígenas e o povo brasileiro, além da atenção em relação à *Rebelião* e faz uma exposição dos conflitos dentro de terras indígenas até o ano de 1981, época em que se deu o reconhecimento de terras Guajajaras no Maranhão. Suas obras sobre a comunidade Tenetehara englobam debates provocados entre indígenas e brasileiros pela posse de terra e os conflitos gerados por esse fato.

Suas contribuições para o entendimento *da Rebelião de Alto Alegre* são vistos sempre como uma problemática do tema, sendo assim segue a mesma linha de Zannoni (1999) e Gomes (2002), principalmente pelo embate com relação à cultura identitária dos indígenas. Entretanto, o primeiro autor busca relatar a *Rebelião* como um “legado” para conflitos posteriores em terras tenetehara e o segundo pensa a identidade das comunidades indígenas no Brasil.

A ideia de civilização pregada no processo de dominação das comunidades no interior do Brasil, não admitia, naturalmente, desorientação ao modelo que se projetava no território brasileiro, fazendo com que civilizar os povos indígenas e tomar-lhes as terras fossem ações entendidas, senão como sinônimas, como desdobramentos fatais, primeiro da colonização e, depois, do processo de consolidação do Estado brasileiro no início da República, tendo em vista que desde o período colonial até os espaços territoriais demarcados como posse dos indígenas não o eram sempre, de fato, pois a própria coroa lusa apenas reconhecia a oficialidade desse direito nas áreas já destinadas por ela à alocação dessas populações.

A obra de Coelho (2002) se assemelha muito com a de Gomes (2002), que além de fazer um apanhado histórico sobre as relações conflituosas, principalmente, por causa do processo de conquista dos não índios naquela região, com relação *a Rebelião de Alto Alegre*, Coelho (2002), foi bem enfática ao tratar do fracasso da Missão dos Capuchinhos Italianos Lombardos e do processo evangelizador/civilizador dos indígenas. O conflito, segundo a autora, teve motivações que são recorrentes; os Tenetehara são julgados como responsáveis pela

matança na Colônia de São José da Providência. Também relembra as impressões dos religiosos que culpam desde a selvageria indígena, passando pelos maus cristãos invejosos (dentre os quais os proprietários locais, vendedores de aguardente, protestantes e maçons) e o sobrenatural, imputando ao demônio a inspiração para o triste episódio que poderia ter compelido os Tenetehara- Guajajara a protagonizar a *Rebelião*.

A autora também dá destaque a figura de João Caboré (Cauré Imana), líder dos indígenas, durante a rebelião. Segundo Olímpio Cruz (1972), ele foi preso pelos frades capuchinhos com o apoio de alguns indígenas pela prática de bigamia. Na crônica de Bartolomeu de Monza (1908), Caboré tinha várias esposas, entretanto após sua conversão ao cristianismo se casou com uma não-índia. Nessas acusações ele teria se dirigido até São Luís para se queixar para o governo. Segundo a autora, teria recebido uma sugestão para que perpetrasse a *Rebelião* contra os Capuchinhos, contudo a autora não chega a ter uma opinião sobre esse fato, mas essa narrativa também é tida como uma motivação para os fatos.

Em síntese, Elizabeth Coelho faz uma reflexão sobre os conflitos entre os índios e os brasileiros. O pleno estado de atenção para rixas entre esses grupos é notado na obra como um sentimento de inimizade que gera conflitos até hoje naquela região. Ainda chama atenção para como a Igreja Católica e o Estado usou a *Rebelião* na propagação da civilização na região de Barra do Corda. A autora faz a seguinte reflexão:

Este fato marcou as relações entre Guajajara e brancos no Maranhão, também em razão da forma como foi explorado pela Igreja. Até os dias atuais existem, pintados nas paredes da igreja de Barra do Corda, retratos das freiras e dos frades que foram mortos no conflito, cultuados como mártires. (COELHO 2002, p. 121).

Desde o início do século XX, as políticas em relação às terras indígenas no Maranhão são tratadas de forma considerável pelas esferas de poder estadual e federal. A Constituição de 1891 não tratava de forma aceitável as políticas em terras indígenas, por consequência gerava conflitos em torno da posse de terras. Nessas condições, uma importante referência do campo da antropologia, pois trouxe uma nova perspectiva sobre as lutas das comunidades indígenas e suas atuações são de reconhecimento nacional e internacional da luta empreendida pelos indígenas. Seus estudos ao longo de vários anos e suas pesquisas e intervenções nas comunidades Tenetehara, sua atuação como presidente da FUNAI e no magistério lecionando em diversas universidades nacionais e em outros países, assim as obras e pesquisas credenciam Mércio Gomes como pesquisador de vital importância que compõe o grupo de cientistas sociais e políticos de que analisam o tema. Sua etnografia e seu olhar pungente sobre os povos e o modo de vida indígena fazem das obras que publicou uma leitura

de grande relevância a quem pretende estudar seriamente os Tenetehara-Guajajara. Considerado o primeiro autor a relatar uma historiografia voltada para os Tenetehara, Mércio Gomes faz um apanhado sobre os principais eventos na história dessa comunidade indígena.

O aldeamento, já mencionado nas descrições de alguns autores já analisados nesse trabalho, teve seu modo de vida descrito pelos antropólogos Eduardo Galvão e Charles Wagley. O principal feito dos trabalhos destes estudiosos, que realizaram pesquisas ainda no início da década de 1940, foi fornecer uma descrição mais detalhada sobre a realidade da cultura Tenetehara e construir traços de sua história e cultura.

A grande visão sobre a dinâmica na vida das comunidades Tenetehara de Mércio Gomes, se dá pelos vários anos que permaneceu dentro de algumas aldeias. Suas experiências lhe deram grande número de estudos e pesquisas e sua obra-prima: *Índio e o Brasil*, demonstrou que essas populações, ao contrário de estarem passando por um processo de extinção por uma herança escravista colonial, estão em crescimento, vindo em choque com uma visão que entende a dinâmica desses povos apenas sob a óptica da aculturação ou, mesmo, das teses que versam sobre o extermínio das populações indígenas como algo durável. Sendo assim as práticas de extermínio dos indígenas sempre foram respaldados por um órgão federal

Segundo Mércio Gomes, em seu livro “*O índio na história*”. *O povo Tenetehara em busca da liberdade*, traz importantes reflexões sobre a relação entre os tenetehara e a sociedade de modelo europeu desde o século XVII até o século XX, demonstrando que desde o período colonial até a proclamação da República, as relações entre indígenas e brancos passaram por vários estágios: o período da escravidão até o início do século XVIII, as políticas de “clientes e patronos” no século XIX, até a concretização da *Rebelião* no início do século XX. Após várias acusações da situação indígena em terras, foi criado em 1910 a SPI (Serviço de Proteção dos Índios), que mesmo cuidando da situação de terra dos trabalhadores rurais, passa exclusivamente a cuidar das questões indígenas. Segundo Gomes, a criação da SPI configura:

“O índio passa a ser visto como um ser digno de conviver em comunhão nacional, mas permanece a visão de inferioridade cultural e evolutiva. Visto como *infantis*, necessitariam de tutela do Estado a quem caberia dar-lhes condições para evoluir a um estágio cultural e econômico superior, para daí integrarem a nação” (GOMES, 2012, p.92-93).

Dentro desse livro, existe mais um capítulo que mais serve como base para esse trabalho. O capítulo VII trata sobre *A transição republicana e a rebelião de Alto Alegre*. No capítulo percebemos a preocupação do autor na constituição histórica sobre a *Rebelião*, inclusive uma nova terminologia para os acontecimentos, entretanto continua a utilizar os vocábulos já mencionados nesse trabalho. Ele narra com detalhes as transições que o Brasil

passou no final do século XIX, as preocupações do Estado Brasileiro nas políticas indigenistas e os impactos da Missão dos Capuchinhos no sul do Maranhão.

Esse apanhado histórico é levado além pelo autor, foi considerado como a formação da Colônia de São José da Providencia, por consequência, influenciou a *Rebelião de Alto Alegre*. Segundo Everton (2016), a nomenclatura utilizada pelo autor se dar:

[...] confere um status diferente ao fato, utilizando uma nomenclatura alternativa à consagrada pelos meios de comunicação da época e pelo Estado. Faz a opção pela nomeação de “rebelião”, o que é muito importante no sentido de revelar a maneira como este estudioso percebe as questões ligadas à contenda. (EVERTON, 2016, p.90).

Na obra, antes de fazer suas considerações sobre a *Rebelião do Alto Alegre*, Gomes (2002) analisa as táticas utilizadas pelos Missionários Capuchinhos para o processo de introdução dos índios à “civilização”, demonstrando, através de sua vasta documentação, fontes que são de registros daquela companhia, o caráter sempre invasivo no tocante às questões socioculturais Tenetehara–Guajajara, restritivo de liberdade e punitivo, sob a bandeira de ações educacionais necessárias ao aprendizado do “ser civilizado”.

O livro de Mércio também traz em seu corpo as consequências políticas da *Rebelião* para o Maranhão e analisa a precariedade em que a sociedade indígena vive, principalmente chamando atenção à perda de terra dos indígenas pelo processo definido por Gomes (2002, pag.278) como “processo de integração socioeconômico, que podemos chamar de caboclicização, ou camponeização dos Tenetehara, o qual sem dúvida incrementaria com a concomitante perda de terra”; isso mostra que a precariedade social com a invasão de lavradores e fazendeiros, traz como consequência desse fato conflitos nas terras indígenas.

2.2- A relevância do Referencial Teórico.

2.2.1- A História Documental e Nova História Cultural.

Para compreender a importância do Arquivo Capuchinho, devemos entender o próprio Convento do Carmo como um espaço de memória viva, que desde sua fundação funciona como um patrimônio de cultura religiosa e social, mostrando que faz parte da identidade da população de São Luís e também do Maranhão. Para isso devemos considerar um pouco de sua história e o papel do Arquivo Provincial para a instituição religiosa.

Em 1624, chegam os primeiros frades carmelitas no Maranhão e em 1627, erguem o Convento de Nossa Senhora do Carmo, no Largo do Carmo, no centro da capital maranhense.

Contudo, em 1615, durante as batalhas de expulsão dos franceses, o convento foi construído em um lugar bem próximo daquele, servindo como base, durante a guerra. Após a rendição dos franceses, segundo Maria Lourdes Lacroix (2012) em sua obra “*São Luís do Maranhão – corpo e alma*”, Felipe II, incumbiu Alexandre de Moura de expulsar os franceses do Maranhão em primeiro de novembro de 1615. Durante as doações de sesmarias, aos habitantes que estavam sob o domínio dos portugueses, aconteceu a reestruturação do espaço urbano do centro da capital.

Para garantir que a conquista do Império Colonial Português fosse definitiva e evitar uma outra invasão por ordem da França, as ordens religiosas foram de vital importância para o processo de fixação de povoadores na terra. Lacroix (2012, p.21) analisa que, por essa razão, o Capitão-mor Alexandre de Moura, em 1615, marcou com exatidão os lugares para as igrejas e conventos dos Carmelitas Calçados da Ordem de Nossa Senhora do Monte Carmelo, Franciscanos, Mercedários da Sagrada e Real Ordem Militar de Nossa Senhora das Mercês e da Redenção dos Cativos e religiosos da Companhia de Jesus. Segundo a autora as edificações foram distribuídas da seguinte forma:

[...] os carmelitas edificaram a Igreja do Carmo. Os franciscanos ficaram à esquerda do Carmo, mais para o interior da Ilha. Os mercedários, próximo à praia do Desterro. Os jesuítas, no espaço da atual Igreja e do Seminário de Santo Antônio e a primeira freguesia de São Luís, a de Nossa Senhora da Vitória, criada em 1621. (CARVALHO, 2015, apud LACROIX, 2012. p.22).

Outro acontecimento importante foi a invasão holandesa em 1641. Os invasores eram protestantes/reformistas e trataram de destruir parte das igrejas da cidade. Foram expulsos em 1644. Segundo Lacroix (2012, p.25), “o Convento acolheu mulheres, crianças e peças de artilharia portuguesa e serviu de forte nas lutas de expulsão dos holandeses, que depredaram as suas torres e paredes”. Segundo a autora, o prédio resistiu a todos os embates e seus sinos tocaram os repiques festivos da vitória, em 1643. Deteriorado e sem condições de reformas, o Convento do Carmo só foi restaurado em meados do século XVIII, ganhando duas torres em 1808.

De acordo com Marques (1999, p.377), durante a guerra contra os holandeses os frades do Convento do Carmo assistiram sempre nesta capitania, administrando sacramentos, doutrinando aos brancos e índios, animando-os, exortando-os para a expulsão do inimigo da fé, assistindo com seus gados para sustento dos moradores, servindo o seu convento de amparo aos desvalidos.

Essa breve revisão sobre os acontecimentos na Igreja e Convento do Carmo, nos dá um ponto de vista mais amplo sobre como esse espaço é até hoje um espaço de resistência e

memória coletiva para a sociedade maranhense, pois a Igreja do Carmo foi muito além de um uso religioso. Segundo Lacroix (2012), o prédio foi utilizado também para:

[...]até 1829, foi sede de Artilharia Imperial; em seguida, na parte térrea funcionou o Corpo Policial de Segurança Pública. Já em 1831 acolheu a primeira Biblioteca Pública da cidade de São Luís. Após a saída da Segurança Pública, o local sediou o Liceu Maranhense, 1838. “Cedeu também espaço para o jornal opositor do governo, visto que era um centro de larga irradiação intelectual” (LACROIX, 2012. p.177).

É importante destacar nesse trabalho que a Igreja e o Convento de Nossa Senhora do Carmo foram comprados pela ordem Capuchinha Lombarda Italiana. Durante a vinda dos Missionários para o Maranhão, ficaram hospedados no seminário de Santo Antônio (atual Igreja de Santo Antônio)²⁰. Contudo, o Superior da Missão, Frei Carlos de San Martin Oleario, em 10 de outubro de 1894, transfere-se para o Convento do Carmo, onde segundo Goretta Cavalcanti (2018, p.218), se tornou o depositário da propriedade que era do Estado. Em 1912, após um leilão no Rio de Janeiro, os frades compraram o Convento do Carmo. Segue abaixo a transcrição do documento da compra do Convento do Carmo, pois o mesmo se encontra em péssimo estado de conservação, sendo assim transcrito para esse trabalho:

Transcrição da Escritura da Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo, comprada pela ordem Capuchinha em 1912:

Translado da escriptura de venda do prédio situado na praça João Lisboa, na Capital do Estado do Maranhão, onde esteve o Convento do Carmo, que a Fazenda Federal dos Estados Unidos do Brasil faz a Missão dos Capuchinhos Lombardos do Norte do Brasil, na compra abaixo.

Saibam quantos está vieram no dia vinte de agosto de mil novecentos e doze, na cidade do Rio de Janeiro, na Procuradoria Geral da Fazenda Pública, um tabelião, pois vindo, compareceram, juntos contratados, vem comprovar, na Fazenda Pública da Republica, junto as partes, representado por Joaquim de Figueiredo no valor de 12 mil contos de réis para Frei Estêvão, Superior regular, Frei Daniel secretariando, num leilão público realizado no Rio de Janeiro, conseguiram adquirir a propriedade legal do mesmo convento. Com pagamentos periódicos de 6 mil contos de réis²¹

De acordo com o documento descrito acima, vemos como o Convento do Carmo como sede da Missão Capuchinha no Maranhão. Observamos ao longo de 50 anos que a documentação e catalogação foram realizadas principalmente pelo Frei Rogério Beltrami e por vários colaboradores, entretanto frei Rogério, que era organizador e curador da documentação

²⁰ A ocupação dos missionários capuchinhos no Convento de Santo Antônio será discutida no segundo capítulo com a vinda da Missão Capuchinha para o Maranhão em 1895.

²¹ Livro de Tombo da Missão, (1912), Arquivo da Província Capuchinha de Nossa Senhora do Carmo.

histórica do Carmo. Vários documentos importantes podem ser vislumbrados nos artigos e textos do Frei Beltrami (1994) e de Maria Goretti de Carvalho (2018), que descreve o “Arquivo dos Capuchinhos no Convento do Carmo contendo vestígios de atividades que foram se desenvolvendo e se redimensionando, em virtude de catástrofes e demandas que se apresentam ao longo da história.” É uma memória que aciona aquilo que ainda é vivo na consciência do grupo de capuchinhos, e na comunidade. Isto porque, “só retém do passado o que dele ainda é vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que o mantém”. (HALBWACHS, 2006, p. 70). E, concordando com Le Goff:

“O que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa os historiadores” (LE GOFF, 1990, p. 535).

A pesquisa no acervo documental do Arquivo da Ordem Capuchinha, é importante para os futuros pesquisadores:

Efetivamente os arquivos parecem acúmulo de palavras destinadas a dormir imperturbavelmente, sem que ninguém a desperte de seu sono secular. Dá mesma forma como os cadáveres nos sepulcros. [...]. Mas, damos conta que as palavras *dormidas* encerram um acervo de ensinamentos e de vida do qual precisamos nos apropriar, dá mesma maneira que a psicanálise faz com que nos apropriemos do nosso passado, para vivê-lo conscientemente e sem abalos. (CAVALCANTI, 2018, apud BELTRAMI. 1994 p.18-19).

A pesquisa histórica, em sua essência é o uso de documentos em pesquisa que deve ser estimado e apreciado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais, pois possibilita ampliar a compreensão de objetos cuja concepção necessita de contextualização histórica e sociocultural, por exemplo, na reconstrução de uma história vivida:

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2008, p.295).

A pesquisa documental se tornou de vital importância para análise dos fatos por vias da escrita, das atividades dos sujeitos no período, tendo com esse novo desafio historiográfico a História Cultural, que segundo Chartier (1990, pag.17) “[...] tem como principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.”

Como referencial teórico, buscamos o diálogo com autores que analisam a cultura

como informação, onde os objetos são avaliados no meio social e desempenham a função de transmitir conhecimentos. Redefinem-se como cultura na compreensão de sua natureza comunicativa e virtudes nas quais os indivíduos partilham suas experiências e convicções.

As abordagens teóricas pertinentes à História Cultural se constituem naquela centrada no significado antropológico de cultura enquanto “dimensão simbólica da ação social” (BURKE, 2000, p. 246). Sendo assim, considera cultura o processo de construção de sentidos partilhados socialmente. Enfoca, portanto, as diversas práticas e representações coletivas pelas quais os homens através da História atribuem significado ao mundo.

A História Cultural, tal como a entendemos, tem como principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler [...] as representações do mundo social assim construídas são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam (CHARTIER, 2002, p. 16-17).

Ao estudar a *Rebelião de Alto Alegre* e seu “legado” para a Missão Capuchinha e as questões de terra Tenetehara no Maranhão a partir da coleta de dados orais e escritos, procura-se analisar a formulação de uma memória da resistência pelos membros das comunidades indígenas relacionadas ao histórico de ocupação e conflitos, procurando compreender se há utilização da memória como ferramentas na luta pelo não extermínio do modo de vida das comunidades e também como autoafirmação individual do sujeito detentor de um saber não acessível a todos, além de visitar aspectos da história de ocupação territorial da comunidade a fim de pensar a luta pela permanência no território.

Para a compreensão da história, para auxílio e análise das fontes, autores como Roger Chartier (1990), trazem uma apresentação como pedra angular dos paradigmas históricos. Logo, a história cultural é o alicerce teórico-metodológico adequado para a autenticidade que se pretende decifrar, mostrando a possibilidade de interpretação das fontes de modo a considerar que as representações e práticas relacionadas à sociedade e não podem ser interpretadas de maneira separada.

Chartier (1990) caracteriza ainda, que o conhecimento de representação permite:

[...]articular três modalidades da relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos: seguidamente as práticas que visam reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim as formas institucionalizadas graças a quais uns representantes (instancias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade (CHARTIER, 1990, p.23).

Em suas pesquisas e trabalhos, Roger Chartier faz contribuições significativas para a Nova História Cultural ao constituir conceitos como práticas e apropriações.

As representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio (CHARTIER, 2002, p. 17). Práticas culturais não devem ser pensadas apenas em relação às instâncias oficiais de produção cultural, mas também em relação aos usos e costumes que caracterizam a sociedade examinada pelo historiador (BARROS, 2004, p. 77).

Nessas condições, para historicizar as fontes é necessário a leitura e desconfiar das mesmas, na busca por uma melhor compreensão do passado, problematizando-as e compreendendo-as como uma representação do real, o que exige a clareza do dispositivo, bem como do discurso de quem escreveu. Entendemos assim, que as representações que se tem das práticas, sejam individuais ou coletivas das experiências dadas pela sociedade, estão vinculadas aos bens culturais, aos modos de pensar ou agir que os englobam, “[...] todas e quaisquer traduções mentais de uma realidade exterior percebida [...]” (BARROS, 2005, p.135), sendo assim, “todas as práticas sendo elas econômicas ou culturais, dependendo das representações utilizadas pelos indivíduos para darem sentido ao mundo.” (HUNT, 2005, p.25).

Em relação às práticas culturais, é importante destacar que as mesmas são “[...] complexas, múltiplas, diferenciadas, que constroem o mundo como representação” (CHARTIER, 1990, p.28). Portanto, por meio dos usos e costumes de uma sociedade determinada pelas representações sociais, é possível ao pesquisador observar, compreender e analisar tais características dessa sociedade, ressaltando reconhecer a identidade social dos sujeitos produtores e consumidores de cultura de que ela faz parte.

Segundo Barros (2005), as práticas culturais são consideradas:

As noções de práticas e representações são bastante úteis porque através delas podemos examinar tanto os objetos culturais produzidos, os sujeitos produtores e receptores de cultura, os processos que envolvem a produção e difusão cultural, os sistemas que dão suporte a estes processos e sujeitos, e por fim, as normas a que se conformam as sociedades quando produzem cultura (BARROS, 2005, p. 82).

Entretanto como já foi citado muito dos discursos com relação ao fato se dar pelo: “discurso dos próprios religiosos bem como suas formulações escolhas e recursas, ou seja, condições os relatos dos agentes da Ordem Ecumênica, nessas condições os registros históricos dos superiores e responsáveis pela missão pelas estratégias e imposições para a evangelização e catequização dos novos fieis” (CARVALHO, 2018, p.22).

Sendo assim, as práticas são identificadas a partir dos escritos contidos nos dispositivos que eles produzem, como também dos sujeitos que normalmente aparecem à

margem da história oficial (CHARTIER, 1990). Nessas condições, considerando ainda que: “No interior existem disputas por controle e legitimação dos bens produzidos, assim como também são estabelecidas diferentes relações e assumidas variadas posturas pelos agentes que o compõe.” (PEREIRA, 2015, p.341).

Assim nessa análise acerca das questões Tenetehara no Maranhão e das práticas evangelizadoras dos Capuchinhos Lombardos, é possível pensar como estão sendo realizadas pela perspectiva de Certeau (2014, p. 88). “[...] a tática é definida pelo movimento oriundo do campo inimigo e determinada pela ausência de poder e estratégias, como composição pela força e sedução [...]”; ou seja, no campo da prática da conversão dos capuchinhos nas terras de Alto Alegre, buscou-se entender as características que as definiram socialmente, trazendo um olhar, uma interpretação das práticas catequistas utilizadas pelos capuchinhos, tendo em vista a História Cultural.

Para Certeau (1982), “é a problematização o princípio do historiador, onde a história é a resposta para um problema, nesse sentido, deve-se a todo o momento se perguntar, questionar ao longo do texto.” Essa é a característica indetectável ao fazer historiográfico. Esse é um atributo da Nova História Cultural, o questionamento. Caso não houvesse, tudo estaria pronto, escrito e visto, pois uma única forma “correta” já teria se esgotado e tido como verdade. A subjetividade que a move não se nega aos métodos ou algumas normas, mas a particularidade está presente desde as fontes escritas que o pesquisador elege até a sua visão dos escritos. É importante quebrar com padrões de única visão estabelecida:

“Mais genericamente um texto histórico (quer dizer, uma nova interpretação, o exercício de métodos novos, a elaboração de outras pertinências, um deslocamento da definição e do uso do documento, um modo de organização característico, etc.) enuncia uma operação que se situa num conjunto de práticas. Este aspecto é o primeiro. É o essencial numa pesquisa científica. Um estudo particular será definido pela relação que mantém com outros contemporâneos, com um “estado da questão”, com as problemáticas exploradas pelo grupo e pontos estratégicos que constituem, com os postos avançados e os vazios determinados como tais ou tornados pertinentes com relação a uma pesquisa em andamento. Cada resultado individual se inscreve numa rede cujos elementos dependem estritamente uns dos outros, e cuja combinação dinâmica forma a história num momento dado. Finalmente, o que é uma “obra de valor” em história? Aquela que é reconhecida como tal pelos pares. Aquela que pode ser situada num conjunto operatório. Aquela que representa um progresso com relação ao estatuto atual dos “objetos” e dos métodos históricos, e, que, ligada ao meio no qual se elabora, torna possíveis, por sua vez, novas pesquisas. [...]. É o produto de um lugar.” (CERTEAU, 1982, p.72-73).

Essa abordagem possibilitou uma abertura para a aceitação dos testemunhos diretos (valorizado pela historiografia da Antiguidade clássica e desqualificado pela historiografia na

segunda metade do século XIX), ao neutralizar as tradicionais críticas e reconhecer que a subjetividade, as distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a elas imputada podem ser encaradas de uma nova maneira, não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional para a pesquisa (POLLAK, 1992).

2.2.2- História e Imprensa.

Nesse sentido, o acervo que apresenta um leque de documentos dos Arquivos dos Frades Capuchinhos no Maranhão foi de vital importância para alcançar nossos objetivos nessa busca por entender como *a Rebelião em Alto Alegre* influenciou na Missão Capuchinha e as políticas de terra dos Tenetehara no Maranhão. Tivemos que realizar a “reconstrução histórica” do local que protagonizou o fato e de seus envolvidos, além das consultas nos arquivos, matérias de jornais, como, por exemplo, “*O jornal Estado do Maranhão, O Norte e A Pocotilha*”. Todos trazem uma ampla cobertura sobre como a intervenção na cultura indígena influenciou na efetivação dos acontecimentos em Alto Alegre. Essa larga cobertura se deu principalmente durante a realização da *Rebelião em Alto Alegre*.

Os periódicos naquele momento descrevem os acontecimentos naquela região, entretanto, devemos observar que durante a análise desses jornais observamos seus pontos de vista, suas posições ideológicas e políticas. Agora nos deteremos um pouco a expôr a relevância dos jornais para a historiografia.

A partir da década de 1970, a utilização de jornais pelos historiadores foi sendo ampliada no Brasil. Em tempos anteriores, os estudos sobre imprensa abrangiam apenas termos gerais e eram caracterizados pela análise da história da imprensa brasileira, os jornais e a imprensa, de um modo geral, também eram empregados como fonte com o objetivo de se confirmarem argumentos na pesquisa do historiador. Entretanto, a partir da década de 1970 e 1980, aconteceu uma virada no que diz respeito aos trabalhos relacionados com os periódicos no Brasil e a utilização da fonte impressa pelos historiadores. Dentre os principais autores, podemos destacar o de Maria Helena Capelato que, em dois de seus trabalhos, faz uma análise de um determinado periódico paulista, colocando este não apenas como fonte, mas sim como objeto de pesquisa²².

A renovação na utilização de fontes impressas tem grande influência e contribuição para a terceira geração dos *Annales*, que incluiu outras fontes, orais e visuais, ao campo da

²²CAPELATO, Maria Helena. **Os arautos do liberalismo: imprensa paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

pesquisa histórica. A partir dessas novas concepções de documentos, começa a haver uma maior crítica às fontes, no sentido de que o documento é resultado de uma organização, consciente ou não, do contexto que o produz. “Isso decorre das disputas entre as forças conflitantes que tentam impor ao futuro uma determinada imagem da realidade” (CAPELATO, 1989, p.193). Nesse trabalho, adotarei o conceito de imprensa de Maria Helena Capelato (1989, p.193), onde a autora define a imprensa como:

Instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social nega-se, pois, aqui, aquela perspectiva que a tornam como um mero veículo de informação transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere.

Será discutido nesse trabalho a forma como esses impressos analisaram e montaram as manchetes que se propagaram na época, e principalmente analisar o conteúdo dos jornais já citados. Nesse caso, no jornal há sempre uma “mistura do imparcial e do tendencioso, do certo e do falso” (CAPELATO, pag.198).

Para que haja o entendimento dos caminhos políticos e sociais durante a *Rebelião* e as políticas de terra Tenetehara no Maranhão, busca-se entender como os jornais tomaram notícias sobre o fato; é necessário compreender os interesses contidos dentro desse “Aparelho de Hegemonia” (OLIVEIRA, p.195) sobre essa mídia de informação. Nessas interpretações os trabalhos sobre imprensa de Maria Helena Capelato e Ligia Prado, nos balisam quando:

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesse e intervenção da vida social; nega-se, pois, aqui, aquela perspectiva que a tornam um mero “veículo de informação”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político social na qual se insere²³.

Concordando com Capelato e Prado, que surge uma nova roupagem da História da Imprensa no Brasil, Nelson Werneck Sodré em seu livro “*A História da Imprensa no Brasil*”, faz uma grande viagem desde a imprensa colonial até uma mais contemporânea. A análise do autor de viés marxista, entende ser a mesma lida como uma história particular da luta de classes, no Brasil, e das tentativas burguesas de controle do jornalismo, vinculadas ao desenvolvimento do capitalismo, afirmando:

[...] “a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista. O controle dos meios de difusão de ideias e de informações – que se verifica ao longo do desenvolvimento da imprensa, como reflexo do desenvolvimento capitalista (...) – é uma luta em que aparecem organizações e pessoas das mais diversas situações social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interesses e aspirações. Ao lado

²³ CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Ligia- **O Bravo Matutino, Imprensa e ideologia: o jornal “O Estado de S. Paulo”**. São Paulo: Alfa- Ômega, 1980, p.34.

dessas diferenças, e correspondendo ainda à luta pelo referido controle, evolui a legislação reguladora da atividade da imprensa (SODRÉ, 1999, p. 1)²⁴.

Um dos grandes motivos para o desenvolvimento desse trabalho foi a necessidade de dar novas perspectivas para o tema porque vemos na documentação do Arquivo da Província de Nossa Senhora do Carmo, um grande acervo de matérias de jornais e revistas sobre as políticas de terra Tenetehara no Maranhão. Há muita documentação sobre o assassinato de índios, a atuação de colonos em terras de delimitação indígena, e as atitudes tomadas pelo governo tanto estadual como federal, não apenas durante a *Rebelião de Alto Alegre*, mas ao longo de todo o século XX.

Apontamos, inicialmente, com uma das pretensões dessa pesquisa, a percepção da formulação de uma *memória de resistência* nos membros da comunidade indígena de Alto Alegre (Maranhão) relacionada ao histórico de ocupação e conflitos no e pelo território.

Para tal análise, situamos o recorte temporal no período que vai de 1893 a 1922, a fim de melhor delimitar o *ponto de partida* desse estudo, pois nesse momento ocorre a Reestruturação da Missão Capuchinha e se intensificam os conflitos Tenetehara nas terras no sul do Estado. Mas por que analisar a *Rebelião em Alto Alegre* em 1901? Busca-se nos acontecimentos em Alto Alegre algumas respostas acerca das demarcações de terras e tradições indígenas tanto pela Ordem Capuchinha, quanto pela busca identitária dos indígenas e como esses diversos conflitos de interesses fomentaram conflitos e luta pela terra.

Recortando a pesquisa ao período de 1893 a 1922, adentramos ao período contemporâneo mais recente, que é classificado pela historiografia atual como História do Tempo Presente. Para René Rémond, não é necessário insistir nas razões legitimadoras desse tipo de estudo, pois “a batalha está ganha e atualmente ninguém mais contesta sua situação de fato, nem que ela possa ser objeto de um estudo científico” (JESUS; apud, AMADO, 2006, p. 205).

O trecho dá ênfase à situação atual de aceitação da História do Tempo Presente – que também pode ser chamada de História Recente ou Imediata – no meio acadêmico. Se por várias décadas o estudo do presente foi considerado pelos historiadores como pesquisa sem objetividade, depois da Escola dos Annales abriram-se possibilidades para a aceitação de estudos como esse. Grande conquista foi a compreensão de que todo estudo de história parte das inquietações do presente, e não do passado. A esse respeito preciso esclarecer alguns

²⁴ SODRÉ, Nelson. W. (1966/1999). **História da imprensa no Brasil**. 4a edição com capítulo inédito. Rio de Janeiro: Mauad [edição original de 1966].

aspectos Marc Bloch analisa que o conhecimento histórico é visto através de vestígios. Sendo assim analisa:

Como primeira característica, o conhecimento de todos os fatos humanos no passado, da maior parte deles no presente, deve ser, um conhecimento através de vestígios. Quer se trate das ossadas emparedadas nas muralhas da Síria, de uma palavra cuja forma ou emprego revele um costume, de um relato escrito pela testemunha de uma cena antiga [ou recente], o que entendemos efetivamente por documentos senão um “vestígio”, quer dizer, a marca perceptível aos sentidos, deixada por um fenômeno em si mesmo impossível de captar?” (BLOCH, 2001, p. 73.)

Segundo Eric Hobsbawm (1998), existe a necessidade de se fazer estudos sobre a história do tempo presente, que no Brasil, até a segunda metade do século XX, foi tratado como um tema problemático, entretanto, com todos os seus problemas estruturais, com os mesmos cuidados e critérios que se tem com os outros tempos, ainda que seja para salvar do esquecimento, e talvez da destruição, fontes que serão indispensáveis aos historiadores do terceiro milênio.

O historiador francês François Hartog chama a atenção para a maneira como as sociedades contemporâneas têm lidado com o tempo presente, na qual afirma:

Se ao longo do século XIX os historiadores acreditavam que as sociedades caminhavam em direção ao progresso e que o futuro se avizinhava como algo promissor, no contexto atual a crença no futuro torna-se cada vez mais incerta, transformando esse futuro em presente, o que o autor denomina ‘presentismo’. O desdobramento desse quadro é uma supervalorização da memória e de temas como identidades e comemorações²⁵.

Segundo Pierre Nora em “Os acontecimentos e o historiador do presente (1977)”, são os jornalistas que estão no início do desenvolvimento da história imediata e há muitos que, tendo vivido o acontecimento, voltam a retomá-lo alguns anos depois. Para ele, esta é, sem dúvida, uma época em que as pessoas sentiram a necessidade de começar a compreender o que lhes acontecia e a possuir os seus meios de compreensão quase imediatos, afirmando:

Já não é o historiador que faz o acontecimento, mas sim a inflação da informação, a multiplicação das interrogações das próprias inquietações [...] é necessário auscultar o acontecimento, porque é ele que une, como num feixe, todos os significados sociais de que os rodeia (NORA, p.49).

Segundo o autor, “antes, num sistema de informação tradicional, passavam-se coisas que não afetavam profundamente a vida das massas, ou estas massas não sabiam que

²⁵ HARTOG, François. **Sur la notion de regime d’historicité**. In: DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick (Dir.) *Historicités*. Paris: Éd. la Découverte, 2009. Pag.133-150.

essas coisas afetavam profundamente a sua vida, ou então ninguém lhes prestava atenção” (NORA, 1977, p. 46). Na atualidade o papel do historiador, com a inerência do fato, é deixá-lo mais claro, explicá-lo plausivelmente e fixá-lo no passado.

Nesse campo, existem grandes desafios para o pesquisador que adentra pela quantidade esporádica de informações, pois hoje em dia o menor acontecimento é vivido como sendo já histórico, memorável, inscrevendo-se já na história, quando nem sequer se sabe se ele terá lugar ou se virá a ter alguma importância, assim, “promove-se o vivido em histórico, o que muda completamente a natureza do histórico e também do vivido” (NORA, 1977, p. 47).

2.2.3- História Oral e Memória:

Para viabilizar esse trabalho, também lançamos mão da metodologia e tecnicidade da História Oral, pois nessa análise da obra pautada em entrevistas sobre *Rebelião de Alto Alegre*, a Missão Capuchinha e as políticas Tenetehara no Maranhão, além de serem temas de uma série de entrevistas realizadas pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES) já citada neste trabalho, temos entrevistas com membros da Ordem Capuchinha Rogério Beltrami, Luís Gilgen e as missionárias capuchinhas Irmãs Maria José de Souza Cruz e Verônica Maria Frazão, no que se refere a atuação das irmãs capuchinhas no Maranhão.

Pontos de vista dos entrevistados levantam os múltiplos motivos para a realização da *Rebelião* e os primeiros passos das políticas de terra indígena no início do século XX, que são concretizados por entrevistas dadas pelos indígenas e frades capuchinhos com o objetivo de compreender o desenrolar da *Rebelião*, e como esses eventos influenciaram nas mudanças da política de terra após os acontecimentos de Alto Alegre.

A discussão acerca da História Oral é contemporânea no âmbito da historiografia. Vem crescendo ao longo dos anos impondo aos pesquisadores suas principais características, numa tentativa de defini-la quanto às suas técnicas metodológicas com o objetivo de classificá-la.

A História Oral pode ser entendida como “uma metodologia de pesquisa que busca inserir os excluídos da história oficial e inseri-los dentro dela” (ALVES, 2016). Segundo a pesquisadora Guedes Pinto, a história oral possibilita movimentos de posturas e mudanças, tanto para o pesquisador quanto para o sujeito pesquisado. Sendo assim, a autora afirma:

A História Oral preocupa-se, fundamentalmente, em criar diversas possibilidades de manifestações para aqueles que são excluídos da história oficial, tanto a “tradicional quanto a contemporânea, e que não possuem formas suficientemente fortes para o enfrentamento das injustiças sociais. (GUEDES PINTO, 2002, p.95).

Ian Mikka considera que “o pensamento, a história oral dissociada da teoria é o mesmo que conceder qualquer tipo de história como um conjunto de técnicas, incapaz de refletir sobre a si mesmo”. “Não é só sobre a história oral é teórica, como constituir um corpus teórico distinto, diretamente relacionado às suas práticas” (MIKKA apud. FERREIRA e AMADO, 2006; pag.13). Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado entendem a história oral como uma metodologia como muitas outras, como uma forma de compreensão, afirmando:

A história do tempo presente contribui particularmente para o entendimento das relações entre a ação voluntária a consciência dos homens e os constrangimentos desconhecidos que a encerram e a limitam. Melhor dizendo ela permite perceber com maior clareza a articulação, de um lado, as percepções e as representações dos atores e, de outro as determinações e interdependências que tecem os laços sociais. Trata-se, portanto, de um lugar privilegiado para uma reflexão sobre as modalidades e os mecanismos de incorporação do social pelos indivíduos de mesma formação social. E nos parece óbvia a contribuição da história oral para atingir esses objetivos (FERREIRA; AMADO, 2006, p.24).

De acordo com Chartier (2002), escrever história através de narrativas, não é sacramentar certezas, mas diminuir o campo de dúvidas. As narrativas resultantes da história oral estimulam a escrita de uma história que não é uma representação exata do que existiu, mas que se esforça em propor uma inteligibilidade. No início, grande parte das críticas que o método sofreu dizia respeito justamente às distorções da memória, ao fato de não poder confiar no relato do entrevistado, carregado de subjetividade. “Hoje considera-se que a análise dessas distorções pode levar a melhor compreensão dos valores coletivos e das próprias ações de um grupo e nos mostra que a constituição da memória é objeto de contínua negociação”. (FERREIRA, p.15, apud CHARTIER. p.24).

Paul Thompson afirma que nenhuma fonte está livre da subjetividade, seja ela escrita, oral ou visual, todas podem ser falhas, porém em seu livro *A voz do passado* o autor defendeu o uso da metodologia da história oral ao afirmar que “a evidência oral pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história. [...] transformando os objetos de estudo em sujeitos” (THOMPSON, 1992, p. 137).

Aqui a história oral será utilizada junto com outras fontes de estudo já citadas para que se torne mais ampla à interpretação e à análise. A história oral ajuda na compreensão dos fatos na memória do entrevistado:

Essa perspectiva que explora as relações entre memória e história, ao romper com uma visão determinista que elimina a liberdade dos homens, coloca em evidência a construção dos atores de sua própria identidade e equaciona as

relações entre passado e presente, reconhecendo que o passado é construído segundo as necessidades do presente (FERREIRA, 2000, p. 118).

Assim, podemos entender a memória como a presença do passado, como uma construção psíquica e intelectual de fragmentos representativos desse mesmo passado, mas não em sua totalidade. Peter Burke (2000) descreve a memória como uma reconstrução do passado, uma vez que lembrá-lo e escrever sobre ele não é uma atividade ingênua ou inocente. Portanto, a memória é sempre uma construção feita no presente a partir de vivências ocorridas no passado.

A fim de compreender a importância dessa memória para a sociedade, é válido ressaltar a definição da palavra “memória”, que segundo Le Goff (2003), apresenta características que passam por várias áreas das ciências humanas, desde o pedagógico ao histórico. Ele afirma que para melhor valorização da mesma, foi preciso a utilização da escrita e da oralidade para que dessa forma a memória não fosse perdida. Portanto, assim, consegue-se perceber como o estudo de documentos, jornais e entrevistas contidas nos arquivos traz informações pertinentes para a perpetuação da memória e a valorização da História Oral e Imprensa. Quanto à valorização da memória, Le Goff afirma:

A evolução das sociedades, na segunda metade do século XX, elucida a importância do papel da memória coletiva desempenha. Exorbitando a história como ciência e como culto público, ao mesmo tempo a montante, enquanto reservatório (móvel) da história, rico em arquivos e em documentos, e aval, (e vivo) do trabalho histórico, a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando, todas, pelo poder e pela vida, pela sobrevivência e pela promoção. (LE GOFF, 2003, p.15).

Com a realização de visitas no Arquivo dos Capuchinhos e a busca por diversas documentações sobre *a Rebelião*, as entrevistas realizadas para expressar as diferentes concepções sobre esse fato possibilitou a constituição de uma memória coletiva, considerada por Halbwachs (2004), a recomposição mágica do passado, reconstruída sobre um fundamento comum.

Com esses instrumentos, a utilização dessas fontes e narrativas, é vislumbrar um novo passado no presente; demonstrar um aspecto da *Rebelião em Alto Alegre* e suas consequências, tornando visíveis fatos ocultados por sua história. Os discursos dos entrevistados e as fontes analisadas nos conduzem ao pensamento de Halbwachs (2004), apoiando-se em outras memórias, visto que, quando Beltrami, Gilgen e os entrevistados pela IPES, evocam um passado histórico sobre os indígenas, são obrigados a confiar na memória de outros, que não completam ou fortalecem a sua, mas que é a única fonte daquilo que querem repetir.

O autor analisa: “Carrego comigo uma bagagem de lembranças históricas que posso ampliar pela conversação ou pela leitura. Mas é uma memória emprestada e que não é minha” (HALBWACHS, 2004). Dessa perspectiva buscamos analisar os Arquivos e as entrevistas como um espaço de memória, produtoras de sentimentos que extrapolam o vivido, acumulando vestígios do que um dia foi através das lembranças cristalizadas.

Sendo assim, a memória produz narrativa, que são narrativas de memória, não apenas individuais, mas coletivas, e estas são narrativas de identidade na medida em que manifesta a visão que o entrevistado tem de si mesmo e do mundo, e também como ele é visto por outro sujeito ou por uma coletividade. Não é somente a lembrança de certo indivíduo, mas de um indivíduo inserido em um contexto familiar ou social, por exemplo, de tal forma que suas lembranças são permeadas por inferências coletivas, moralizantes ou não. Para Halbwachs, “toda memória é coletiva, e como tal, ela constitui um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros” (HALBWACHS, 2004, p. 85). O autor concebe a memória sociologicamente, uma vez que a memória individual só existe na medida em que o indivíduo é produto de um grupo. Essa metodologia, segundo Portelli (2010), permite vivificar a relação entre História, memória e identidade.

3. A MISSÃO CAPUCHINHA E A *REBELIÃO DE ALTO ALEGRE* NOS ARQUIVOS DO CARMO E PERIÓDICOS DA ÉPOCA.

Já se passaram 118 anos da revolta ou como foi denominado pelos jornais da época “Massacre de Alto Alegre” ou “Hecatombe de Alto Alegre²⁶”, entretanto mencionado nesse trabalho como *Rebelião*, principalmente contra a imposição catequética e civilizatória dos missionários capuchinhos, com o objetivo de combater as atitudes selvagens e repugnantes dos indígenas. Foi lançada uma Missão dos padres capuchinhos em 1893 com o objetivo de catequização das comunidades locais. Graziella Merlatti (2001, p.20)²⁷, afirma que “foram enviados para catequizar os indígenas que não gozavam de boa fama entre os missionários, tanto que alguns padres, ainda em 1537, com toda seriedade, lançavam dúvidas sobre a existência de uma alma humana nessas criaturas”.

Nos muitos estudos dos religiosos europeus e os povos nativos, esse foi o imaginário definido pela igreja, colocando os nativos como seres inferiores. Para o entendimento desse fato, vamos percorrer o início da Missão Capuchinha no Maranhão, o processo de civilização dos indígenas em Alto Alegre, a fundação da Província de Alto Alegre e a concretização da *Rebelião de Alto Alegre* de acordo com os documentos e periódicos encontrados nos Arquivos Capuchinhos da Província de Nossa Senhora do Carmo. Nesse momento iremos abordar como se concretizou a Missão liderada pelo capuchinho Frei Carlos de San Martinho Oleario.

3.1. O desdobramento da Missão Capuchinha no Maranhão (1894).

A missão Capuchinha no Maranhão, fundada em 16 de agosto de 1894, segundo Gorette Cavalcanti(2018, p.19) “tinha duas frentes de missão: indígena e popular”. Fundada oficialmente pelo missionário da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos²⁸ – Frei Carlos de

²⁶ Denominação do jornal *O Norte* de Barra do Corda, que era defensor dos Capuchinhos, criou essa designação em suas primeiras publicações sobre o acontecimento, defensor de uma retaliação contra os indígenas localizados na região de Barra do Corda, adotando uma postura de revanchismo contra a população de índios locais. Entretanto como foi relato no início desse trabalho a várias denominações para os acontecimentos na colônia de Alto Alegre em 1901, todas serão mencionadas nesse capítulo.

²⁷ MERLATTI, Graziella. **Amor e martírio em Alto Alegre-1901-2001**. Maranhão: Editora Ética, 2001.

²⁸ Frades de uma ramificação da Ordem Franciscana primeira, conforme Gorette Cavalcante (2018) fundada pelo primeiro grupo masculino, congregado por São Francisco de Assis. Desta primeira ordem derivam todos os franciscanos religiosos: os frades menores (observantes reformados); os frades menores Conventuais; e os frades menores Capuchinhos (ORDEM DOS FRADES CAPUCHINHOS MENORES- OFMCap). Estes últimos, pela reforma de 1528, que na Itália se separaram dos Franciscanos Observantes; e os observantes ou reformados que reúnem todos os religiosos franciscanos que participaram das reformas antes do final de 1800. E todas essas reformas eram feitas com o objetivo

San Martino Olearo²⁹. “As maiores motivações para a escolha do Maranhão era principalmente a expressiva quantidade de indígenas que havia nas margens dos rios maranhenses. Corda e Mearim, espaço profícuo para a cristianização no contexto das missões capuchinhas” (CAVALCANTI, 2018, p.20). A chegada do missionário no Maranhão se deu depois de um convite do então Bispo do Maranhão, Antônio Cândido Alvarenga, e com isso em 1894, recebe do Governo do Estado o antigo Convento do Carmo, localizado na Praça João Lisboa.

No Brasil, o período entre a proclamação da República e a segunda metade do século XX, “foi marcado pela entrada de congregações católicas que vivenciaram um processo de secularização e como consequência disso enfrentava o fechamento dos mesmos para as ações desenvolvidas por essas congregações” (QUEIROZ, 2016, p.87). A vinda dessas organizações religiosas para o Brasil faz parte do processo de romanização do catolicismo³⁰ brasileiro realizado pelo vaticano e o desejo do governo brasileiro e da Sé de fundarem missões religiosas indígenas, especialmente no Norte, incluindo o Maranhão, principalmente a região amazônica do estado, com o objetivo de continuar as ações de “civilizar” e catequisar os indígenas.

Após a volta dos capuchinhos para o Brasil, por volta do ano de 1840, a convite do Imperador D. Pedro II, deu-se início às atividades dos Religiosos Italianos, porém logo após a fundação da República em 1891, o Brasil teve uma grande demanda de missionários para o desenvolvimento da missão catequista junto aos indígenas, principalmente nas regiões amazônicas. Segundo Cavalcanti (2018, p.20), “Foi solicitado à Santa Sé o envio de missionários, preferencialmente capuchinhos italianos”. Nesse sentido, apontam o

de retomar o espírito genuíno do fundador. Antes de 1528, já havia os capuchos, em Portugal, ou seja, os religiosos franciscanos observantes reformados. Mas em Portugal (século XV), só havia uma província de franciscanos, isto é, um grupo de conventos subordinados a um único superior Provincial; começo então a propagasse entre os religiosos a ideia de se reformarem, ou melhor, de observarem mais exatamente a Regra de São Francisco. Eram movimentos que se davam semelhantes na Itália, na França e na Espanha. (CAVALCANTI, 2018 apud. FARIA 1961).

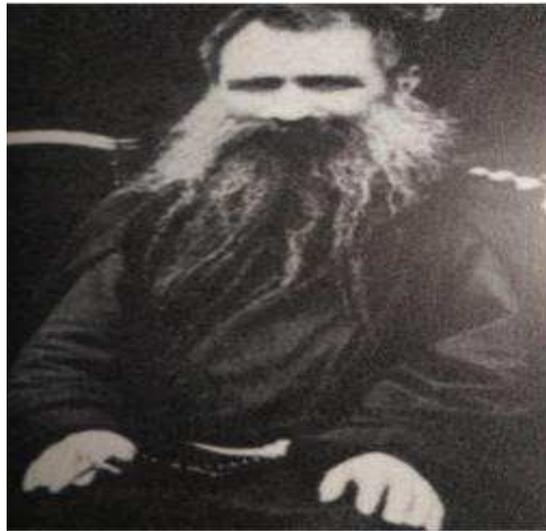
²⁹ Primeiro Superior Regular da Missão no Maranhão (1894 a 1896). Nome de batismo: Pascoal Francesco Roveda nasceu em Vaianello di San Martino Olearo, nos arredores de Milão (1852), e faleceu em Fortaleza- CE, aos 79 anos de idade (1931). A formação previa de Fr. Carlos foi teologia, no seminário Arquidiocesano de Milão. Depois decidiu entrar para a OFM Cap, em 1873. Disponibilizou-se para o envio ao Brasil (1892), com o propósito de desenvolver uma missão indígena no Norte brasileiro (CAVALCANTI, 2018 apud. GIANELLINI, 1993).

³⁰ A Igreja Romana queria substituir o catolicismo no Brasil considerado uma mistura de práticas populares com outras crenças que não eram prevista por uma doutrina católica por um catolicismo romano, principalmente protestantismo e outras religiões que eram consideradas hereges, que conforme Bourdier é considerado herege, aquele que, se opõe e contesta a ordem doutrinária estabelecida, “bem como suas hierarquias e seus dogmas, inclinados a contestar a legitimidade do monopólio eclesiástico dos instrumentos de salvação”. (BOURDIER, 2016, p.62-64).

fortalecimento do catolicismo³¹, estabelecida pela igreja romana, que buscava diante de um processo de laicização do ensino manter sua “[...] influência e prestígio na sociedade brasileira”. (CARVALHO, 2018, p.,31 apud. QUEIROZ, 2016, p.87).

Ainda analisando o início do período republicano, Moacir Heerdt (1992) “afirma que com a promulgação da constituição de 1891 a igreja deixou de ter a proteção do Estado e de ser vista como uma agência governamental, como havia sido considerado no Brasil Imperial, durante o regime de padroado, passou a ter uma enorme liberdade, em todos os sentidos, na sua organização e atividades. ” (CARVALHO, 2018, p.31 apud. HERRDT, 1992, p.40).

Imagem 03: Frei Carlos de San Martin Oleario, Superior da Missão no Maranhão.



Fonte: Arquivo Provincial de Nossa Senhora do Carmo.

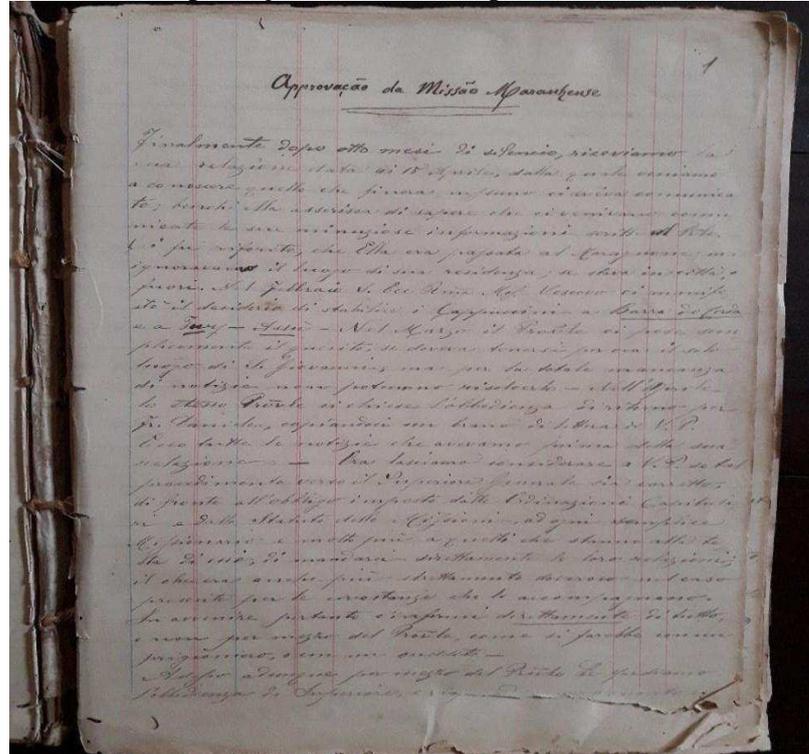
Oficialmente decretada a Missão Capuchinha do Norte do Brasil, autorizada no dia 12 de maio de 1894, em São Luís, foi aprovada pelo Superior Geral da Ordem e da Santa Sé e estabelecida em dois lugares de atuação: a primeira na capital e a segunda em Barra do Corda (município que pertencia Alto Alegre). Foi fundada por Manuel Rodrigues de Melo em 1835 e elevado à categoria de vila pelo decreto provincial número 342 em 31 de março de 1854 (COSTA, 1948), sendo que as atividades missionárias na cidade e estavam prontos para começar a partir de junho de 1895.

“tem[...] apenas cinco anos após a proclamação da República, atendendo as

³¹ Segundo Janete Carvalho (2018) “O projeto implantado pela Santa Sé no período republicano, conforma Queiroz (2016) tinha como objetivo [...] estabelecer outro tipo de catolicismo no Brasil.”. Em vez das práticas populares, consideradas supersticiosas e “contaminadas” por outras crenças, a Igreja queria enfatizar o catolicismo romano, mais hierárquico, sóbrio e tradicional. “ (CARVALHO, 2018 apud. QUEIROZ, 2016) ”.

necessidades pastorais da Igreja e a estratégia do governo de civilizar as tribos da região pouco povoada do sertão maranhense. Em pouco po, a ação missionária estendia-se ao Piauí, Ceará, Pará e Amazonas”. (MONZA, 1908, p.16).

Documento 01: Aprovação da Missão Capuchinha no Maranhão³².



³² Transcrição da carta escrita pelo Superior da Ordem Capuchinha, Frei Bernardo de Andermat (1894), e enviada para Frei Carlos de San Martin Olearo, confirmando A aprovação da Missão no Maranhão, e ressaltando a importância do relatório sobre a área propícia para a Missão. Finalmente depois de 8 meses de silêncio recebemos um relatório datada do dia 18 de agosto pelo qual conhecemos o que ninguém havia comunicado e você acaba de me comunicar suas minuciosas informações escritas ao Provincial. Foi-nos dita que você havia passado pelo Maranhão, mas não sabíamos o lugar de sua residência; se estava na cidade ou fora. Em fevereiro V.ex.^a. Bispo que nos manifestou o desejo de estabelecer os capuchinhos em Barra do Corda e Turiaçu no Maranhão. Em março o Provincial nos colocou simplesmente o quesito que deveríamos por agora ter o solene lugar de São João; mas pela falta total de notícias não poderemos resolvê-los. Em abril o mesmo provincial nos pediu a obediência da volta de Frei Daniel. (Copiando um pedaço da carta de V.P). Em todas as notícias que havia em seu relatório. Agora deixamos de considerar a V.P. se esse procedimento para com o Superior Geral seja em frente as obrigações impostas pelas Ordenações Capitulares e pelo Estatuto da Missão, para cada simples Missionário e muito mais para os que estão a frente e disso de nos mandar diretamente os relatórios, o que era um dever escrito em caso das circunstâncias. No futuro, portanto, nos informes diretamente de tudo, não por meio do provincial, como faziam os prisioneiros e os súditos. Agora, portanto por meio do Provincial mandamos ao senhor a obediência de Superior e manifesta antes de tudo e agradecemos V.E. Pela confiança que põe nos Capuchinhos e pela benignidade de conceder a eles o uso das casas da quais o Senhor nos fala. Isso é conforme o nosso estado, porque nós não podemos ter nenhuma propriedade e o contrato entre S.E e os Capuchinhos não pode ter em consciência outra força de uma simples convenção amigável a é quando oportunas faculdades para fazer as ditas convenções. As primeiras provas feitas aqui em seu Ministério são para o Senhor e seus companheiros somente uma prova para conhecer as necessidades do povo que são antes de tudo Missionário exemplar, verdadeiros filhos de São Francisco, repletos do espírito de Deus. Por isso conseguirão esse desejo e irão cultivar e crescer um espírito tal, sendo fieis aos seus deveres do Estatuto da Missão. Damos ordem para que seja

“Assim os primeiros capuchinhos chefiados pelo Frei Carlos de S. Martinho Oleario, depois de uma preparação inicial de língua e tradição e os costumes adquiridos no Estado de Pernambuco ” (GIANELLINI, 1993). Dentre esses missionários lombardos, estavam Frei Estêvão de Sesto S. Giovanni, Frei João Pedro de Sesto S. Giovanni, Frei Zacarias de Malegno, Frei Celso de Uboldo, Frei Davi de Desenzano al Serio, Frei Reinaldo de Paullo, Frei Vicente de Santo Omobomo e Frei Salvador de Albino, que tinham o objetivo de adentrar a missão no Nordeste do Brasil (BELTRAMI, 1994, p. 41).

Imagem 04: Frades Capuchinhos Lombardos que partiram de Milão em 03 de dezembro de 1894, para o Maranhão.



Fonte: Arquivo da Província Capuchinha do Convento do Carmo.

Os primeiros grupos de missionários se estabeleceram, inicialmente, no Maranhão contavam com apenas três sacerdotes, que residiam na Igreja de São João. O período também sucitou a criação da entidade missionaria desligada da Igreja Apostólica de Pernambuco³³, em função disso, “o Ministério Geral da Ordem, após estudar a situação, aprovou um decreto de 12

mandada a Coleção dos Alalectas [Revista Capuchinha de Roma] e três copias do cerimonial. E decoração a bem dizemos justamente com seus companheiros, rezando o Senhor que os dirija, sustente com sua graça e faça prosperar os trabalhos apostólicos.

De sua Paternidade muito. Reverenda Af. Mo no Senhor.

Frei Bernardo de Andermat, Superior da Missão.

Fonte: Arquivo Provincial (Livro de Tombo da Missão p.1-2).

³³ Segundo Goretti Cavalcanti (2018), era uma circunscrição administrativa eclesiástica, nessa época havia Prefeitura Apostólica onde ainda não estava implantada uma diocese. As missões das ordens religiosas deveriam estar vinculadas a uma prefeitura apostólica para a intermediação entre as ordens, a Igreja e o Estado Brasileiro.

de maio de 1894, dando a *Missão do Maranhão a autonomia*, elegendo frei Carlos de San Martino Olearo, o Superior Regular para o três primeiro triênio (1894-1897). O novo campo missionário oficial foi denominado de Missão do Maranhão” (CAVALCANTI,2018, p.192).

Documento 02: Nomeação de Frei Carlos de S. Martino- Superior Regular da Missão.



Fonte: Arquivo Provincial- A/I/25/1c.

Durante a fase de adaptação da Missão no Maranhão, o principal objetivo era desbravar as áreas de Barra do Corda, mapear a quantidade de aldeias nas proximidades da pequena cidade, e no mesmo ano os religiosos capuchinhos deram início à catequização dos indígenas, com a retirada de crianças indígenas e de suas famílias com a abertura do Instituto de São Francisco. A Missão Indígena era mantida com apoio do governo e doações advindas de fiéis da Europa (NEMBRO,1957, p.55). Entretanto, com o sucesso inicial da atuação dos Missionários, é relevante informar que esses recursos doados pelo governo foram de vital importância para a imposição da fé cristã e na catequização dos índios. As ações de evangelização da Ordem são constantemente exaltadas na Historiografia Capuchinha e segundo Bartolomeu de Monza ao detalhar em seu livro sobre a ideia do Superior, o autor analisa:

[...] o reverendo Padre Carlos não esquecia que o fim principal da Missão era a catequização dos índios ou selvagens. Tirá-los de seus bárbaros costumes, fazê-los crentes civiliza-los, conduzindo-os a pratica de seus deveres perante Deus, e os homens, eis a ideia de Frei Carlos. (MONZA, 1908, p.46).

Percebe-se de acordo com os Arquivos provinciais, que ao se depararem com os indígenas na região já citada, os Capuchinhos Lombardos não demonstravam respeito pelas tradições e cultura dos indígenas. Mesmo com as esperanças de Frei Carlos de levar a Missão adiante, seus planos foram frustrados pela *Rebelião de Alto Alegre*, onde os documentos apontam que até antes dos *acontecimentos* de Alto Alegre, a bem-sucedida catequização e civilização, nas áreas de Barra do Corda e Alto Alegre foram vistas como a principal causa da reação dos indígenas pelas mudanças drásticas em seus costumes e hábitos.

Durante a realização da *Rebelião*, segundo um dos maiores jornais em circulação na época, a *Pacotilha*, alguns dias após o ataque na Colônia de São José da Providência, as famílias dos não indígenas foram assassinadas, deixando mais de duzentas pessoas desfalecidas. Nessa mesma ocasião, os índios levaram do internato feminino todas as meninas que ali residiam, meninas que foram retiradas das aldeias (MONZA, 1908, p.61).

Sobre o morticínio do Alto Alegre (Barra do Corda) “[...] os índios exterminaram os cristãos e circunvizinhos, em número de cerca de 200 entre os quais os missionários que ali se achavam a anos trabalhando para convertê-los e civiliza-los. Em número superior a 200, diz o boletim, os índios conservam-se em atitude ameaçadora [...]” (jornal PACOTILHA, 4 de abril de 1901).

O *acontecimento* teve como consequência a perda de auxílio do Estado, estremeceu a evangelização dos índios e uma grave crise na saúde do Superior da Missão Frei Carlos. Segundo Carvalho (2018, p.36). “[...] o fundador e Superior da Missão Tombou em Estado de Choque emocional, do qual nunca se recuperou totalmente”. Portanto a Rebelião dos índios contra os Capuchinhos Lombardos deu aos religiosos, um grande medo de retornar às suas atividades clericais.

3.2- O processo civilizador dos indígenas em Alto Alegre.

No final do século XIX, a visão etnocêntrica da Igreja e ainda respaldada na cultura superior europeia, fazia parte do processo de catequização dos Capuchinhos Lombardos. Esse processo de mudança de um modo de vida considerado selvagem para um modo de vida europeu foi uma das principais características da Missão Capuchinha no Maranhão. Seu projeto iria muito além da propagação da fé cristã, mas também a difusão no trabalho indígena na região. Esse projeto dos Capuchinhos fez desenvolver em Alto Alegre um internato para meninos indígenas, a criação da colônia de São José da Providencia e o internato para as meninas.

Segundo Olímpio Cruz (1982), “a criação do internato para meninos e a retirada de bebês de suas mães, motivou Caboré (Cauré Imana- cacique e líder da revolta) a concretizar a Rebelião contra os cristãos em Alto Alegre³⁴”.

A colônia iria se desenvolver em meio a brigas, num ambiente inadequado de catequização dos missionários, além dos choques entre brancos e indígenas. Os capuchinhos juntavam catequese e colonialismo, ações que segundo Darcy Ribeiro que se confundem, resultando no que o sociólogo chama de:

[...]atitude etnocêntrica, dos que concebem os índios como seres primitivos, dotados de características biológicas, psíquicas e culturais indesejáveis que cumpre mudar, para compeli-los a pronta assimilação aos nossos moldes de vida. Esta é a atitude tradicional dos missionários que pelos motivos de salvar almas, consideram sua tarefa a erradicação de costumes, a seu ver heréticos e detestáveis, como a antropologia, a poligamia, a nudez e outros. (RIBEIRO,1970, p.92).

Os primeiros anos da República, predominavam ideias positivistas, com defensores da Laicização do Estado, aspectos que iam de encontro com os ideais da Igreja Católica. Para isso, a Igreja era necessária para pregar a moral e os bons valores cristãos para essas comunidades. Mesmo com as dificuldades da Igreja de se adaptar ao regime republicano, sua atuação ainda era necessária como um valoroso instrumento para manter a ordem. Mesmo separada da esfera de poder, a Igreja Católica da época, ainda era uma grande prestadora de serviços ao Estado.

O assunto muito citado foi a criação de uma legislação indigenista. Entretanto, segundo Gomes (2002, p.245), “os esforços da Igreja Apostólica Positivista³⁵, não tratou dos assuntos indígenas com eficácia, entretanto, tratou essas questões como terras devolutas, ou seja, as terras ainda não tinham donos”, demonstrando que as terras indígenas iriam para o controle do Estado, e quase nenhuma foi demarcada para os indígenas. Esse processo de controle do Estado para com as terras indígenas se deu em um momento em que a maioria das comunidades indígenas, principalmente, do norte do Brasil, se encontrava sem supervisão do Estado. Assim a atuação dos missionários era vista com grande necessidade, principalmente com o encerramento da atividade de várias ordens missionárias no Maranhão (franciscanos, carmelitas e mercedários).

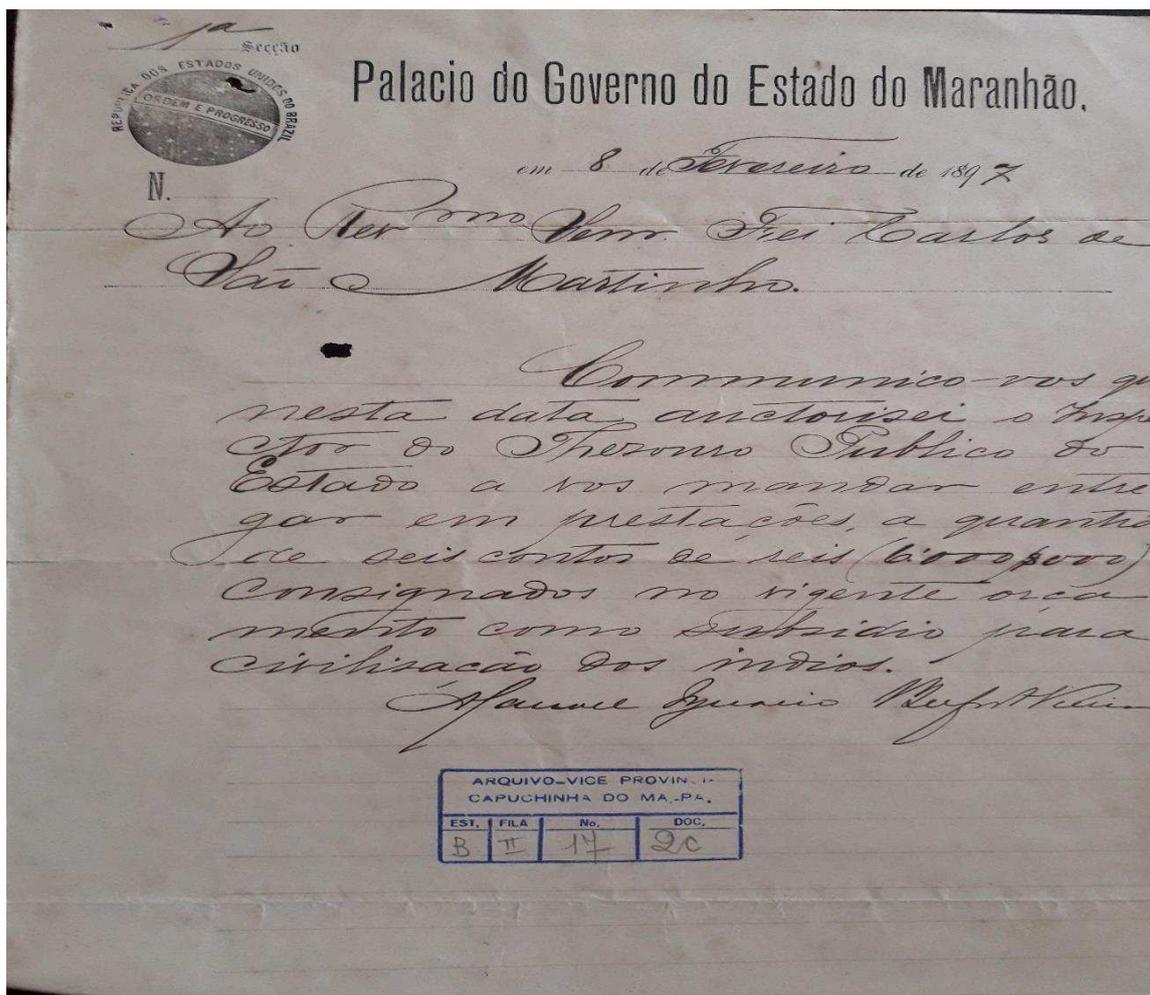
³⁴ CRUZ, Olímpio Martins. **Cauré. Imana**: o cacique rebelde. Brasília: Thesaurus, 1982

³⁵ O Apostolado Positivista apresentou um documento aos constituintes no qual considerava os povos indígenas e seus territórios como constituindo estados autônomos a serem integrados a confederação brasileira. Esse documento aparentemente nunca foi discutido na câmara da Assembleia, mas consta nos anais da Constituição de 1891. (GOMES, 2002, p. 245).

O Governo do Estado via na Igreja uma aliada para a ordem, mesmo indo em oposto às ideias positivistas, principalmente em questão à civilização dos indígenas; convida os capuchinhos e custeia suas ações missionárias, com o início da Missão e a instalação da Ordem Capuchinha no convento de Nossa Senhora do Carmo em São Luís, e depois expandindo suas atividades para Barra do Corda.

Para isso, o Governo do Estado autoriza, em 08 de fevereiro de 1897, o pagamento da quantia de 6 contos de réis como subsídio da civilização dos indígenas. O Governo via que as “instituições fundadas por Frei Carlos mereciam ser ajudadas financeiramente pelo governo do Estado, uma vez que a civilização dos indígenas era assunto do Estado” (CAVALCANTI, p.231). Com o auxílio anual do Estado, a fazenda de Alto Alegre, em 1895, passou a ser chamada de Colônia de São José da Providência, na qual uma de suas primeiras atividades foi a construção do Instituto de São José da Providência para meninas indígenas:

Documento 03 – Autorização do Governo do Estado do Maranhão de empréstimo para a Missão Civilizadora dos Capuchinhos.



Fonte: Arquivo da Província de Nossa Senhora do Carmo. B/II/17/2c.

Segundo a IPES (1979), “com o sucesso do colégio indígena de Barra do Corda, os frades capuchinhos se sentiram confiantes em ampliar suas atuações. Para isso recebem a ajuda do Governo, como mostra o documento acima: um terreno de 36 Km, situado a igual distância das cidades de Grajaú e Barra do Corda e vizinho a várias comunidades indígenas como a de Cana Brava, Côco, Jenipapo, Crocagés, Manu e várias outras. Contudo, essas terras faziam parte de um território genuinamente ocupado pelos indígenas. Segundo Sidney Milhomem (1979), em entrevista concedida ao IPES, afirma que as terras pertenciam aos índios Tenetehara e a legitimidade da terra era:

“[...] vivendo num regime de propriedade comunal, havia permitido a instalação, em suas terras, de Raimundo Ferreira Melo, conhecido como Raimundo Cearense que, abusando da concessão que os índios haviam lhe feito, vendeu aos frades um direito de posse inexistente, iniciando assim um conflito que se agravou até os dias atuais”. (IPES, 1979, p.30).

Assim tanto a Ordem como o Estado entendiam que as terras não eram para uso dos indígenas.

Imagem 05: Frades Capuchinhos responsáveis pela Colônia de Alto Alegre.



Fonte: Arquivo da Província Capuchinha de Nossa Senhora do Carmo-1899.

Assim como mostra a imagem acima, os missionários capuchinhos que foram para Alto Alegre, o Superior da Missão Frei Carlos de S. Martin Olearo, fundou em 1896, a Missão de Alto Alegre. A Colônia seria chamada de São José da Providência e estaria sobre os cuidados do “Padre Reinaldo da Conterico (diretor), Frei Estevão, Frei Victor, Frei Celso de Uboldo, Frei Zacarias, Frei Vicente e Frei Angélico” (GUEDELHA,2004, pag.17). A criação da Colônia como centro de catequização dos indígenas foi na visão dos padres um avanço para a economia da região e civilização dos indígenas, entretanto, após a *Rebelião* foi construída uma visão

negativa dos indígenas. Contudo, ao nosso ver, o caráter de doutrinação forçada dos índios, que proporcionou uma onda de violência contra as comunidades Tenethehara- Guajajara no Maranhão, criando uma sensação de revanchismo contra essas comunidades no Estado, proporcionou a definição dessa visão. Gomes (2002), faz um discurso sobre o processo missionário dentro da Colônia:

A estratégia missioneira dos capuchinhos se baseava, ou melhor, recendia ao pensamento dominante do século XIX que juntava as noções de catequese e civilização. Não adiantava só ensinar a palavra de Deus sem mudar os costumes dos índios. Tal era, sem dúvida, a grande lição que a experiência jesuítica transmitira aos seus sucessores. Assim, para catequizar e civilizar índios eles concluíram que teriam que agir no sentido de desestruturar suas sociedades e suas culturas. Um dos pontos cardeais desse projeto está explicitado no livro de correspondência da missão do Alto Alegre, quando declara de suma importância “desmembrar as aldeias indígenas e reduzi-las a grupos familiares”. O sacramento do batismo, que independentemente da missão e anteriormente a ela, já era fortemente desejado pelos índios como meio de virarem cristãos e serem aceitos pelos regionais, não deveria ser ministrado a nenhum índio de quem “não se tivesse a garantia moral de que não mais viveria em sua aldeia”. O índio que fizesse parte da Missão do Alto Alegre, por viver nela ou em aldeias de sua autoconcedida jurisdição, e dela quisesse se ausentar, teria que obter permissão dos frades. Caso contrário, ficava sujeito ao devido castigo. [...] A interferência na cultura indígena tornou-se particularmente incisiva quanto ao casamento [...]. Os frades eram ferozmente contrários à poligamia e ao divórcio, ou à facilidade com que os casais se juntavam e se separavam, encarando esses costumes como “escandalosos”. (GOMES, 2002, p.267).

Como mostra o autor, a estratégia dos missionários ainda se baseava nos meios catequéticos do século XIX, pois não surtia nenhum efeito ensinar apenas a palavra de Deus, sem mudar os costumes dos indígenas. Sendo assim, segundo Gomes (2002, p.267), “eles concluíram que deveriam agir no sentido de desestruturar suas sociedades e suas culturas, onde a Missão em Alto Alegre, declara que era de suma importância desmembrar as aldeias e transformá-las em grupos familiares”.

3.3- A fundação da Colônia de São José da Providência.

Com o início da Missão dos Capuchinhos Lombardos em 1893, os religiosos chegam da Itália com o aval do Governo para a evangelização dos povos da Região Amazônica. Esses missionários que consideravam os povos indígenas como pagãos sem nenhum tipo de respeito ou valorização religiosa, se dedicaram a convertê-los e com sua autoridade religiosa destruir as tradições daqueles povos e substituir pelos valores cristãos:

“[...] o índio sem necessidade de ser tirado de seu habitat, encontraria trabalho e onde seria mais fácil educá-lo com ideais de honestidade, justiça e economia,

incorporando-o gradativamente á civilização, inicialmente como jornalista, depois como alojado e enfim como agregado [...]”³⁶.

Os primeiros empreendimentos dos Missionários Lombardos não possuíam apenas apoio da Igreja, mas também do Governo do Estado. Sendo assim, a Ordem se mantinha com dinheiro vindo da Santa Sé, da Arquidiocese do Maranhão e também de vários doadores maranhenses e europeus (NEMBRO,1957 ,p.55). Entretanto, durante o início da Missão, os recursos advindos do governo do Estado foram de fundamental importância para as tentativas de imposição da catequização e de civilização dos indígenas.

Foram trocadas múltiplas correspondências entre o então governador do Estado Alfredo da Cunha Martins (1896) e Frei Carlos de San Martinho, que, segundo o superior da Missão, tinha como objetivo iniciar a educação de “[...] 16 menores indígenas, para ensiná-los os rudimentos das letras, prepará-los para os ofícios como a tipografia, alfaiate, carpintaria e principalmente destinados ao trabalho agrícola [...]”³⁷ e a solicitação de verbas anuais para mantimento da Missão (documentos a serem apresentados páginas posteriores).

Os governadores que vieram a suceder a Alfredo da Cunha Martins, que exerceu seu mandato de 1896 a 1898, também autorizam repasses de recursos para a Ordem Capuchinha, e foram de vital importância para estruturar a Missão no Maranhão. Sendo assim, mesmo havendo a laicização política e social como nos outros estados (CARVALHO, 2018, apud HEERTZ, 1998), o governo do Maranhão continuou a apoiar as ordens religiosas, mas especificamente os Capuchinhos Lombardos.

Quadro 01: Adaptado, Subvenções concedidas pelo governo do Estado a Missão Capuchinha no Maranhão entre 1896 a 1898.

Governador	Ano	Subvenção do Estado a missão Capuchinha
Alfredo da Cunha Martins	1896	Autorização de subvenção anual de 4 contos de réis
Casemiro Dias Vieira Júnior	1897	Entregar em prestações, a quantia de 6 contos de réis consignados no vigente orçamento como subsídio para cristianização do índios
João Torreão da Costa	1898	Prestação mensal de 500.000 réis a quantia consignada na tabela nº 10, letra B do orçamento vigente, para auxílio para a civilização dos índios.

Fonte: CARVALHO, 2018, pag.46, apud Arquivo Provincial do Carmo.

³⁶ Ver Relatório e parecer sobre a terra de Alto Alegre. São Luís, 1979.mineog. Pag.02

³⁷ LIVRO DE TOMBO DA MISSÃO, 1893-1897, p.60-61) Arquivo da Província Capuchinha de Nossa Senhora do Carmo. Esse livro também foi pesquisado por Janete Carvalho em sua dissertação sobre as casas paroquiais na década de 1960 e 1970.

Com a ajuda do governo do desde o início da Missão do Maranhão, ela se expande gradativamente e com a doação das terras de Barra do Corda, os Capuchinhos Lombardos começam a desenvolver o trabalho mais efetivo de catequização/ civilização dos indígenas.

A escolha da cidade de Barra do Corda, para concentrar a Missão Capuchinha e construção da Colônia, se deu, principalmente, pelo número de Aldeias e indígenas Canela e Tenetehara (Guajajaras) no entorno da cidade. Segundo Melartti (2001, p.57), “os capuchinhos lombardos haviam dado início à Missão de Barra do Corda, numa região onde havia tantas aldeias indígenas” e também as rivalidades entre as duas comunidades. Os Capuchinhos pensaram primeiro na catequização dos Tenetehara, que era a maior das duas comunidades. O propósito dos capuchinhos era estabelecer na região uma verdadeira “cidade dos índios”. Após o estabelecimento da Missão, ocorreu o levantamento das comunidades indígenas nos entornos de Barra do Corda e constataram que os indígenas estavam em:

“(...) 22 aldeias com 2.200 índios, sendo 18 aldeias Tenetehara, com uma população de 1.500, e com duas aldeias timbira e duas canelas. Esses 18 aldeamentos representam, por cento, os quinhentos e poucos índios da extinta Colônia Dous Braços³⁸, os 500 da ex- diretoria parcial bananal e mais uns 500 da ex- diretoria parcial da chapada. Por certo não estavam contados os Tenetehara do rio Zutiua pois seu acesso era bastante longínquo a partir do Alto Alegre. Assim a população Tenetehara não havia descaído desde 1890, como no Gurupi e Pindaré”. (GOMES, 2002, p.265) ”.

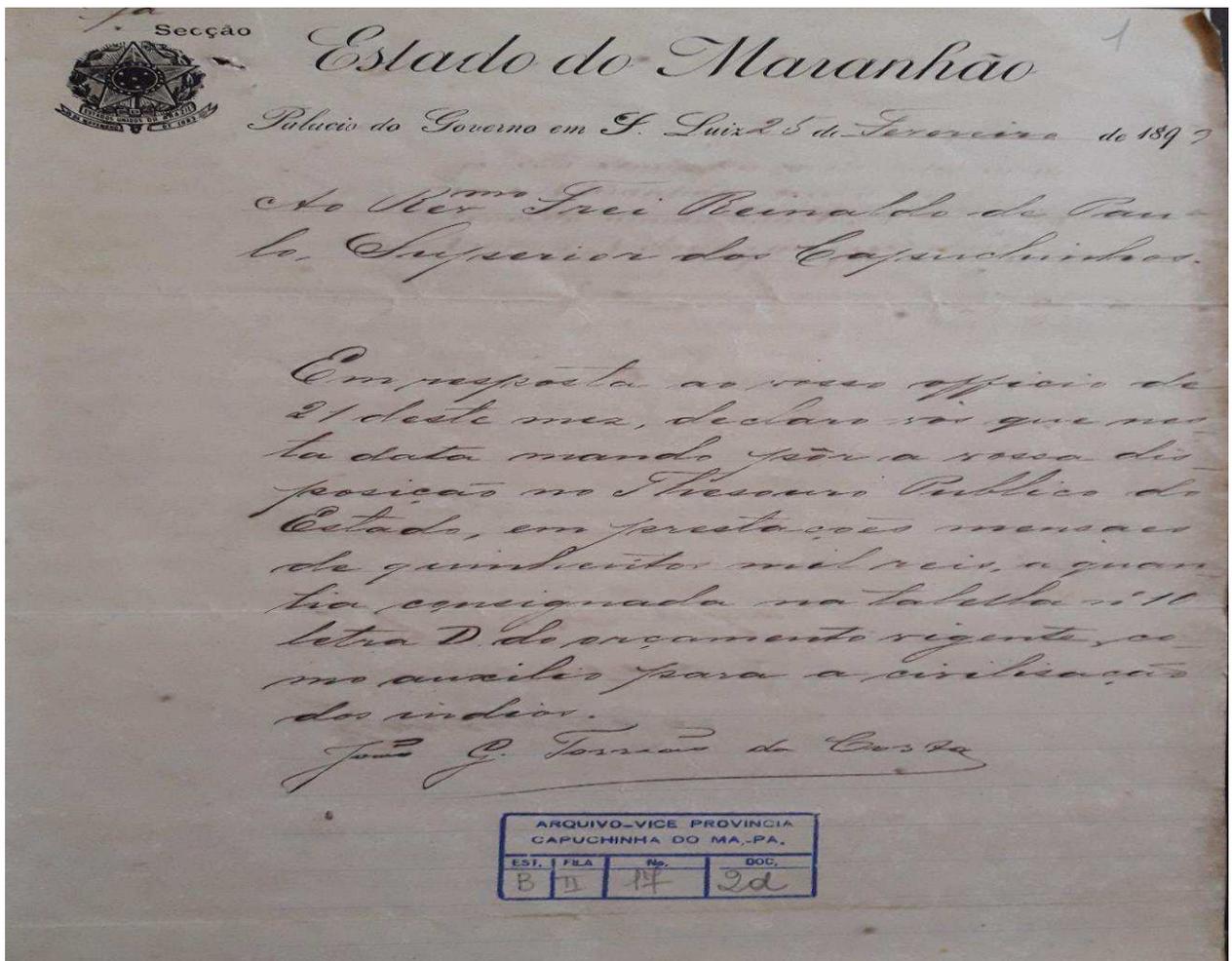
O Governo do Estado foi o principal incentivador da atuação capuchinha na Colônia de Alto Alegre, fazendo pagamentos periódicos para a cristianização dos indígenas, durante o governo de João Alberto Torreão da Costa³⁹; os pagamentos eram periódicos para a manutenção

³⁸ Antes da fundação de Alto Alegre, múltiplas colônias indígenas Tenetehara foram fundadas, principalmente durante o período regencial, como por exemplo: a Colônia Januária fundada em 1854 com certa de 91 indígenas, a Colônia Aratauhy Grande localizada onde hoje é a cidade de Vitória do Mearim com 163 indígenas, a colônia de Palmeira Torta entre a Vila da Chapada e Mearim fundada em 1870 com 163 indígenas e a Colônia Dous Braços em Barra do Corda fundada em 1874. Essas colônias deram origem ao sistema de colônias que se estendeu até 1901, com o fim de São José da Providência. (GOMES, 2002).

³⁹ João Gualberto Torreão da Costa- nasceu no Maranhão no dia 16 de maio de 1860. Formou-se na faculdade de direito de Recife aos 21 anos e ainda durante o Império foi promotor público e juiz municipal. Depois da Proclamação da República foi juiz de direito de Alto Parnaíba (MA). Também trabalhou nas cidades maranhenses de Coroatá, Itapecuru e Rosário. Ingressou na política ao lado do Senador Benedito Pereira Leite. Eleito Presidente do Maranhão para o quadriênio 1898-1902, durante sua administração criou a Escola de Música, a Escola Modelo, e fez grandes reformas na Escola Normal e Liceu Maranhense. Também promoveu intenso combate contra a varíola e fez melhorias nos equipamentos de auxílio aos leprosos. Dois conflitos de relevância ocorreram durante sua gestão: o primeiro, na cidade de Grajau (Guerra dos Leda), envolvendo líderes políticos locais; o segundo foi o ataque indígena a Colônia de São José da Providencia, na localidade de Alto Alegre, próxima a cidade de Barra do Corda, quando as obras iniciadas pelos missionários capuchinhos foram destruídas. Em primeiro de maio de 1902 transmitiu o governo para Manoel Lopes da Cunha. Após deixar o governo,

da missão. O documento a seguir demonstra o primeiro pagamento na quantia de 10 mil contos de réis feito pelo governo para Reinaldo de Paulo (Superior da Missão em Alto Alegre). Como podemos observar na tabela anterior, os pagamentos foram feitos até o fim do Governo de Torreão, em 1902.

Documento 04: Pagamento do Tesouro Público para manutenção da Missão em Alto Alegre



Fonte: Arquivo da Província Capuchinha de Nossa Senhora do Carmo. B/II/17/2c.

O documento acima remete ao primeiro pagamento feito pelo governador João Torreão da Costa para a manutenção dos missionários capuchinhos em Alto Alegre. É considerada a primeira doação feita por Torreão para a catequização dos indígenas.

A intenção de Frei Carlos era a manutenção dos dois institutos: São Francisco de

foi nomeado o procurador-geral do Estado e do Tribunal de Justiça Estadual. Faleceu em 23 de setembro de 1916. (CAVALCANTI, 2018, p.241).

Assis e São José da Providencia, ambos em Alto Alegre. Muitas famílias de não índios foram atraídos pela fartura dentro dessa comunidade, trabalhando de forma harmoniosa, entretanto, segundo a Ordem Capuchinha, isso não durou muito tempo, pois os conflitos entre indígenas e colonos eram inevitáveis, principalmente pela busca de espaço no território uma da outra. A participação dos colonos e indígenas em atividades nas lavouras de arroz, algodão, engenho de açúcar, criação de gado leiteiros, vindos da Holanda, não diminuiu a relação conflituosa, pois os indígenas se manifestavam contra o processo de subordinação e cristianização a qual estavam sendo forçados.

Com o início das atividades realizadas dentro da Colônia, os missionários encontravam grande resistência dos indígenas e uma das razões eram as fortes oposições dos capuchinhos em seu modo de vida. Devido à forte energia dos indígenas adultos contra os costumes impostos pelos missionários, os capuchinhos decidiram focar na educação das crianças. Entretanto, isso consistia em tirar os jovens do convívio de sua aldeia. Frei Celso de Uboldo justifica em correspondências enviadas para a Itália, “o bem que pode ser feito para esses selvagens e batizar os adultos [...] e tirar-lhes as crianças”. (MONZA, 1908, pag. 60).

Nessas condições, no ano de 1895, inicia-se em Barra do Corda, uma escola para meninos indígenas de até 15 anos, onde aprenderiam ofícios de trabalho e a disciplina religiosa. Essa escola foi chamada de Instituto São Francisco de Assis, onde os indígenas eram sujeitos a pesadas rotinas, completamente diferente da vida que levavam nas aldeias. Segundo Gomes (2002), a rotina consistia em:

As 5:30, os estudantes deveriam levantar-se; as 6:00 assistir à missa e em seguida tomar o café da manhã; as 7:00 iniciavam o trabalho; as 9:30 assistir aula; as 11:15 almoçavam e tinham tempo livre para recreação; as 13:00 voltavam a aula; as 14:00 faziam uma refeição leve e voltavam ao trabalho; as 17:30 regavam as plantas ou horta, limpavam e enchiam os recipientes com água; as 18:00 descansavam; as 20:30 faziam a reza noturna em seguida iam dormir. (GOMES 2002, p.268).

Os castigos físicos eram aplicados na terceira advertência consecutiva. Os alunos que se destacavam em seus deveres como aluno e trabalhadores dentro dos Institutos recebiam compensações em dinheiro. Entretanto, esse dinheiro era guardado até a formatura das crianças. Segundo Gomes (2002, pag.268), essas atitudes dos capuchinhos “se assemelhavam com a dos jesuítas, quando guardavam o dinheiro dos indígenas pago pelos interessados em seu cofre até a volta dos índios a missão”, demonstrando que os interesses dos missionários não eram somente a catequização, mas também, financeiro. Esse sistema dos capuchinhos de civilização dentro dos Institutos merece uma nova roupagem, pois mesmo com o sucesso no início da Missão, esse processo forjava os indígenas enquanto “caboclos pobres e sem terra”, mesmo

trazendo o desenvolvimento para região de Alto Alegre, protegia mais os interesses dos próprios missionários do que os indígenas.

Entretanto, houve uma reviravolta durante a instalação da Missão no Maranhão. Um dos principais “avanços” no que se refere a catequização dos indígenas, foi a inauguração do Instituto Feminino, em 04 de fevereiro de 1899, com o abandono de uma pequena índia de dois anos, doente e prestes a morrer na porta da Igreja de São José da Providência, levando os frades a pedir a presença de irmãs missionárias para acudirem as meninas indígenas. Segundo o relato de Bartolomeu de Monza (1908, p.57):

“A pequena foi acolhida pelo Frei Celso de Uboldo, que logo providenciou saber quem era, e porque aparecerá lá. Bem, a criança fora deixada por sua mãe, uma índia da aldeia do Coco. O abandono da criança deu-se para livrá-la da morte, pois ela estava muito debilitada, cheia de feridas, muito doente. E pelo costume da aldeia, ela deveria ser eliminada. Para que não acontecesse o pior, a mãe achou melhor deixa-la na porta da casa dos capuchinhos⁴⁰”.

Com a presença no meio das aldeias, o episódio potencializou a ação de uma colônia agrícola, com uma escola em regime de internato, a ser coordenada por uma congregação de irmãs. Em 1898, o então superior regular, frei Rinaldo de Paullo, conseguiu em Gênova uma congregação de irmãs que pudessem cuidar do internato de Alto Alegre. A Madre Francesca Rubatto foi a fundadora de uma congregação de irmãs capuchinhas. Vindas de Montevidéu, no Uruguai, eram seis irmãs. Passando por São Luís, uma jovem chamada Ana Maria acabou se encantando com o testemunho missionário e entrou para a congregação.

Após 54 dias de viagem, chegaram a São José da Providencia, no dia 28 de junho de 1899, a congregação de irmãs capuchinhas, a pretensão era “educar filhas e fazê-las tementes a Deus e civilizadas”. (IPES,1979, p.25). Em Alto Alegre, juntamente com os frades, elas deveriam tomar conta de uma população de cerca de quarenta aldeias que circundavam a colônia. Juntamente com as irmãs, trabalhavam os frades: Frei Celso de Uboldo, diretor da colônia, frei Salvador de Albino e frei Zacarias de Malegno.

As freiras da Província Capuchinha de Gênova que chegaram para a civilização cristã no Instituto Feminino eram: Maria Natalina, Maria Eufêmia di San Giovanni, Benedetta di San Luigi, Ana Maria, Maria de San Lorenzo, Agnese di San Carlo e a Dona Carlota de Barra do Corda. O objetivo principal do Instituto Feminino foi esclarecido na Convenção⁴¹ entre a

⁴⁰ Relato de Bartolomeu de Monza [1908], sobre o Massacre de Alto Alegre (CAVALCANTI, 2018, apud. MONZA, 1908, pag.57).

⁴¹ Convenção entre a Missão e as religiosas Italianas de Madre Rubatto. Livro de Tombo da Missão. A/I/ 2fil. 31-35. Maria Goretti Cavalcanti estudiosa da Missão Capuchinha analisou esses documentos para traçar o perfil das religiosas em sua missão na terra de Alto Alegre, mas durante a pesquisa para a realização desse trabalho tivemos contatos com esses documentos.

Missão e as Freiras Italianas de Madre Rubatto, que reconheceu a necessidade da criação de um Instituto Feminino na Província de São José da Providência, que consistia em:

“[...] retirar as meninas índias do estado pagão e de vida bruta, tornando-as cristãs capazes de conviverem na sociedade civilizada, imprimir bem na mente dessas pobres índias a ideia de Deus nosso Criador, de Jesus nosso Redentor, da vida futura, de um castigo e prêmio eterno. Prepara-las para o batismo e outros Sacramentos”. (CAVALCANTI, 2018 p. 235).

Quando as irmãs chegaram em Alto Alegre, parecia que o futuro da Missão estava assegurado. Tal era a alegria com a chegada das irmãs, principalmente em suas futuras realizações para o ensino das jovens indígenas, que o Superior da Missão Capuchinha Frei Carlos Martin Oleario manda um telegrama para a Colônia dizendo:

“É tão grande o espírito de sacrifício destas irmãs, que é algo mais para admirar do que imitar. São verdadeiros serafins para a saúde das almas. Faz três meses que aqui estão e tem já feito maravilhas de conversões. Tem cultivados tão bem aqueles selvagens... que tenho firme esperança de ver realizar a sua cristianização a passos gigantes” (MONZA, 1908, p.111).

O jornal *O Norte* destacou a importância do trabalho dos Capuchinhos na Colônia de Alto Alegre, sendo o principal periódico de Barra do Corda e apoiador das políticas catequistas dos Missionários Capuchinhos, destaca em suas notícias:

“Patrióticos e Ilustres barra-cordense coube-nos hoje o grande regougo de ver penetrar no íntimo da selva a luz do evangelho e de lá dessas paragens nos trazem os filhos das matas a instruírem-se na doutrina cristã, nas artes, nas ciências e na vida social da verdadeira civilização”. (Jornal O Norte, 28 de junho de 1899).

O periódico *O Norte* foi o jornal que mais enviou correspondentes para noticiar a Missão. Suas manchetes foram uma das principais formas de apoio para os Missionários Capuchinhos e durante o completar de três meses da vinda das Irmãs Capuchinha, lançam a seguinte notícia:

“Como são admiráveis estes religiosos! Ninguém é mais apto para essa obra de civilização do que eles, que, com incríveis sacrifícios, arriscando a própria vida, penetram na mais densa floresta para ganhar, com conselhos, com orações e com constância, aqueles selvagens para nossa sociedade cristã”. (Jornal O Norte, 03 de setembro de 1899).

Com o andamento do colégio masculino e do Internato Feminino percebe-se que as crianças indígenas tinham pesadas rotinas com o objetivo de apagar seu passado “bárbaro” e substituir sua cultura pagã por uma cristã, que era aprovada pelos missionários capuchinhos ao implantarem sua visão europeia civilizada. Por muitas vezes, os missionários iam até as aldeias indígenas e retiravam das mães as crianças durante o período de aleitamento; geralmente mães morriam com seus seios rígidos e sem poder amamentar e os bebês morriam sem o leite materno.

Visto como uma forma de educação para os capuchinhos lombardos, “entretanto visto como um assassinato pelas comunidades indígenas”(GOMES,2002,p.269).

Com o passar do tempo a comunidade de Alto Alegre foi se renovando, com a construção de novas capelas e conventos para os frades e freiras capuchinhas, oficinas onde os indígenas aprenderiam os seus primeiros ofícios, escolas e dormitórios para as meninas. Segundo Guedelha (2004,p.24), “esse progresso nunca tinha sido visto no sertão do Maranhão”.

Imagem 06: Capela de São José da Providência. Alto Alegre – antes da Rebelião.



Fonte: Arquivo da Província Capuchinha de Nossa Senhora do Carmo-1901.

Com o crescimento de Alto Alegre, passou-se a aceitar famílias de colonos brancos juntos com as indígenas e também o Instituto começou a aceitar as filhas de alguns cristãos que não moravam em Alto Alegre, visando a melhor relação entre os frades capuchinhos e os índios. “A aceitação de novas meninas cristãs deveria seguir as seguintes situações: pagamento de 10 mil contos de réis por mês pela alimentação e lavanderia, ficando gratuita a educação e obrigação de seus pais prover a roupa necessária e pagar o uniforme que se usa no Instituto”. (GUEDELHA,2004, p.30).

Segundo Gomes (1977, pag. 270), as famílias que frequentam a Província tinham que se submeter as seguintes regras:

- 1) Todos os cristãos que obtiverem permissão dos Missionários de morar na área de São José da Providência tem obrigação de colaborar com os Missionários na grande tarefa de civilizar os índios e, portanto, como bons

cristão, tem que dar o trabalho e nas práticas devotas. Deverão confessar-se com frequência, participar da Missa todo o domingo e dias de guarda. Os que moram em S. José, cuidarão de assistir à Missa todos os dias e participar na reza di terço. Além disso, terão que ajudar os missionários em caso de necessidade.

2) O lugar para construir a casa onde morar será indicada pelos missionários, assim como o terreno para o trabalho de cada ano;

3) Os moradores podem fazer qualquer trabalho. A respeito da cana, os Missionários estão dispostas a abandoná-las para cede-la aos que trabalham nas fabricas;

4) Os que moram perto dos açudes tem a obrigação de cerca-los. Da mesma forma, tem a obrigação de limpar, duas vezes ao ano, por tempo estabelecido por lei, o trecho de estrada que foi lhe indicada pelos missionários;

5) Os habitantes de São José têm a obrigação de ajudar os Missionários nos serviços de utilidade pública na lagoa artificial, como em manter limpas a estrada e a praça que pertença a São José da Providência;

6) Nenhum morador poderá criar, soltos, vacas, cavalos, porcos, cabras e ovelhas. Estando sítios desde que não prejudiquem outros moradores;

7) Todos os que plantam roças terão que dar 100 dias de trabalho para a Casa dos Missionários, recebendo o salário correspondentes;

8) Os moradores devem permanecer durante 10 anos. Se alguém quiser sair antes do vencimento desse prazo, terá que se justificar diante da autoridade. Se as razões forem jugadas pertinentes, poderão vender suas benfeitorias aos Missionários. Quando os motivos forem jugados inadequados e, mesmo assim, quiser sair, perderá tudo;

9) Se alguém não respeitar as condições estabelecidas, não proceder corretamente for de escândalo ou prejuízo a Missão, ou a outra pessoa de acordo com os Missionários apresentarão queixa a competente autoridade; se está a considerar justo a queixa, aquele será imediatamente afastado sem direito a indenização;

10) Os Missionários abrirão uma escala pública em favor dos moradores. Os pais, porém, tem a obrigação de pagar os livros e tudo mais que necessário para a aprendizagem;

O objetivo de transformar os indígenas em uma nova mão de obra para o trabalho rural, encontrou contratempos, principalmente por causa da resistência dos Tenethehara. Muitos fugiram da colônia e retornavam às suas comunidades. De acordo com os frades capuchinhos e de acordo com as leis impostas para a propriedade das terras, isso configurava saída sem consentimento das autoridades. Tentando impedir que isso acontecesse, os frades criaram uma força policial composta por indígenas para capturar os fugitivos e mantenedores da Ordem. A prosperidade de São José da Providência não era calma e os frades viram sinais do que estava por vir, como pode-se observar na carta de padre Celso de Uboldo aos superiores em Milão:

“Mais de uma vez corri risco de ser flechado. (...) já deve estar ciente da perigosa situação e da grande luta que diariamente devemos sustentar contra os falsos profetas, os caciques e os mandões desta selva. A nossa vida está sempre em perigo(...)” (MONZA, 1908, p.68)

Para adentrarmos às particularidades da *Rebelião de Alto Alegre*, fora as que foram discutidas nas páginas anteriores, temos que fazer um pequeno retrospecto sobre uma das principais causas: o Sarampo.

3.3- A Rebelião de Alto Alegre: o Sarampo.

Durante o tempo da Missão Capuchinha, as crianças do Instituto feminino contraíram uma doença típica de ambientes tropicais: o sarampo. Todas as meninas do Instituto contraíram a doença. O mesmo estava ocorrendo no internato dos meninos. Segundo Cavalcanti (2018, p.247), “morreram 22 meninas e 28 meninos que estavam nos dois internatos”. Pela falta de informações sobre o destino dos jovens indígenas, surgiu um clima de animosidade entre os índios e os capuchinhos, pois a epidemia era mantida em segredo. Entretanto, nas aldeias que se encontravam no entorno vários adultos e crianças também morreram. Merlatti (2001, p.46), afirma sobre o surto de sarampo:

A paz não devia durar muito. Em meados do ano de 1900, apareceu uma doença contagiosa(...). Já havia aparecido a algum tempo atrás, nas barrancas do rio Mearim e do Grajaú; chegou em Alto Alegre e se espalhou pelas aldeias; chegou também no colégio masculino de Barra do Corda e, em seguida, no feminino, trazendo desolação e morte. Logo em seguida, mais seis e, no passar do dia mais da metade das alunas que estavam em condições lastimáveis. Durante um mês e meio, a epidemia enfureceu e foram 22 vítimas entre as pequenas internas e cinco entre meninos e meninas da colônia. Nas aldeias, vizinhas morreu um número impreciso de pequenos e idosos. Entre os alunos de Barra do Corda, os mortos foram 28.

Segundo Bartolomeu de Monza (1908), “muitas mães se queixavam de não ter seus filhos e filhas de volta do Instituto”. Então, a superiora, para evitar o contágio da doença, não atenderam a essas exigências. Isso causa um novo clima de tensão entre os indígenas e os missionários. Os índios faziam exigências para que as mães adentrassem ao instituto para ministrarem remédios naturais e ritos para a saúde das crianças; essa reivindicação atendida pelas freiras que permitiram a entrada dos familiares. Percebem-se novamente os diversos pontos de vista com relação ao tratamento dos jovens indígenas nos Institutos Capuchinhos, trazendo opiniões diversas sobre o que ocorria dentro dos internatos.

Mesmo assim, o clima de tensão ainda persistia na comunidade. O sarampo provou um grande descontentamento. Naquele momento de animosidade surgiram alguns chefes indígenas, especialmente João Caboré que tinha instigado um ataque⁴² das aldeias próximas ao instituto, mas frustrado. Quando o Frei Zacarias de Malenco soube, pediu a presença de tropas e de um advogado para apaziguar a situação. Graziella Merlatt (2001, p.47) explica que “a presença desses homens da lei assustou os índios que abandonaram o intento”. Após esse evento, cartas foram enviadas pelos superiores da Missão em Alto Alegre para os superiores da Ordem em Lombardia na Itália mostrando as dificuldades causadas pela doença.

“Na Colônia estourou uma epidemia dizimando as crianças em poucos dias. A nossa casa dentro de poucas horas encheu-se de caboclos. E todos para ver a própria filha. Para sossega-los, já que receávamos uma revolta, tivemos que hospedar e manter por dois dias e duas noites as mães das meninas. A nossa residência se transformou em uma verdadeira aldeia; cantavam, bradavam, choravam e nós correndo para junto de uma ou outra e acariciando-as para que não nos levassem as crianças. Somente após ingentes esforços e orações, as irmãs readquiriram a confiança dos selvagens. E eis reiniciam-se as viagens nas aldeias e são tão mal recebidas que pedem a suspensão temporária de tais visitas nas aldeias, pois havia entre os indígenas que chorasse e quem ameaçasse⁴³”.

Com essas palavras das freiras, o que se via eram os choques eminentes entre os moradores de Alto Alegre, principalmente, o medo dos capuchinhos com relação aos possíveis ataques dos indígenas. Em uma carta para seus superiores em São Luís, Celso de Uboldo fala sobre os perigos enfrentados por ele dentro de São José da Providência:

“Nas incursões realizadas ultimamente obtive 42 meninos, seis dos quais fugiram, dois formam para o céu e os demais aprenderam no Instituto de uma maneira admirável... Mais de uma vez corri o perigo de ser flechado, mas Deus salvou-me... A freiras aqui estarão conosco, no mesmo campo de batalha; batalha verdadeiramente renhida porque a nossa situação é difícil tanto pelo ponto de vista moral quanto físico. A nossa vida está sempre em perigo. Se não fosse a proteção de Deus, eu mais Frei Salvador, desde o mês de agosto, já estaríamos no número de mortos⁴⁴”.

Além da insatisfação dos indígenas em relação aos planos civilizatórios dos capuchinhos, havia a ira de pessoas que se colocavam em imposição aos capuchinhos. Segundo Nembro (1957, p.58), “o prejuízo pecuniário de pessoas que perdiam a mão de obra indígena,

⁴² Esse suposto ataque foi o prenúncio do que futuramente ocorreria em 13 de março de 1901.

⁴³ Livro de Tombo da Missão (1897-1901), Arquivos da Província Capuchinha de Nossa Senhora do Carmo

⁴⁴ Carta de Frei de Celso de Uboldo, precioso documento para a história do Massacre de Alto Alegre. A voz de São Francisco, Fortaleza, Convento do Sagrado Coração de Jesus dos Frades Capuchinhos, 13: pag.34-35.1951. (Adaptado dos arquivos da IPES, 1979).

outrora enganado por cachaça e que passaram com a Missão a remuneração condigna; e o temor que os missionários viessem a ter preponderância em Barra do Corda e Grajaú”. Todos esses fatores afetaram o empreendimento da Missão dos indígenas. Existiam também as questões e conflitos de terra que era uma reivindicação dos indígenas.

Segundo Cavalcanti (2018, p.239), “ os conflitos passaram a se manifestar após dois anos da inauguração da Colônia. Alguns índios se embriagavam de aguardente e partiam para Alto Alegre, armados, para agredirem os missionários e outras pessoas que viviam por lá”. Indígenas de várias comunidades do entorno de São José da Providência tiveram casos semelhantes de agressão.

Tinham estado na cabana do selvagem Chico Aleijado, fora dos limites da Colônia, e lá se embriagaram de forte aguardente. Bêbados como estavam entraram na Colônia, o primeiro com um grande facão em forma de foice, e o outro com um imenso porte. Atacaram a Frei Salvatore, mas esse deu um salto com agilidade e evitou o golpe mortal, conseguindo salvar-se com a ajuda de alguns cristãos e selvagens. Subjugados pelo maior número de pessoas, Trajano e Clementino abalaram em precipitada carreira. Na fuga encontraram o padre Celso [de Uboldo], que também voltava dos trabalhos, e também o assaltaram. Como aquele missionário fugiu da morte ainda é um mistério⁴⁵.

Como foi visto acima, os ataques aos missionários se intensificaram ao longo dos anos. Trabalhando com todas essas questões, ainda se fala de uma personalidade muito importante para o conflito, que de acordo com historiadores e indigenistas, foi considerado o líder da *Rebelião em Alto Alegre*, João Caboré ou no tupi Caburé Imana, considerado o principal protagonista do ocorrido. Abaixo vamos discorrer um pouco sobre a vida de Caboré e sua suposta participação na *Rebelião*.

3.4- João Caboré: o Cacique Rebelde.

Essa designação de Cacique Rebelde foi criada pelo indigenista Olímpio Cruz, também chamado de “diabo das aldeias”. Nascido João Manoel Pereira dos Santos, era definido como um índio inteligente, audacioso e astuto. Após seu batismo, passou a viver na Colônia de Alto Alegre, e insatisfeito com as condições impostas pelos Missionários Capuchinhos liderou o ataque a São José da Providência. Entretanto, Monza (1908, p.131) o definiu como um “famigerado, bárbaro e cruel autor e executor da *Rebelião de Alto Alegre*”.

⁴⁵ Os relatos são do Frei Bartolomeu de Monza (1908, p.51). Sobre a Rebelião de Alto Alegre. Citado por Maria Goretti Cavalcanti em sua tese. Seus relatos vêm de documentos históricos, testemunhos da época já que foi o primeiro historiador capuchinho a escrever sobre o tema.

Caboré nasceu nas florestas de Serra Branca, na Aldeia de Jacaré na região ao sul de Barra do Corda. Foi acolhido pelos donos das terras de Alto Alegre, a família dos Rodrigues. Entretanto, partiu com 15 anos para viver nas aldeias indígenas Guajajaras. Tornou-se membro respeitado da comunidade tendo o respeito e admiração de seus companheiros. Olímpio (1982, p.37), descreve o perfil físico do líder indígena:

[...] a época do massacre, apresentava mais ou menos quarenta anos. Como os demais da sua raça, era de estrutura mediana, de ombros largos, músculos rígidos e divididos. Possuía o abdômen um pouco voluptuoso, já demonstrava tendência a obesidade e era caolho, usava gorro de couro cabeludo de guariba o que o diferenciava de seus compatriotas.

Quando se tornou chefe dos Guajajaras, sua autoridade se tornou suprema naquela comunidade. Quando iniciou a missão de Alto Alegre, ele e seu grupo foram os primeiros a se mudar para a Colônia. Após sua conversão e batismo, se tornou um cristão exemplar, frequentador das missas e atividades dentro da comunidade. Segundo Monza (1908, p.111), “seu lugar sempre ficava perto do altar. Rezava, em toda aparência, com a máxima decência”. Os capuchinhos estavam satisfeitos com a atuação de Caboré dentro de Alto Alegre; exercia influência sobre seus subordinados, nunca os encontrava sem pedir a benção. Se alguém da tribo cometia algum erro, era ele que sempre informava aos missionários. Todos admiravam a sua conduta e os frades capuchinhos tinham posto sua confiança nele: tinham-se tornado, por assim dizer, um da família (MELATTI, 2001,p.57).

Caboré se torna uma figura importante dentro da comunidade de Alto Alegre e para inspirar a conversão de outros membros da comunidade Tenetehara, decide celebrar o casamento com outro membro de sua comunidade, uma indígena de nome Gujã. Segundo Guedelha (2004, p.29), “várias autoridades compareceram em seu casamento, entretanto a grandiosidade do seu casamento fará desabrochar nele um sentimento de grandiosidade que o fará, mais a diante, não se curvar às ordens dos frades capuchinhos como seu fiel submisso”.

De acordo com a crônica de Bartolomeu de Monza (1908, p.111), “Caboré apesar de suas mudanças externas, a marca do paganismo e da selvageria permanecia”, sendo um homem fiel aos seus próprios interesses, pois nunca perdeu seus traços indígenas. Mesmo casado de acordo com os dogmas católico, mantinha relações com outras índias, por consequência foi acusado de poligamia, prática condenada pelos frades capuchinhos que pregavam a monogamia. Durante uma viagem de Caboré, os frades atendem a solicitação de sua esposa e expulsam sua amante da Colônia. Ao retornar, compreende a ordem dada pelos capuchinhos, entretanto após 3 dias, ele deixa sua esposa, abandona a Colônia e passa a viver com sua amante. Desgarrado da Missão, passa a incentivar que outros indígenas deixem a

Missão, e também passa a praticar atos de desordem e insubordinação contra os capuchinhos.

Os Missionários, estavam descontentes com as atitudes de Caboré, que agora era visto como um inimigo da Missão, e resolveram prendê-lo. Ele foi capturado nas proximidades da aldeia de Canabrava e levado direto para Alto Alegre, onde ficou detido por quatro semanas. Segundo Cruz (1972, p.18), “ficou em um quarto, acorrentado ora pelos pés, ora pelas mãos e ora pelo pescoço”. Segundo Coelho (2002, p.120), “um Guajajara, morador da aldeia de coquinho, assim descreve a prisão”:

“O padre disse: vem cachorro, agora que tu vem chegando hein? Aqui se conta que você tem outra mulher, sendo casado no pé do padre? Ele não negou, disse: sim senhor, tenho sim senhor. Aí o padre chama o Atanásio e disse: Atanásio pega aquela corda acolá, traz aqui. Lá o Ananásio traz a corda e ele manda passar na cumeeira da casa. O Caboré, agarram ele, viraram a cabeça do capitão Caboré pra baixo e o papo pra cima e botaram um tamborete pra encostar a cabeça dele. Passou o resto do dia dependurado, aquela noite e no dia seguinte foi que soltou, ficou lá, tava todo inchado, por que tava de cabeça pra baixo, so sangue desceu todo pra cabeça”.

Após esse período Frei Reinaldo, superior da Missão em Alto Alegre, determina sua libertação. Entretanto, seu plano de vingança já estava sendo arquitetado

É preciso levar em consideração que João Caboré era um líder Guajajara altamente respeitado em sua comunidade, e seus meses de prisão poderiam aflorar nele um sentimento de vingança contra todos os residentes de Alto Alegre, evidenciando também a violência da interferência dos frades nos hábitos e costumes dos Tenetehara. Caboré parte com alguns membros de sua comunidade para São Luís, a convite do então Governador João Alberto Torreão da Costa. Durante o encontro, após um enorme diálogo entre as duas partes, Caboré é condecorado líder supremo da tribo Guajajara. Após receber o título, segundo Mércio Gomes, (2002, p.276) ainda recebe armas como “espingardas, rifles e munição de pólvora, chumbo e espoleta, inclusive uma pequena máquina para fazer balas e cartuchos, além de tesouras, facas, canivetes, facões e serrotes e recebeu também algumas ferramentas de lavoura, roupas feitas e outras coisas para o agrado dos indígenas”.

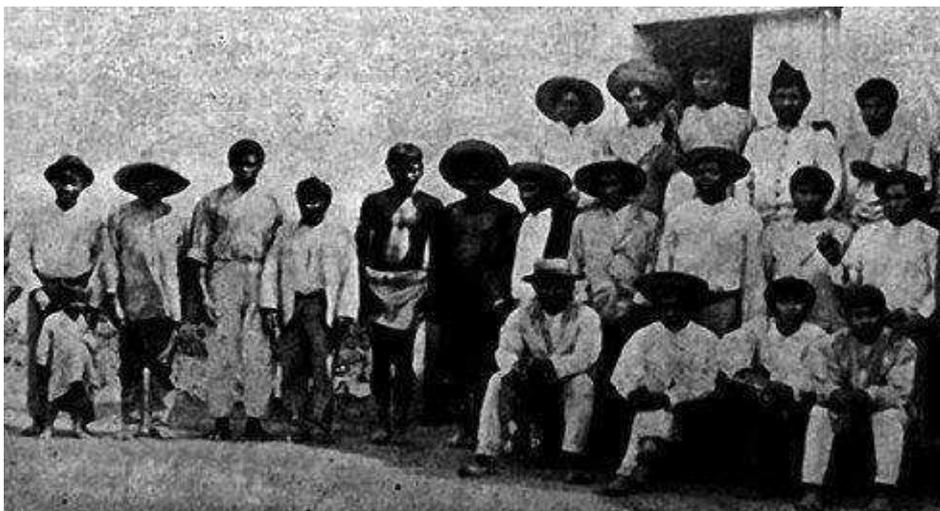
É importante informar que não é consenso entre os historiadores do tema sobre o exato momento em que houve o encontro entre Caboré e João Torreão da Costa. Alguns historiadores como Mércio Gomes (2002) e Graziella Merlatti (2001), entendem que quando o indígena recebeu a alcunha de líder dos Guajararas foi por intermédio dos capuchinhos, mesmo quando ainda morava em São José da Providência. Entretanto indigenistas como Olímpio Cruz e Bartolomeu de Monza, defendem que Caboré procurou Torreão antes para conseguir armas e também o título de líder das comunidades Tenetehara e ajudaria a convencer outros indígenas

a unir suas forças a ele, tudo arquitetado por Caboré. Entretanto Monza (1908), é bem mais enfático e afirma que a *Rebelião* teve a participação do Estado com o objetivo de atrapalhar a grandiosidade da Missão. Contudo, Elizabeth Coelho (2002,p.120), “afirma que a sugestão de matar os frades partiu do próprio governo”, analisa uma entrevista de 1980 em que consiste: “Ai’o governo disse: capitão Caboré, o único meio sabe o que é? É você assassinar esses capuchinhos, mas não mexa com as irmãs, deixe as irmãs, deixe as moças cristãs, o sacristão não mexa, só eles”. Os possíveis motivos para o apoio do Governo Estadual para apoiar a Rebelião é: ter um braço armado do sertão ou acabar com a Missão pois estavam montando um poder paralelo em Alto Alegre

Durante seu retorno da capital, Caboré e seus comandados visitaram várias comunidades indígenas e convocaram estes a tomar parte da destruição de Alto Alegre como um ato de vingança a destruição de seus costumes. Os chefes foram convidados a um grande encontro, onde ficariam informados sobre os planos da rebelião contra os capuchinhos. Dessa maneira, Caboré consegue convocar indígenas das aldeias do alto e baixo Mearim, Grajaú e Pindaré. Segundo Guedelha (2004), os caciques que se destacaram foram:

[...] Jaurahu, Menerumam, Izamemana, Tatauí, Tuitina, Itamena, Arapuá, Manuel Justino⁴⁶ (apontado como braço direito de Caboré e antigo morador de Alto Alegre), Uirahu (também conhecido como Gavião Real) e outros ditos, semicivilizados, Luizão, Antônio Correia, Parica, Antônio Carlos e Pedro Velho, grandes chefes de grandes aldeias. (GUEDELHA,2004 p.28).

Imagem 07: Indígenas que participaram da *Rebelião de Alto Alegre*.



Fonte: MONZA,1908, p.147.

⁴⁶ Manuel Justino um dos chefes das Aldeias Guajajara residente em Alto Alegre, também se dirigiu a Frei Reinaldo e pediu para que sua filha fosse devolvida pois estava internada no Instituto feminino e como resposta foi dito não, pois não consentia em realizar-se o pedido como estava disposto a proibir que sua mulher fosse continuamente levar comidas, frutas a mesma filha...” (IPES,1979, p.28).

Um dia antes do ataque, no dia 12 de março de 1901, centenas de indígenas aliados começam a chegar a Aldeia de Caboré, para ouvir as palavras do líder dos Guajajaras durante uma grande comemoração que chamava todos para o início da rebelião. Segundo as palavras de Olímpio Cruz:

Não era mais possível, aturar tantos abusos praticados pelo pessoal da missão estrangeira que queria escravizar a todos, (...) enfim, todos os residentes ali, que não de sua raça, queriam encaixar na cabeça dos índios que deviam levar a vida de outra maneira não como eram ou deveriam ser. Eles queriam tudo ao contrário do que a tribo queria. Não podiam possuir mais de três ou quatro mulheres, queriam mudar nossa língua, mediante a leitura dos livros deles que só tinham de bonito algumas figuras. Além disso, pretendiam mudar os costumes. Diziam que os índios não eram mais os donos da terra em que moravam. Certas pessoas constatavam que as indiazinhas que adoeceram no Internato, teriam morrido envenenadas (sarampo). As mesmas foram sepultadas sem a presença dos pais, privadas dos rituais das tradições e crenças. O perigo não se estendia apenas a sua taba e outras vizinhas; também ameaçavam todas as que ficavam ao longo do Mearim, Grajaú e Pindaré ou até mesmo as mais distantes. (CRUZ, 1982, p.40).

Como foi visto acima, as palavras de Caboré tinham sentido de guerra, para matar todas as pessoas que não eram da comunidade Guajajara, citando como principal pretexto os erros cometidos pelos capuchinhos como, por exemplo, seu processo de cristianização/catequização moldado no etnocentrismo europeu, a invasão das terras indígenas pelas comunidades capuchinhas e, Caboré se vale do protecionismo à cultura Guajajara para convocar a se levantar contra a comunidade de Alto Alegre.

3.5- A Rebelião de Alto Alegre.

No dia 13 de março de 1901, os indígenas comandados por João Caboré se aproximam do Arraial de São José da Providência sem serem notados. O horário do ataque foi estipulado as 5:00 da manhã, horário da primeira missa do dia, e armados com espingardas, arcos e flechas, foices, facas (armas disponibilizadas pelo governo do Estado), atacam a colônia de Alto Alegre.

O primeiro local a ser atacado, segundo Guedelha (2004, p.27), foi a capela onde o Padre Zacarias de Malenho rezava a primeira missa, sendo a primeira vítima do ataque dos indígenas atingido por um tiro de espingarda. Naquele momento se inicia um ataque que durou mais de 15 dias com consequências drásticas para aquela região. De acordo com Graziella Merlatti, a *Rebelião em Alto Alegre* foi narrado da seguinte forma:

“Repentinamente, o terror tomou conta de todos. Tiros, flechas lanças contra os fiéis presentes, facadas, gritos selvagens e gritos de dor ressoavam na igreja

e nos locais próximos, ouvidos somente pela frieza da mata. Estertores de morte, mãos juntas em orações de piedade: tudo deve ter-se fundido no breve tempo da violenta carnificina. Aos poucos, todos caíram por terra: capuchinhos, irmãs, meninas e fieis. Os índios arrombaram as portas do colégio e ali é consumada a carnificina, continuando depois entre os cristãos da vila” (MERLATTI, p.52 apud GUEDELHA, 2004, p.28).

Ao longo daquele trágico 13 de março, os outros frades e freiras foram: Padre Reinaldo de Paulo, Padre Victor de Bergamo, Padre Salvador de Albino e as irmãs terceiras capuchinhas Leonor de Santo Antonio, Ignez de San Carlos, Maria de San Lorenzo, Benedita de San Luís, Natalina de San José, Maria Eufêmia di San Battista, Irmã Benadetta de San Luigi; Irmã Ana Maria; Irmã Maria de San Lorenzo e Dona Carlota de Barra do Corda. Entretanto, o Massacre não parou por aí, atacando os que estavam presentes na Missa, entre adultos e crianças. Foram mortos todos que estavam participando daquela comemoração. Segundo Monza (1906, pag.91), em uma visita feita a Colônia de Alto Alegre após a *Rebelião*, o Jornal *O Norte* faz uma descrição sobre o ataque:

“Na Igreja, junto ao Altar, foram assassinados Frei Victor e seu rebanho. Os vestígios de luta no chão da Igreja e convento notam-se largas manchas de sangue, ora circunscritas a um só ponto, ora seguindo o movimento das vítimas em fuga a mãos dos algozes. Muito deve ter sofrido uma senhora a quem os índios não conseguiram matar na Igreja, levaram em roço até o terreiro do convento da Igreja, onde consumaram seu nefasto crime. O rastro de um pé de mulher impressos com o próprio sangue em muitos pontos visíveis da terrível trajetória, dá perfeitamente ideia dessa horrorosa cena. Na Igreja e Convento, os moveis em desalinhos e quebrados, leitos revolvidos, o sangue por toda parte – traços terríveis e sinistros do esforço supremo de vítimas inerentes, em busca de salvação de suas vidas, - de encontro aos assassinos, numeroso e armado, dão a cópia fiel do que pode ter sido esse tormento lento, essa agonia de horas e dias de martírio. A todos esses atos de nefasto canibalismo, associaram a mais perversa devastação” (Jornal O Norte, 05 de maio 1905).

Para evitar que algumas pessoas chegassem à Igreja, os indígenas atacaram toda população de Alto Alegre, causando a *Rebelião* com a invasão da Colônia e as fazendas ao entorno, onde houve um grande saque, matando todos que eram encontrados no caminho. Segundo os relatos de Monza (1906, p.118), “famílias inteiras foram dizimadas pelos índios de Caboré”.

É interessante notar que os planos dos indígenas eram altamente astutos; para evitar que as pessoas se aproximassem da colônia instalaram trincheiras, formadas por grossas torras de madeira. Alguns cristãos caíram nessas armadilhas, sendo depois mortos pelos índios e para que se evitasse que as notícias sobre a *Rebelião* chegassem na comarca de Barra do Corda ou Grajaú, as estradas foram fechadas e cristãos foram mortos, que segundo Guedelha (2004, p.30),

“durante vários dias viajantes desapareciam na estrada sem chegar ao seu destino. Antes uma estrada muito movimentada por comerciantes e fazendeiros e famílias que migravam, sucumbiram à fúria dos índios”.

Caboré foi considerado um estrategista nato, pois além de conseguir reunir todas as comunidades indígenas em apenas uma causa, valeu-se de que os frades retiraram os bebês de suas mães, conseguiu do governador do Estado armas, com a justificativa de que seria para proteção de sua aldeia e também serviram para que ele conseguisse o título de líder “generalíssimo⁴⁷” dessas comunidades. O horário do ataque foi também bem pensado, pois eles sabiam que esse era o horário da primeira missa e estaria cheio de pessoas, e o fechamento dos portões da colônia também foi muito importante para que ninguém pudesse escapar e principalmente o fechamento das estradas para que nenhuma notícia se espalhasse. Segundo Antônio Carlos Gomes Lima (2000), dois índios chamados “Manezu e José Viana Guajajara” que não concordaram com a revolta, chegaram com as seguintes notícias em Barra do Corda:

“(…) são cerca de 400- tomaram posse da sede da Missão de São José da Providencia, (...) e ali manterem alguns prisioneiros que também seriam mortos depois, instalaram seu quartel general. Para evitar que as notícias se alastrassem bloquearam as entradas de acesso para Barra do Corda e Grajau e as comunicações através do rio Mearim. E partiram para o ataque as fazendas nas redondezas e mataram seus moradores e os viajantes desavisados. Fugimos quando estavam enterrando os mortos em uma vala. Mataram todo mundo”.

No dia 16 de março de 1901, chega o aviso para a população de Barra do Corda, três dias após a chegada dos indígenas sobreviventes, das primeiras notícias da tragédia. Fora os frades e freiras mortos, chega às notícias que 200 cristãos foram massacrados em Alto Alegre. É interessante destacar que os frades foram avisados em várias ocasiões sobre os possíveis ataques dos indígenas. De acordo com Mércio Gomes (2002), houve vários sinais de alerta entre eles:

“(…) os índios que não aderiram a rebelião de Caboré e até alguns que faziam parte do movimento, mas que queriam livrar pessoas de quem gostavam, chegaram a procurar os frades e alguns moradores para contar do ataque. Um desses casos, contam os regionais, foi a da figura lendária da região, a velha índia Cuzozo, que por várias vezes avisou frei Vitor e Dona Carlota, mas esses desconsideraram os avisos acusando a velha de inventar mentiras para conseguir comida, também os frades não acreditavam que os indígenas seriam capazes de um ato tão traiçoeiro, se eles estavam apenas fazendo o bem para

⁴⁷ Esse “título” foi conferido pela primeira vez na crônica de Bartolomeu de Monza sobre a Rebelião de Alto Alegre, entretanto autores como Olímpio Cruz (1972), Graziella Merlatti (2001) e no trabalho monográfico de Miranny Guedelha (2004) também utilizam essa denominação, contudo nessa fase do trabalho também utilizamos para demonstração de poder dentro daquela comunidade que Caboré possuía. Outros autores como Mércio Gomes (2002) e Elizabeth Coelho (2002), utilizam o termo líder Guajajara

esses pobres selvagens. Ao contrário, Pedro Freitas, residente da Colônia acreditou nos avisos e deixou a localidade as vésperas do ataque. Ele foi um dos que confirmou para as autoridades de São José da Providência quando chegaram as notícias de Barra do Corda pelos dois sobreviventes” (GOMES,2002 pag.278).

3.5.1- A Batalha de Alto Alegre.

No dia 24 de março, o jornal *O Norte* lança a primeira manchete com relação à *Rebelião* na Colônia de Alto Alegre: “Hecatombe! Situação Afflictissima”. Acordando a população de Barra do Corda naquela manhã. Em continuação a essas primeiras notícias o periódico traz a manchete:

“Eram 8 da noite quando dois cavalheiros, residentes de São Pedro do Catete, correndo a toda brinda, vieram fazer a lúgubre notícia de que uma imensa horda de indígenas, atacando a colônia de Alto Alegre, estabelecimento dos padres capuchinhos. O estabelecimento era tão original que nós que não, obstante o estado de selvageria dos índios repugnava a acreditar. Os pequenos índios entregues sem a espontaneidade dos que não reconhecem as vantagens da civilização”. (O Norte, 24 de março de 1901).

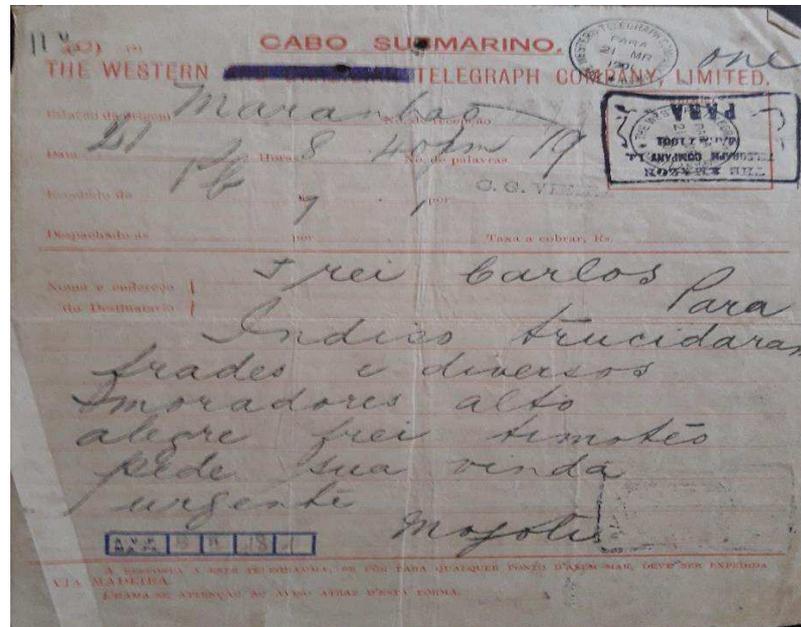
Após terem as primeiras notícias confirmadas sobre a *Rebelião*, uma comissão de autoridades de Barra do Corda e Grajaú foi formada para tomar atitudes contra os indígenas rebeldes, entre eles estavam:

“Fortunato Ribeiro Fialho (chefe político conservador), Arão Araruama do Rego Brito (juiz de Direito da Comarca), Temístocles Bogéa (intendente do município), Frei Estevão Maria de Sexto (Vigário da Paroquia), Major Sabino Câmara (delegado de polícia), Tenente Tomé Vieira Pastos (comandante adjunto da Guarda Nacional), José Narciso Carneiro Leão (líder político da ala liberal republicano), Coronel Epifânio Moreira de Souza (líder político Republicano), Coronel José Leonildo da Cunha Nava (ex- intendente e líder político de centro), Major Gerôncio Raimundo Nava (líder político local), Otávio Lobão (conceituado pratico da Medicina), Major Luiz Rodrigues de Miranda Leda (regresso das lutas de Grajaú dos Ledas) e Frederico Pereira de Sá Figueiredo (Diretor e Redator do Jornal O Norte)”. (GUEDELHA, 2004, p. 36).

Esse grupo foi formado para decidir como seria a proteção da cidade de Barra do Corda de uma possível invasão dos indígenas, também é montada uma expedição comandada pelo Tenente Tomé Vieira Passos, para retomar Alto Alegre das mãos dos indígenas. Em relação aos capuchinhos, as primeiras notícias chegam para Frei Carlos e o deixam em estado catatônico. Segundo Monza (2016, p. 112), “o Superior Carlos nunca se recuperou ao receber as novidades sobre Alto Alegre”. Para confirmarmos essas informações, em um dos documentos acessados nos Arquivos Provinciais do Carmo, vemos o telegrama que chegou a Frei Carlos em 21 de março de 1901, enviado pelo Missionário Timotéo de Sexto, com a seguinte mensagem: “Para Frei Carlos; Indios trucidaram frades e diversos moradores de Alto Alegre,

frei Timotéo pede sua vinda urgente!

Documento 06: Telegrama enviado a Frei Carlos em Belém noticiando da *Rebelião*.



Fonte: Arquivo da Província dos Capuchinhos do Carmo. B/II/18/1S.

A primeira expedição que foi formada no dia 18 de março, os moradores da cidade já eram tomados tomados pelo desejo de vingança contra os indígenas. O número de recrutados foi alto, tanto que segundo Coelho (2002, p.101) “se possível fosse atender a quantidade de pessoas que se apresentaram, a cidade teria sido entregue a vigilância das mulheres”. Essa expedição contava com um total de 80 homens, a tropa era despreparada só tinha a confiança de que derrotariam os indígenas, esquecendo-se que os indígenas tinham armas de fogo e muita munição, presente do governador João Torreão da Costa.

As pessoas chegavam em Barra do Corda vindas de várias cidades vizinhas e o pânico se espalhou com medo de possíveis ataques dos indígenas. Essas regiões eram vizinhas a Barra do Corda, como Catete⁴⁸, Grajaú, Santa Maria, Serrinha, entre outras. A cidade se tornou um grande campo para refugiados. A expedição do Tenente Tomé, ao chegar na localidade chamada Fazenda Descanso, sofreu um ataque e foi obrigada a retornar à cidade de Barra do Corda com um total de quatro mortos e quatorze feridos. Ali perceberam que o número de indígenas rebeldes era bem grande, em torno de 400 homens, e que estavam muito bem armados.

⁴⁸ Futura Colônia Indígena de São Pedro do Catete.

No dia 24 de março de 1901, o Juiz Leopoldo da Cunha Nava (Juiz interino da Comarca de Barra do Corda) envia uma carta informando ao Governador do Estado a situação em Alto Alegre:

Barra do Corda, 24 de março de 1901. Excelentíssimo. Sr. Dr. Governador, do Estado.

“Como é de meu dever para convosco, que sois o supremo magistrado do Estado, levo ao vosso conhecimento, por meio deste, as tristíssimas ocorrências que se tem dado ultimamente nessa comarca, onde o terror se tem estabelecido, fazendo com que afflitam diariamente a cidade, em busca de garantias a vida numerosas bando de habitantes do interior. Na noite de 14 deste, o sitio de Alto Alegre nicho agrícola de catequese dos missionários capuchinhos, foi teatro de uma dessas horrorosas tragédias, para cujo descrição as palavras são sempre pouco expressivas. Numerosas hordas de selvagens, verdadeira fúria humana, atacou naquela noite e por ocasião do terço na capela do convento, todas as pessoas que ali se achavam, trucidando barbaramente os quatro capuchinhos, fr. Reinaldo, Frei Vitor, Frei Zacharias e Frei Celso, todas as freiras noviças, e quando finalmente, haviam das vizinhanças! Que horror! O hediondo plano, a há e muito cautelosamente combinado, sortira todo seu afeito, sem que fosse posta em pratica a mais leve resistência, desprevenida e inerente, como estavam todas as vítimas.

A carnificina, porém, não ficou somente nessa horrorosa hecatombe, o não saciado ódio dos canibais fez muito mais ainda. Atacaram também todas as pessoas residentes nas circunvizinhanças de Alto Alegre, assassinando-as, sem exclusão das crianças de mais tenra idade e queimando-lhes as casas! Tendo distribuído piquetes de emboscada para todas as estradas que dão acesso aquele sitio, assassinaram da mesma forma, quantas pessoas viajavam por aquelas passagens. Calcula-se em muito mais de cem o número de mortos. Só um pobre velho, que aqui chegou as carreiras, perdeu 28 pessoas de sua família, da qual somente escaparam, por se terem evadido, elle, com muitos ferimentos, e um filho! Todas as mais agonizaram as mãos dos monstros!

Ao ter se certesa de taes factos, procurou-se organizar um contingente de paisanos, que se conseguiu elevar ao número de 70 e tantos; o qual, confiado ao comando de um homem prático e valoroso, o senhor Thomé Vieira Passos, daqui partiu para bater os índios, no dia 19. Feriu-se na batalha, na manhã de 22, quase a entrada do portão de Alto Alegre. Os índios foram vitoriosos, havendo dos nossos muitos feridos e alguns mortos, não obstante o heroísmo com que se houveram em mais de uma hora de tiroteio. Mas por mais que fizessem não venceriam os índios, numa quantidade assustadora e bem municados, lutavam na sombra, isto é, de emboscada, ao abrigo das arvores e de barreiras de antes não preparadas. Só quando reconheceu Thomé que, se continuasse, sacrificaria toda a gente, porque a onda de selvagens, ao chamamento de sua busina de guerra, ordenou a retirada, a qual já se fez difficilmente, contorneada como já estava a estrada por índios que se tinham emboscada para a volta da força.

Em vista disso, foi, pois, resolvido pedir-lhe providencias urgentes a vossa excelência, o que já fizemos por telegramas. A população tem estado possuído de grande pânico, havendo sérios receios de ataques a cidade, onde desejavam os índios de tomar o poder dos frades ou caboclos do Instituto de São Francisco de Assis. Tal é o que se tem dado, e tal é o nosso estado aqui.

Aguardamos urgentemente providências.

Leopoldo da Cunha Nava. Juiz de Direito Interino⁴⁹”.

A carta acima foi mandada depois dos ataques contra o Tenente Tomé, que após sua derrota, viu um clima de pânico tomar conta da população Barracordense. Depois disso, o Capitão Raimundo Ângelo Goiabeira reúne um grupo de homens para enfrentar os indígenas. Segundo Zannoni (1999, p.64), “o capitão Goiabeira era conhecido pela sua enorme crueldade contra os indígenas”. Entretanto, comete o mesmo erro que o Tenente Tomé e é derrotado pelas tropas do braço direito de Caboré, Manuel Justino. Segundo Cláudio Zannoni (1999, p.65), “essa crueldade com os indígenas do Capitão Goiabeira se dá por essa derrota, pois nos combates contra os rebeldes sobravam apenas os líderes, daí sua fama de matador de índios”.

De São Luís, chegam contingentes para combater os indígenas. No dia 26 de março de 1901, chega o Tenente-Coronel Pedro José Pinto sob as ordens do governo do Estado e também chegam no dia 09 de abril soldados liderados pelo Alferes Manoel Gonçalves. Além disso, as tropas tiveram a aceitação de índios da comunidade Canela, inimigos históricos dos Guajajaras. A ajuda deles foi decisiva pelo seu grande conhecimento das matas, pois poderiam guiar os soldados entre elas. Segundo Guedelha (2004, p.35), o periódico *O Norte* enfatiza a importância do auxílio dos índios Canella:

“O auxílio dos Canellas é muito importante em tal emergência porque habituados na vida na mata perseguem e combatem com grande valor os seus irreconciliáveis inimigos”. (Jornal *O Norte*, 13 de abril de 1901).

De acordo com Zannoni (1999,p.51), “uma tropa de aproximadamente 115 soldados, sob o comando do Coronel Pinto, partiu de Barra do Corda para retomar Alto Alegre, no dia 14 de abril de 1901”. A colônia servia como base para os indígenas rebelados e a retomada definitiva de Alto Alegre se deu em 03 de maio, quando as tropas lideradas pelo Coronel Pinto e o Capitão Goiabeira fizeram os revoltosos se evadirem para aldeias nas proximidades. Por fim, a aliança formada entre Pedro José Pinto, Alferes Manoel Gonçalves, Tenente Tomé e o Capitão Goiabeira impuseram várias derrotas aos indígenas de Caboré, com ataques violentos às aldeias e o extermínio de indígenas aliados. Isso fez com que Cauré Imana perdesse seus aliados mais valorosos, principalmente pela escassez de munição e a destruição das plantações nas aldeias, gerando fome e conflito entre essas lideranças. Segundo Zannoni (1999), esses

⁴⁹ Arquivo Público do Estado do Maranhão. Setor de documentos avulsos. Correspondência para o Presidente da Providência.

conflitos entre os indígenas se deu:

“O movimento se dividiu e cada qual voltou para seu grupo familiar (...). A liderança de Cauré havia se projetado além dos limites culturais permitidos (...), havia se desencadeado um conflito de lideranças dentro do movimento. O conflito de liderança se intensificou após a união de um inimigo em comum. Reestabelecer o equilíbrio interno que significava o nivelamento político-econômico entre famílias extensas, entre líderes”. (ZANONNI, p.51, apud GUEDELHA, p. 35).

De acordo com Olímpio Cruz (1992), o primeiro a deixar o movimento foi o líder Jauarauhu, que tinha sobre seu poder três moças brancas que estudavam no Instituto Feminino de Alto Alegre. Eram elas: Perpetua Moreira, Úrsula Moreira (neta do diretor do Jornal *O Norte* Frederico Figueira) e Isabel Cardoso. As duas últimas foram resgatadas por uma incursão do capitão Goiabeira, a primeira conhecida como Perpetinha⁵⁰, filha do coronel Francisco José Moreira, rico fazendeiro da região, ficou sobre poder dos indígenas e seu paradeiro nunca foi descoberto.

Houve uma grande diáspora de indígenas para matas de Monção e regiões ao norte do Pará, ou se entregavam às tropas de Pedro Pinto, pois se cansavam da implacável caçada imposta aos mesmos. As estradas para Barra do Corda, antes zona de armadilhas dos indígenas, ficaram sem nenhum cidadão. Esse isolamento durou até 1912, quando o Frei Estevão toma a posse das terras antes pertencentes aos capuchinhos. Após intermináveis conflitos, já enfraquecido e isolado de seus aliados, Caboré é capturado pelo capitão Goiabeira na aldeia de Canabrava e levado de volta para Alto Alegre. Também 12 dias após a captura de Caboré, Manoel Justino foi capturado durante um ataque. A cobertura da prisão de Cauré Imana foi feita pelo periódico *O Norte*, que em suas notícias trazem grande alegria à comunidade de Barra do Corda:

“Os resultados da grande catástrofe que tanto abalou a população de Barra do Corda e Grajaú, acham-se mais serenados com a prisão de Caboré. Esse grande facínora, terror das selvas, entregou-se à prisão no Alto Alegre, ao tenente-coronel Pinto, em dias de mez. Tiveram o mesmo procedimento Manoel Paiva, Serafim, Miguel e Trajano, chefes terríveis e sanguinário e que

⁵⁰ “A história de Perpetinha é uma das mais contadas pelos regionais em Alto Alegre, era uma menina de 8 anos e membro da elite de Barra do Corda, vivia no internato sob cuidado das freiras. Quando ocorreu o ataque, algumas das meninas foram mortas de imediato, uma ou outra foi tomada como concubina por Caboré ou Manuel Justino. Perpetinha sobreviveu durante esses primeiros dias, e no êxodo foi levada pelos Tenetehara. Diz a lenda regional que a caminho da floresta de Pindaré, para onde foram muitos Tenetehara em fuga, ela ia gravando nas árvores os dizeres “por aqui passou a infeliz Perpetinha”. Muitas histórias afirmam que diversas pessoas chegaram a vê-la anos depois vivendo como uma verdadeira índia Tenetehara numa aldeia no Alto Gurupi” (GOMES, 2002, p. 276).

no dia da hecatombe e seus subsequentes cometeram toda sorte de atrocidades”. (O Norte, 31 de agosto de 1901).

É estabelecido o inquérito policial para apuração da *Rebelião de Alto Alegre* no dia 18 de outubro de 1905 e o julgamento dos acusados se inicia no dia 27 de julho de 1905, que acabou com a absolvição dos indígenas. Dos trinta e seis presos, vinte e um morreram na cadeia, muitos autores destacam que morreram de maus tratos e foram absolvidos, de acordo com o código penal (Decreto n.º 847 de 11 de outubro de 1890) no Art.27, que estabelece: “Não são criminosos: {3º Os que por sua imbecilidade nativa, ou enfraquecimento senil, absolutamente incapazes de imputação. Porém, no julgamento foram culpados em todos os pontos apresentados pelo promotor público de Barra do Corda, Raimundo Bona. Mas, depois absolvidos por serem considerados “menores [...], portanto não são responsáveis pelas próprias ações.” (CAVALCANTI,2018, p.242). O jornal *O Norte* destacou a absolvição dos indígenas era a influência da maçonaria:

“Os Selvagens foram absorvidos somente depois que a Maçonaria excluiu o voto 24 que haviam declarado que não dariam o veredicto favorável aos selvagens e que não cedem ao poder de um governo que os priva da liberdade, (...) o luto, a desolação, o terror, a aflição de duas cidades- Grajaú e Barra do Corda- presa pela dor e pelo importuno de entes queridos levados pela sanha dos canibais; tudo quanto o mais horripilantes pode ofender a sensibilidade humana dos esquecidos num momento de calma do júri desta cidade absorvendo todos aqueles envolvidos naquele monstruoso atentado. Respeitamos a decisão do Tribunal do Povo, mas aqui a registramos como triste remate desse longo e sanguinolento martyrio que impressionou dolorosamente o coração das populações até onde chegaram as peripécias da lúgubre tragédia ”. (O Norte, 28 de agosto de 1901).

Durante seu interrogatório, Caboré negou que participou dos ataques ou dos assassinatos, entretanto admitiu estar presente no dia do ataque. Porém, em um documento encontrado nos Arquivos da Província Capuchinha datada do ano de 1900, mostra um indivíduo intitulado “Herege”, que após uma viagem para São Luís, teria feito o recrutamento dos indígenas para o ataque em Alto Alegre, que teria convocado Timbiras e Gaviões para participação da Guerra em Alto Alegre. Esse documento é elucidativo, pois traz mais um registro de que Caboré pode ser inocente da acusação de incitar a *Rebelião de Alto Alegre*.

Documento 07: Suposta carta escrita por um informante, descrevendo a conversa de Caboré com uma pessoa intitulada de “Herege”.

- 12

A. V. P. B II 18 15
M. A. P. A.

João Caboré, o chefe dos índios de Alto Alegre, viajaram para São Luiz, um cidadão encontrou os índios pela rua da cidade, o Herege, pergunta o índio, e vocês moram aonde; e moramos em Alto Alegre, os Frades no município de Barra do Corda, Herege, pergunta os índios os Frades, são bons para vocês? o Caboré disse para ele, que eles são bons para eles, índios. Herege disse para os índios eu sei de todos, os Frades, não são bom para vocês, ~~de Caboré~~ trata vocês, em serviços e toma os filhos de vocês, e força, e ficam chorando pelos filhos que nunca mais vê-lo, Herege disse para o índio eu acho bom que você acaba com a vida deles, o índio disse que não, Herege, disse para eles, nada mais confie eles eu nada dos frades se você a cabureis com a vida dos Frades

Marcelino Miranda

Fonte: Arquivo Provincial do Carmo- B/II/18/15

Essa carta deixa uma dúvida quem seria esse “Herege”?, seria ele o causador da *Rebelião em Alto Alegre*, sendo assim transformando João Caboré em um “bode expiatório” das autoridades de Barra do Corda, onde isso possivelmente o teria inocentado de ser chefe das comunidades Guajajaras. Esse documento mostra claramente que esse personagem teria instigado as ações dos indígenas, entretanto muitos autores tratam Caboré como o “Herege”, mas essas informações deixam essa dúvida no ar e não foram resolvidas na época porque Cauré Imana morre três meses após a Rebelião, no dia 13 de novembro de 1901, quando iria ser levado para São Luís; sua morte é atribuída a febres paludes. Contudo, ainda existem dúvidas sobre as causas da morte, pois suspeita-se que ele tenha morrido de maus tratos na cadeia pública de Barra do Corda. Segundo Luís Gilgen os dias de Caboré na cadeia seria:

“(…) ele foi torturado e morto dentro da delegacia, pois quando ele foi preso e sou contra o que fizeram, sofreu grandes dificuldades na alimentação, a água

não era doce, era salgada durante sua doença não teria recebido nenhum tipo de auxílio, praticamente o deixaram definhando na cadeia”.

Segundo uma entrevista realizada com a antropóloga Elizabeth Coelho, ela analisa que os membros da sociedade de Barra do Corda nunca negaram que os indígenas tenham assassinado aquelas pessoas, entretanto enfatiza que foi feita uma grande injustiça ao colocar Cauré Imana como o grande vilão da *Rebelião de Alto Alegre*, enquanto os missionários capuchinhos ficavam em seu luto. Elizabeth Coelho faz a seguinte observação durante a entrevista:

Não só a Igreja, mas todo o Estado Brasileiro e dos brasileiros, de modo geral é só no sentido de potencializar a agressividade da ação praticada pelos indígenas. E um dos termos utilizados nesse sentido é exatamente o termo massacre. Nas aldeias hoje eles se referem ao incidente como tempo de Alto Alegre, porque para eles tudo trancede naqueles momentos finais, em que eles assassinam, matam padres, freiras e fiéis que estavam na missa. Para eles é um tempo mais longo onde eles são diariamente massacrados, se a gente puder utilizar o mesmo termo.

Para Gomes (2002), “não ficou claro como João Caboré e Manuel Justino, os dois Tenetehara que foram acusados como líderes, teriam organizado tantos Guajajaras e organizado o ataque”. Ainda enfatiza:

(...) os documentos não são suficientes para que perceba que tipo de aliança eles teriam feito para obter suporte para tal empreitada. A acusação judicial contra os Guajajaras aponta o envolvimento de 34 nomes em seis aldeias. Gomes considera possível que todas as aldeias da região que fica entre o alto Mearim e o Alto Grajaú e, mesmo as do alto Zutiua, estivessem envolvidas no ataque e levantar a possibilidade de existirem índios Timbiras envolvidos, porque parte deles também tinham filhos no internato. Por outro lado, refere-se também a chefes Guajajaras que, não concordando com a proposta do ataque, teriam abandonado suas aldeias, antes que se concretizasse. (GOMES, 2002, p.52 apud COELHO, 2002, p.121).

Esse mesmo questionamento foi levantado pelo jornal *A Pacotilha*, onde levanta as suspeitas sobre a morte do indígena na cadeia de Barra do Corda:

“Caboré era acusado de ser o chefe principal do assalto e morticínio dos frades Capuchinhos no Alto Alegre. Preso no local onde o crime foi cometido, onde os ânimos não podem estar livres de ódios e rancores, morte de Caboré desperta fundadas suspeitas. (...) não teria sido resultado de um novo crime”. (*A Pacotilha*, 23 de dezembro de 1901).

Essas questões são importantes para a atualidade. Em primeiro lugar, dos 36 presos somente 15 foram para julgamentos, os outros 21 teriam morrido na cadeia, o que teria acontecido a esses indígenas. O segundo questionamento é em relação a João Caboré, que arrastou para aquela região uma guerra de quatro meses. Segundo os Arquivos dos Capuchinhos, duzentas vítimas teriam sido mortas durante o confronto. Entretanto, o número de indígenas

mortos nunca foi contado, entretanto esse número pode chegar a mais de 400 índios trucidados. Contudo, os militares causaram um grande êxodo de indígenas causando a morte de mulheres e crianças. Sendo assim, podemos analisar:

“A dispersão dos Tenetehara que se seguiu a retomada de Alto Alegre pelos regionais é encarada por eles como um verdadeiro êxodo. Dizem que as mães chegavam a sufocar seus bebês quando choravam e se encontravam próximo dos soldados que os perseguiram. Passavam fome e quando iam a uma fazenda mendigar comida, eram friamente assassinatos”. (GOMES, 2002, p.275).

Naquele momento houve um isolamento dos Guajajaras naquela região para evitar que fossem perseguidos e alvos de preconceitos, pois sua imagem foi rotulada de “violento, incivil e bárbaro”. Entretanto, para Monza (1908, p.128), “o massacre foi devido à vingança, ao amor pelo vício, a cobiça e a infidelidade”. Esses motivos levaram os Frades a serem martirizados, tanto no convento do Carmo quanto na fachada da Igreja Matriz de Barra do Corda como mostra na imagem abaixo:

Imagem 08: Igreja de São José da Providência, em Barra do Corda- MA.



Fonte: Gianelli (1993).

A imagem acima mostra a homenagem póstuma aos freis, freiras e cidadãos mortos durante a *Rebelião em Alto Alegre*. A construção da Igreja de Barra do Corda foi bem aceita

pelos que defendem o martírio sofrido pelos missionários, entretanto, o registro, atualmente, é criticado pelas comunidades indígenas que se sentem indignados por não haver nenhuma homenagem aos índios mortos e feridos durante o processo de catequização dos capuchinhos. Segundo entrevista concedida ao documentário “O Massacre de Alto Alegre: justiça ou carnificina”, o cacique Alderico Pompeli analisa que a culpa caiu exclusivamente sobre os indígenas, onde afirma:

“(...) os índios perderam suas vidas, mas os professores, as mídias só falam que os padres foram massacrados, (...) porque os padres mataram muitas crianças indígenas, as crianças morriam e diziam que as crianças estavam no convento. Então a imagem dos pequenos indígenas também deveria estar na igreja como uma forma de recuperar a história, pois os indígenas mataram os padres capuchinhos como uma forma de se vingar as crianças e mulheres mortas. Eu sei com certeza que a comunidade de Barra do Corda não conhece bem a história e a única história que fica é que os índios mataram”. (JOC, 2015).

Como demonstra o trecho da entrevista acima demonstra o claro desprezo do martírio sofrido pelos indígenas nos Institutos dirigidos pelos frades capuchinhos, a clara culpabilidade não da comunidade de Barra do Corda, mas de todo o Maranhão imputada aos indígenas. Vemos o abandono dos índios pelo poder público desencadeando uma série de conflitos tanto no Maranhão quanto no Brasil. A *Rebelião em Alto Alegre* causou o estopim para os grandes conflitos em terras indígenas, principalmente pela posse de brasileiros pobres e fazendeiros, mas utilizando a política da camponização⁵¹ das comunidades Tenetehara, trazendo graves consequências às disputas de terra dessa comunidade indígena no Maranhão e os acontecimentos de Alto Alegre também causaram graves empecilhos à integração das comunidades indígenas à sociedade brasileira, pois agora os brancos viam os Tenetehara com mais cuidado e uma certa aversão a essas comunidades foi construída com a justificativa de que uma possível contato poderia causar novos conflitos, mas a busca por uma melhor qualidade de vida e o combate à sua miserabilidade fez com que os indígenas “buscassem se associar a esses fazendeiros ou camponeses com alguma posse, tanto por razões econômicas quanto socioculturais”. (GOMES, 2002, p. 278).

Outro ponto de reflexão bastante interessante sobre os impactos da *Rebelião em Alto Alegre*, foi o distanciamento dos Tenetehara para com a sociedade brasileira. Foram viver isolados socialmente, principalmente nos primeiros anos do século XX. Isso causou um enorme desmembramento de comunidades indígenas, tornando-as famílias isoladas, que pela falta de

⁵¹ Essa prática foi mencionada no primeiro capítulo desse trabalho, segundo Mércio Gomes (2002, p.279), essa prática traria como consequências a perda de terra dos indígenas para os fazendeiros e colonos, prática que se estendeu até as primeiras reais demarcações de terra a partir da década de 1970 e 1980.

estrutura básica tentavam o êxodo para as grandes cidades ou fazendas, ficando em situação de extrema pobreza. Essa divisão das aldeias originou novos aldeamentos, como consequência disso a expansão dos Tenetehara, criando um grupo reunido para combater os brasileiros e outras comunidades indígenas, consolidando uma identidade dos Tenetehara, que antes dos movimentos de catequização eram tratados como meros “animais pedintes quando nas vilas”. Mesmo com todos esses obstáculos, os Tenetehara não romperam suas relações oficialmente com os brasileiros, com exceção de algumas comunidades que optaram pelo seu isolamento quase total até o início da década de 1920. A expansão territorial dos Tenetehara foi aumentando gradativamente após a *Rebelião em Alto Alegre*, e isso é demonstrado em números por Elizabeth Coelho (2002, p.196), que analisa o aumento da população dos Tenetehara pela salvaguarda de seu povo contra as comunidades brasileiras. Assim o ocorrido em Alto Alegre expandiu o crescimento os indígenas, aumentando essa população na seguinte proporção:

“(…), quando Emil Snethlage, um naturalista alemão, visitou essa região calculou que a população Tenetehara que vivia entre os rios Mearim e Grajaú somava entre 750 e oitocentas pessoas (metade da população de 1896), sem contar uma 400 ou 500 que viviam na região entre os Zitiua e o Buriticupu. No Pindaré e baixo Zitiua deveria haver por esse tempo cerca de 1.500 Tenetehara e no Gurupi e Capim cerca de 1.100. Ao todo, portanto, havia cerca de 3.800 Tenetehara na primeira metade da década de 1920. Snethlage escreve que havia entre 12 e 14 aldeias tenetehara na área em que, 24 anos antes, houvera 18”. (COELHO, 2002, apud, ABREU, 1931, p.105).

O aumento da população dos Tenetehara cresceu vertiginosamente mesmo com as doenças tropicais que pairavam na época, como a malária e a varíola, e seu crescimento se expandi até meados de 1960 quando chegam a aproximadamente 8 mil indígenas. Essa expansão se estendeu principalmente para terras de São Pedro do Cacete, para onde supostamente os Tenetehara escaparam após o ocorrido em Alto Alegre. Entretanto, com a chegada de mais de 2 mil trabalhadores oriundos de várias partes do Piauí e Ceará, houve uma “forte patronagem política regional, trabalhava arduamente para se tornar um município e controlar terras que eram de direito dos Tenetehara” (Gomes 2002, p.280). Esse projeto pretendia tornar a área uma cidade de caboclos, como queriam os capuchinhos em 1897, em São José da Providência. Entretanto, os planos foram frustrados com a retirada de moradores de São Pedro do Cacete, em 1996, “considerada a última batalha da Rebelião em Alto Alegre. Foi considerada uma vitória dos Tenetehara”. (Coelho, 2002, p. 198).

Essas reflexões foram feitas, principalmente, para dar um novo ponto de vista para os acontecimentos em Alto Alegre, entretanto, são pouco comentados sobre quais foram os passos da Missão Capuchinha e dos Tenetehara. Depois dos acontecimentos em Alto Alegre, essas questões serão discutidas no próximo capítulo na tentativa de ampliar a análise

sobre o tema; o pós- Rebelião de Alto Alegre é de vital importância para a configuração socioeconômica do Maranhão, nessa relação entre conflito e paz será vista até a atualidade.

4. O LEGADO DE ALTO ALEGRE PARA A MISSÃO CAPUCHINHA E AS QUESTÕES TENETHEHARA NO MARANHÃO.

Após a realização da *Rebelião de Alto Alegre* e a guerra que se estendeu na região de Barra do Corda, seu desfecho foi a derrota da comunidade Tenethehara para as tropas estaduais, entretanto, pouco se menciona quais fatos ocorreram após a *Rebelião em Alto Alegre* para Missão Capuchinha e políticas das comunidades Tenethehara, principalmente, os conflitos que se estenderam naquela região pela disputa de terras. Nesse capítulo adentraremos com mais detalhes sobre esses fatos, iniciando com a reestruturação da Missão Capuchinha pós- Alto Alegre.

4.1- A reestruturação da Missão Capuchinha no Maranhão (1901-1922).

A Missão dos Capuchinhos lombardos teve continuidade e adentrou os centros de catequização na Floresta Amazônica, suas realizações foram para muito além de sua matriz. “Os missionários retiveram a evangelização dos indígenas, na colônia de Santo Antônio da Prata na região ao sul do Pará” (ZAGONEL,2001,p.112). De acordo com os periódicos e notícias dentro da própria ordem, os eventos em Alto Alegre deixaram o Superior da Missão, Frei Carlos Oleario, muito enfraquecido por consequência de não pode mais continuar à frente da Missão se recolhendo por conta de graves problemas em sua saúde na sede da arquidiocese em Belém. Durante a realização da *Rebelião em Alto Alegre*, Frei Carlos, então eleito em 1900, estava à frente dos empreendimentos da Missão. Após os acontecimentos de Alto Alegre, a Missão teria perdido seus caminhos. Segundo Cavalcanti (2018, p.244), “o Visitador Geral, Frei Timoteo da Brescia, em 28 de junho de 1901, decidiu nomear Frei João Pedro de Sexto São João para Superior interino da Missão”. Monza (1908, p.201), menciona que “o missionário se viu disposto a enfrentar o grande legado, que surgiu após Alto Alegre e a doença de Frei Carlos”.

Imagem 09: João Pedro de Sexto- Segundo Superior da Missão no Maranhão.



Fonte: Convento do Carmo.

João Pedro de Sexto foi um missionário que nasceu em Sexto de São João em 9 de setembro de 1868, “recebeu de seus pais Carlos Recalcati e Guidita Strada o nome de Clemente. Ingressou como noviço da Ordem dos Missionários Capuchinhos em 28 de fevereiro de 1884, no convento de Lovere, na Itália. Sua primeira profissão religiosa dentro da ordem ocorreu em 02 de março de 1885⁵²”. Seus votos sagrados foram realizados em uma grande cerimônia, onde pela primeira vez vestiu o hábito religioso e passou a ser chamado de João Pedro de Sexto de São João. Segundo Cavalcanti (2018, p.245), “após realizar seus estudos em propedêutico em Albino e teologia em Milão, fez seus votos de pobreza, castidade e de obediência em 23 de maio de 1891, tornando- se Sacerdote Capuchinho”. Realizou grandes trabalhos de evangelização em vários lugares do Maranhão e Piauí.

O desenvolvimento do trabalho de Evangelização do Frei Pedro de Sexto o levou para vários lugares, principalmente para os sertões do Maranhão e Piauí; ficava vários meses nessas regiões, algo bem cansativo para o mesmo. Entretanto, foi essencial o abandono dessas atividades para atender ao chamado do Superior Frei Carlos, “para que assumisse o cargo de

⁵² Informações disponíveis no site <https://servodedeusfreiJoaoPedro.com.br/biografia/>. Acesso no dia 07 de maio de 2019.

Vice-Superior da Fraternidade do Carmo. Foi um líder pacífico, embora enérgico diante das circunstâncias”. (IRMÃS CAPUCHINHAS, p. 02). João Pedro também foi escolhido como Mestre dos Noviços. Fez contribuições para restauração da Igreja do Carmo e de seu convento, se tornando um ilustre expoente dentro dos trabalhos desenvolvidos dentro daquela instituição. Após os acontecimentos da *Rebelião de Alto Alegre*, a Missão ligeiramente foi voltando ao seu natural com a tutela de seu novo Superior. Para fortalecimento de sua nova posição, além das atividades missionárias já realizadas, começou a analisar a expansão da Missão religiosa de forma cautelosa. Para se ter uma noção dos estados da Missão no Maranhão, uma carta foi enviada por Frei João Pedro de Sexto ao Ministro Geral no dia 25 de outubro de 1901.

Reverendíssimo Padre, não pode imaginar em qual consternação se encontrou esse ano a nossa Missão, o massacre de Alto Alegre, a tentativa de destruição da Colônia do Prata, as vergonhosas calúnias que os jornais anticlericais jogaram vomitaram sobre nós, a miséria que nos encontramos pela fatal crise financeira que o Brasil está sofrendo, são todas as dificuldades da inveja do demônio que vão se aglomerando para destruir aquele pouco de bem que, com a graça de Deus, fizemos e podemos fazer⁵³.

Como demonstrado na carta acima, João Pedro de Sexto faz vários lamentos, principalmente, as dificuldades financeiras que a Missão passava e a tentativa de destruição da colônia do Prata⁵⁴. Para isso houve a transferência do Frei de São Luís, para Canindé no Ceará⁵⁵, com alguns missionários, mas agora como Missionário Superior oficial da Missão Capuchinha.

Com a necessidade de uma *reestruturação* na Missão, o Novo Superior Capuchinho passou a desenvolver suas atividades em duas frentes: na missão indígenas e na Missão popular. Ou seja, suas responsabilidades haviam dobrado, com desempenho máximo e devoção à evangelização, pelas mudanças na prioridade da Missão e novas requisições que haviam surgido. Falava-se em nítidas as mudanças, mas o desejo de manter a Missão era o mesmo.

João Pedro de Sexto teve que atuar em várias regiões, incluindo o Ceará e antes disso com diversas visitas às residências da Missão como Barra do Corda, a Colônia de Santo Antônio do Prata e Belém. Começa uma verdadeira reestruturação, principalmente com a

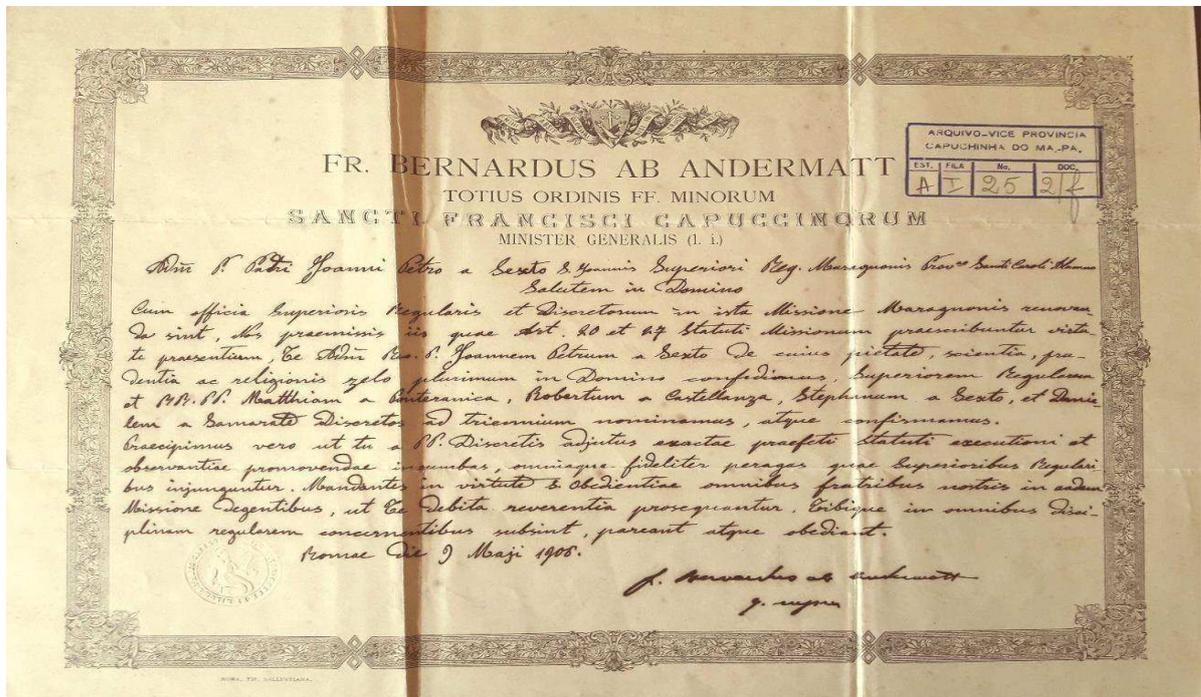
⁵³ Carta de João Pedro de Sexto ao Ministro Geral da Ordem Capuchinha. De São Luís- MA. Datada de 25 de outubro de 1901. (CAVALCANTI,2018, p.245).

⁵⁴ Os problemas na colônia do Prata se consistia na escassez de Missionários no Pará, declinando a Missão no Pará, “principalmente a catequese dos 3.800 alunos da Ordem Franciscana Secular (OFS). Juventude Franciscana (JUFRA), com 80 inscitos. Obra das Vocações sacerdotais, com 60 membros. Essas atividades ficaram altamente prejudicadas pela falta de Missionários”. (ZAGONEL,2001 p.111).

⁵⁵ Segundo Zagonel (2001, pag. 150) “ o processo de evangelização Capuchinha no Ceará se deu inicialmente pela presença de Claude Abeville e os capuchinhos franceses (1612-1615), entretanto sua missão se iniciou a partir de 1730 com o Frei Luís Savignano com a criação de reduções indígenas no interior do Ceará”.

compra de um terreno para a construção da Igreja do Sagrado Coração de Jesus, em Fortaleza, no Ceará. Segundo as Irmãs Capuchinhas (2001, p.06), “ as tarefas desempenhadas pelo frei se consistiam em atender o clero, visitar comunidades distantes, substituir os frades enfermos, enfrentando a morte de outros, eram muitas as requisições pela atenção e trabalho do Missionário”. Com sua transferência para Belém em 1902, o objetivo era o de expandir o trabalho da Missão, que naquele momento se estendia até o Alto Solimões. No dia 28 de junho de 1901, Frei João Pedro de Sexto foi nomeado Superior da Missão Capuchinha.

Documento 08- Nomeação de Frei João Pedro de Sexto São João, na função de Superior da Missão Capuchinha no Maranhão.



Fonte: Arquivo Provincial do Carmo, A/I/25/2f.

Vários problemas ficaram visíveis no intervalo entre 1901 e 1904, em uma época que surgiu a necessidade de criação de uma nova Congregação Feminina no Maranhão, pois todas as irmãs capuchinhas que compunham a Congregação Rubatto foram assassinadas durante a Rebelião de Alto Alegre. Porém, diferente das primeiras missionárias que vieram ao Brasil, a opção foi por uma congregação genuinamente brasileira. Sendo assim, foi fundada a Congregação Missionária Capuchinha para desenvolver atividades de catequese e educação. Essa congregação foi fundada, oficialmente, no dia 18 de dezembro de 1904, em Belém. Com a criação dessa congregação, João Pedro de Sexto assume o acordo de ressurgimento da Missão no Brasil. Para isso, Metódio de Nembro (1954), analisa as atitudes tomadas pelo Superior da Missão e quais áreas foram atingidas:

“Após passados 10 anos no Brasil, o Frei João Pedro de Sexto retornou a Itália para rever seus familiares, amigos e providenciar novos recursos para a Colônia do Prata e os colégios dos capuchinhos, retornando a Belém em janeiro de 1906. O principal colégio era chamado de Núcleo de Santo Antônio do Maracanã, no Pará que era mantido pelo governo Paraense, onde foi fundada um colégio que funcionava um internato de meninos, obra de Frei Carlos. Essa colônia se respaldava em treinar os indígenas para o trabalho no campo, ligando-os dessa maneira a própria terra”. (NEMBRO, p.09-10 apud CAVALCANTI,2018, p.248).

Assim como no Maranhão, no período anterior a Rebelião, em Belém, também houve a fundação de duas escolas, uma reservada para meninos e outra reservada para meninas. Porém, para o bom funcionamento da escola, era preciso a presença de freiras para a civilização das meninas índias. Todas as ações dos missionários eram bem calculadas, pois sempre havia o receio que eventos como o de Alto Alegre se repetissem. “Entretanto no Pará, houve um movimento muito semelhante quando indígenas armados tentaram invadir a Colônia do Prata, mas foram impedidos pelas precauções tomadas pelo Sr. Dr. Augusto Montenegro, governador do Pará”. (CAVALCANTI,2018, p.248).

Enquanto as missionárias não chegavam, as meninas eram educadas por professoras da própria comunidade, uma escola de meninas composta por 37 alunas, segundo informações de João Pedro de Sexto. Nembro (1974, p. 10-12), analisa que em relação à educação recebida pelas meninas “não eram significativas, pois caíam logo no esquecimento, visto que as meninas mergulhavam em um mundo de ignorância e superstições”. Por esse motivo, a Missão sentiu a obrigação de que o colégio das meninas ficasse sob a tutela de freiras, pois necessitava da influência de mulheres para educar as jovens indígenas. Assim como em Alto Alegre, mas com uma mudança: “era proibido retirar as meninas indígenas à força de suas comunidades” (GIANELLI,1993, p. 59). Contudo, mesmo com todas as atividades educativas desenvolvidas dentro daquela colônia, a falta de missionários ainda era evidente. Por causa da *Rebelião de Alto Alegre*, “não era provável o envio de nenhuma freira italiana, por impedimento de suas próprias famílias”. (NEMBRO,1957, p.14).

Mesmo com a falta de missionários, as atividades dos capuchinhos ainda se desenvolviam, entretanto, os problemas só cresciam, principalmente, pela falta de recursos financeiros que deveriam ter sido repassados pelo governo estadual paraense, problema esse também vivido pelos missionários no Maranhão. Os déficits com essa colônia foram tão grandes, inviabilizando a realização de algumas atividades.

Como podemos observar, os acontecimentos de Alto Alegre não trouxeram consequência apenas para o Maranhão, mas para congregação capuchinha em geral. A

reestruturação da Missão se deu a passos lentos e um desses passos foi a vinda de uma grupos de irmãs com o objetivo de educar brancos e indígenas. Nessas condições, surge a Congregação das Irmãs Capuchinhas com suas obras de caridade nas mais diversificadas áreas como saúde e a manutenção da educação dentro das comunidades mais pobres do Maranhão.

4.2- A Congregação Missionária Capuchinha⁵⁶.

Durante a reestruturação da Missão Capuchinha, as atuações educacionais das irmãs capuchinhas formam de vital importância. O Superior da Missão Capuchinha João Pedro de Sexto, desejava direcionar essas moças com o objetivo de ensinarem nas escolas paroquiais no Maranhão e Colônia do Prata no Pará. Segundo Cavalcanti (2018, p.251), as jovens da Ordem Capuchinha são “ativas, prestimosas, animadas de solida piedade, engajados na catequese dos alunos dos colégios”. De acordo com Gianelli (2001), a preparação para o trabalho trabalho das irmãs consistiria em:

[...] Frei João Pedro admitia a vida religiosa de cinco moças cearenses, revestindo-as, solenemente, com o burel franciscano [...] ali, estavam cinco corações, que batiam em um mesmo ritmo, desejo de se oferecerem ao serviço de Deus e do próximo. (GIANELLI, 2001, p. 122).

As freiras coordenadas por Pedro de Sexto logo seguiram as instruções que suas obrigações exigiam. No dia 18 de dezembro de 1904, a Missão dos Capuchinhos no Maranhão realizou uma celebração que concretizou a entrada das irmãs na missão maranhense. Segundo Nembro (1974, p.22), “Frei João Pedro deu as freiras preciosas orientações, sobre o fundamento dos capuchinhos e o uso do habito, do cordão, do crucifixo e como deve ser a postura de uma pessoa religiosa”. Com seu dever religioso já bem definido pelo Superior Capuchinho, as irmãs partem para o Maranhão numa tentativa de trazer a educação para os indígenas e brancos e para que houvesse esquecimento dos estigmas sofridos pela *Rebelião em Alto Alegre*.

Segundo a irmã Verônica Maria Frazão, missionária da congregação das irmãs capuchinhas desde 1960, atuando em vários Estados do Brasil, houve uma grande dificuldade para João Pedro de Sexto recrutar irmãs missionárias. A Rebelião de Alto Alegre amedotrou as várias congregações; segundo a missionária o recrutamento se deu:

(..) João Pedro de Sexto teve a inspiração de Deus para fundar uma congregação, mas ele pensou em trazer as irmãs de Gênova, mas as

⁵⁶ As atividades de atuação da Congregação das Irmãs Capuchinhas estão disponíveis no site: www.irmasmissionariascapuchinhas.org. Acesso no dia 11/05/2019.

congregações que ele consultou, em um total de 5 congregações sabiam da história do Massacre e todas disseram não. Então ele se comunicou com os frades para que todos rezassem e perguntassem a Deus o que Ele queria que ele fizesse, porque ele precisava de irmãs para fundar essa congregação. Cuidava de uma escola em Belém. Então todos os frades tiveram a mesma inspiração: fundai uma congregação com pessoas na ativa, e o frei de Canindé, Frei Mathias, ele falou que lá tinha 5 moças muito religiosas e uma delas havia pedido para ser irmã, uma mulher chamada Clara. Então ele começou a partir daí para fundar a Congregação, então pediu para que o frei de Canindé fala-se com elas e elas conversassem com suas famílias e ver essa possibilidade de elas começarem o curso. Enquanto isso o frei João Pedro de Sexto lá em Santo Antônio do Prata, onde o Estado cedeu o prédio e as irmãs vieram de Canindé no Ceará de navio e seguiram pela fé. Passaram um tempo em Belém, se eu não me lembro se foi a Congregação Santana e ajudaram na preparação da vestimenta e assim elas foram para Santo Antônio do Prata no Ceará, e ficaram um tempo lá nossas fundadoras e mais uma que apareceu no caminho. Foi o tempo em que o Frei João Pedro teve uma ideia de montar uma paróquia em São Luís, que foi essa (Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Anil) e pediu a alguns frades para visitar alguns bairros e ver qual era o mais necessitado da Missão Evangelizadora e os frades responderam que havia um bairro assim onde as pessoas não tinham religião ou eram espíritas ou eram evangélicos, aí ele mesmo veio conhecer esse local⁵⁷.

Imagem 10: Primeiras freiras Capuchinhas vindas para o Maranhão



Fonte: Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Anil.

Segundo a Congregação da Irmãs, localizada no santuário de Nossa Senhora da Conceição no bairro do Anil em São Luís, vieram de Canindé, no Ceará, as primeiras irmãs da

⁵⁷ Primeira parte da entrevista, realizada no dia 06 de junho de 2019. Irmã Verônica Maria Frazão, noviça desde 02 de agosto de 1960

congregação como mostra na imagem acima foram:

Irmã Isabel Maria de Canindé (Francisca Barbosa Magalhães); Irmã Madalena Maria de Canindé (Maria de Nazaré dos Santos Lessa); Irmã Veronica Maria de Canindé (Cecília de Paula Pimenta); Irmã Clara Maria de Canindé (Ana Xavier Macambira) e Irmã Inês Maria de Santa Quitéria (Maria Barbosa Cordeiro) (CONGREGAÇÃO,2016, p.146, apud, CAVALCANTI,2018, p.268).

Após prestarem significativos serviços na Colônia de São José da Prata, principalmente no ensino das jovens indígenas, a Congregação das irmãs teve um desenvolvimento bem rápido, comparado às dificuldades no início pela busca de freiras. Ao completar seus estudos no Pará, a missão das irmãs se expandiu para o Maranhão. Segundo Maria Aparecida Custódia, em seu artigo intitulado “ *O papel da Congregação das Capuchinhas na formação de classes médias e elites regionais* “, João Pedro de Sexto, confirma a importância dos serviços prestados pela congregação, dizia:

“As Irmãs são suficientemente instruídas, muito boas e devotas; para elas não há dificuldades, nem de clima, nem de língua, nem de costumes [eram nativas!]. São totalmente nossas, educadas conforme as nossas necessidades” (CUSTÓDIA, 2017, p.169 apud BENEDITINOS, 2006, p. 39).

Em 1910, as Irmãs Missionárias Capuchinhas se transferem para o Maranhão para realização de suas atividades educacionais, tendo a localidade de Barra do Corda como ponto de inauguração da primeira escola da congregação chamada Educandário de São José da Providência, onde realizaram importantes atividades educacionais que vão além da formação de indígenas, mas também a educação de jovens meninos e meninas não indígenas dentro daquela cidade. Em São Luís, segundo Cavalcanti (2018, p.254), é fundado o “Educandário Santa Cruz, no bairro do Anil, e o orfanato de Santa Luzia em 1913, com o objetivo educacional e vocacional dos jovens daquela comunidade, onde também funcionou o noviciado para formação de jovens que queriam entrar na Congregação”.

Ele deu o nome de Pedra de Santa Cruz porque em frete tinha uma capelinha que os frades iam celebrar as missas, aí tinha uma colina de cimento e tinha uma cruzinha de metal, aí ele se inspirou o nome da casa era Santa Cruz, por isso se chama fraternidade de Santa Cruz, casa Santa Cruz. A casa das irmãs possui uma grande história, porque nossa fundadora Irmã Gertrude (primeira madre geral), todas as outras congregações tinha um fundador que respondia pela mesma, era responsável, surgiu um plano da Santa Sé dizendo que as Congregações femininas que dependessem das masculinas se tornassem autônomas, aí houve o primeira capítulo da congregação nessa casa. Aí foi eleita a primeira madre geral, chamada Madre Gertrude⁵⁸.

⁵⁸ Segunda parte da entrevista, realizada no dia 06 de junho de 2019.

A atuação das irmãs se consolidou em toda comunidade e a imprensa local em 1962 realizou algumas notícias sobre as atividades da Congregação. A mesma “[...] dedicou-se com desaveio, às crianças desprotegidas da sorte, pela orfandade. Desde sua fundação, já acolheram 326 órfãos e hoje acolhem um total de 94 crianças”. As irmãs tinham como meta fundar o maior número de Educandários possíveis com a intenção da expansão da Congregação no início do século XX.

Depois de estabelecer atividades em São Luís, segundo Nembro (1974, p.178), “as irmãs se deslocaram para Grajaú em 1922 e fundaram o Educandário Sagrada Família, chegando à localidade de Turiaçu, onde fixaram o Educandário Jesus Maria José, que acabou no ano de 1941”. A Missão foi sendo expandida, segundo Maria Goretti Cavalcanti (2018), as irmãs fundaram várias instituições entre elas:

“[...] a fundação do Educandário Santa Terezinha (1924), em 1932 foi fundado em Caxias, o Educandário São José, em 1948 deu origem em Presidente Dutra, o Educandário São Francisco, em 1949, foi o ano de duas grandes fundações. O Patronato de Nossa Senhora da Aparecida (Morros) e a Escola de Enfermagem de São Francisco de Assis (São Luís), em 1957 surge o Educandário de Santa Filomena, em Codó, em Balsas é fundado o Educandário de Nossa Senhora de Lourdes (1958) e principalmente em São Luís, o Instituto Divina Pastora, o Centro Assistencial Divina Pastora, a Escola de Enfermagem São Francisco de Assis e o Instituto de Enfermagem de Imperatriz, e a fundação de leprosários nas comunidades ao entorno”. (CAVALCANTI, p.255).

4.3- A formação dos seminários capuchinhos no pós- Alto Alegre.

Enquanto a congregação das irmãs fixava seus trabalhos no Maranhão, o Superior João Pedro de Sexto se movimentava para implantação de seminários com base na Igreja de Nossa Senhora do Carmo, principalmente a partir de 1901, e poderia receber tanto indígenas como não indígenas. Em 1898, se fixava a primeira ideia de criação de um seminário, proposto pelo Frei Reinaldo de Paulo (morto durante a *Rebelião em Alto Alegre*). Segundo Gianelli (1993, p. 86), “o primeiro frei ordenado após a *Rebelião de Alegre* foi João Manoel Furtado Duarte, que após sua entrada na ordem se tornou Frei Lourenço de Alcântara⁵⁹”. Sua introdução na

⁵⁹ Nascido José Furtado Duarte, seu nascimento foi no dia 04 de abril de 1873. Pertencia a uma rica família do Maranhão. Na juventude frequentou os colégios e as Universidades de Coimbra e Losana, fez doutorado em ciências naturais e engenharia. Foi vice-reitor do Colégio Dejer em Belém do Pará. Teve amplo círculo de amigos nos meios intelectuais de Paris. Em 1901 foi aceito no seminário de Canindé e no ano seguinte fez sua profissão religiosa, contrariando as expectativas da mãe, que discordava da escolha do filho e em sinal de desaprovção não quis estar presente na ordenação sacerdotal dele em

Ordem foi realizada por Pedro de Sexto em 1902 e se tornou um sacerdote em 1906. Após os acontecimentos de Alto Alegre e a vinda de novos missionários, o ingresso de freis na Missão se tornou mais comum:

Assim, a missão dos capuchinhos no Norte e Nordeste do Brasil ganhou dois objetivos: *Plantatio Ecclesiae* e *Plantatio Ordinis*. A primeira foi bem mais notória, sendo que além do trabalho dos frades nas capitais, a missão no interior era bem mais específica e intensa, concentrando-se nas desobrigas e santas Missões. Foi inevitável que o testemunho de amor pela missão começasse a dar frutos: a partir de 1901, logo após o massacre, ingressaram na vida religiosa frei Lourenço de Alcântara, frei José de Castanhal e frei Bernardo de Viçosa, sendo precedidos depois por uma interminável fila de santos e bons frades nativos. (ZAGONEL, 2001, p. 193).

Com a criação de seminários no norte e nordeste, a ação missionária consolidou-se definitivamente no Maranhão, onde os estudantes se especializavam na Itália. Com relação ao Superior da Missão pelas diversas viagens e o trabalho incansável, João Pedro de Sexto se adoentou gravemente. Segundo Goretti Cavalcanti (2018, p. 257), “veio a faleceu aos 45 anos, em Fortaleza no Ceará, no dia 05 de dezembro de 1913, após 19 anos de vida missionária”. Teve uma vida admirável e por muito tempo seguiu as tradições capuchinhas. Os missionários realizaram diversas atividades pastorais, garantindo seus espaços principalmente na área de saúde. De acordo com Nembro (1973, p.102), “três missionários contagiaram-se com hanseníase, onde aplicaram importantes trabalhos dentro dos leprosários no Maranhão que formam: Frei Marcelino de Cusano, Frei Daniel de Samarate e Frei Ignacio de Ispra”.

4.4- Os novos caminhos da Missão Capuchinha: o início do período das Prelazias no Maranhão;

Com o falecimento de João Pedro de Sexto, inicia-se o desenvolvimento das prelazias em Grajaú, que foram criadas no dia 10 de fevereiro de 1922 pelo Papa Pio XI, através da “Bula *Rationi Congruit* elevou o território do centro-sul do Maranhão a Prelazia, com sede na cidade de Grajaú, onde os frades haviam chegado em 1912” (GIANELLI, p. 138). Após a compra da Igreja de Nossa Senhora do Carmo pela Ordem Capuchinha em 1912, o processo Missionário Capuchinho se reinventou e as demandas pastorais aumentaram, gradativamente, com a criação de paróquias e seminários e de várias obras sociais.

1905. Em 1906 foi eleito Reitor do Instituto Indígena de Ordem (Pará) aberto naquele não, foi Superior e Vigário em Imperatriz na época em que era a Vila Velha de Santa Tereza. Participou ativamente na intermediação na paz entre os índios na mãe de Maria. Veio a falecer em Fortaleza- CE no dia 11 de setembro de 1942.

A população de Grajaú era de 103 mil habitantes durante a criação da Prelazia de Grajaú, com exceção da população rural, e como sua população era grande, ela tinha que ser dividida em seis grandes paróquias: “Santa Cruz – Barra do Corda; Nosso Senhor do Bonfim – Grajaú; São Pedro de Alcântara – Carolina; Nossa Senhora da Conceição – Porto Franco; São Francisco Xavier – Turiaçu; Santa Tereza D’Ávila – Imperatriz”. (CAPUCHINHOS..., p.111). O objetivo da Missão em criar as prelazias era “implantar a Igreja Católica no Sertão Maranhense, e com a implantação desses objetivos a fortalecer a Prelazia de Grajaú” (NEMBRO, pag.181). Com base nisso, os principais idealizadores são os Superiores da Missão na época: “Frei Estevão de Sexto São João, Frei Alfredo de Martinegro, Frei Roberto de Castellanza e o Dom Helvécio Gomes de Oliveira, Bispo do Maranhão, fundador da Prelazia de Grajaú” (CAVALCANTI,2018 p.259).

O desenvolvimento do prelado de Grajaú se deu principalmente pelo forte envolvimento de Dom Helvécio Gomes de Oliveira⁶⁰, que com seus enormes esforços concretizou a construção dos prelados onde seu território se estendia:

127 mil quilômetros quadrados com 120 mil almas, entre as quais perto de 10 mil selvagens, sendo 6 mil já domesticados. Abrangia todo o oeste do Maranhão, desde o Atlântico até o estado de Goiás, limitando com este e, mormente, com o Pará. Zona de matas e rios caudalosos, apropriada aos indígenas, embora tendo núcleos maiores de população civilizada, quais Turiaçu, Barra do Corda, Grajaú, Imperatriz, Porto Franco e Carolina (PEREIRA,2010, p. 165 apud PACHECO, 1968, p. 540).

Com a delimitação de terra para formação da Prelazia de Grajaú, a situação dos capuchinhos deveria ser legalizada perante a justiça civil brasileira. Para isso, na ocasião, tiveram que atuar como Associação Educadora Ítalo-Brasileira em 1912, que ainda insistia “na finalidade de trabalhar com catequese e civilização dos índios, muito embora esta associação não tenha tido nenhuma atuação em Alto Alegre, passou a ser detentora da posse do sítio e das benfeitorias ali existentes” (Coelho, 2002, p.123).

Os capuchinhos optaram por deixar as dependências da Missão no Ceará e se dedicarem exclusivamente ao Prelado do Maranhão. De acordo com Cavalcanti (2018, p. 259), “o interior do Maranhão poderia ser um lugar para novamente se concentrar os esforços dos missionários, tratando-se de um lugar abandonado e sem estruturas de Igrejas”. Para não se repetir o processo de evangelização como aconteceu em Alto Alegre, muitas comunidades indígenas passaram por um novo processo de catequização. Com novos planos, todas as atitudes tomadas pelos missionários eram pautadas em reflexão, pois havia uma diversidade dos povos

⁶⁰ Ver “*Dom Helvécio Gomes de Oliveira, um salaciano no episcopado: artífice da neocrisandade*” de Mabel Salgado Pereira. Universidade Federal do Piauí.2010.

(indígenas, fazendeiros e a população mais pobre). A Missão permanecia com o intuito de levar o ensino e atender às necessidades básicas desses grupos e a investida dos missionários trazia o argumento com os novos caminhos da Missão.

O sistema de prelaças se estendeu de 1922 a 1975, e depois de sua fundação se espalhou por todo o Maranhão, com sede na Igreja de Nossa Senhora do Carmo, em São Luís. Nessas condições, o sistema deu um salto sem precedente no processo de expansão catequista dos capuchinhos em território maranhense, reunindo centenas de seguidores e se tornou a Ordem religiosa mais eficiente no que se refere ao desenvolvimento de atividades religiosas e de caridade.

4.5- As políticas de terra Tenetehara no início do século XX: a criação da SPI.

Faz 109 anos da criação do Serviço de Proteção dos Índios (SPI) em 1910, primeiro órgão federal responsável pela delimitação de terras indígenas no Brasil. A fundação desse órgão do governo deu origem a FUNAI (Fundação Nacional de Atendimento ao Indígena); sua atuação foi de vital importância para o desenvolvimento das atividades de proteção não apenas em terras Tenetehara, mas em todas as comunidades indígenas. Entretanto, para analisarmos a atuação da SPI, devemos fazer um breve retrospecto das atividades realizadas contra os indígenas não apenas no Maranhão, mas em todo os Estados do Brasil.

Após a *Rebelião de Alto Alegre*, a situação dos indígenas Tenetehara não melhorou. Apesar dos acontecimentos daquele fatídico treze de março, aquela comunidade ainda não teve seus direitos à terra reconhecido de imediato. Segundo Gomes (2002, p.315), os territórios indígenas que antes abrangiam “quase todo o rio Pindaré, desde a desembocadura do igarapé Buriticupu até a desembocadura do rio Zutiwa” estava fatiada entre colonos e fazendeiros de algodão e café, sem nenhum tipo de demarcação que deixava os Tenetehara à beira da marginalidade.

Durante os acontecimentos em Alto Alegre, os jornais da época, - principalmente o periódico *O Norte* - criaram uma campanha difamatória contra os Tenetehara, pois apoiou desde o início o empreendimento dos missionários capuchinhos. Foi o primeiro periódico do Maranhão a fazer as notícias sobre a *Rebelião em Alto Alegre*, fazendo uma ponte comunicativa entre as autoridades de Barra do Corda com o governo estadual. Outros jornais como o *Diário do Maranhão* e a *Pacotilha*, distribuíram as notícias principalmente na capital. Entretanto, os jornais tinham posicionamentos completamente diferentes no que se refere à catequese dos

indígenas. Enquanto *O Norte* sempre apoiava os capuchinhos, o *Diário do Maranhão* e a *Pacotilha* se posicionaram contra esse processo evangelizador. Tânia Regina de Luca⁶¹, julga que é importante quando o assunto é a abordagem de um tema através de um periódico, levando em conta quando um historiador decide trabalhar com fontes impressas:

(...) é importante ficar atento para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos, (...) que nada tem de natural, das letras miúdas compridas de muitas colunas às manchetes coloridas. O conteúdo em si não pode se dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa. A imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra aquilo que se elegeu como digno de chegar ao público⁶².

Ainda aborda que é necessário se “identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, (...) inquirir sobre as suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses”. A visão da autora é importante para relacionarmos os posicionamentos do periódico *O Norte*, que tinha uma tendência republicana positivista e atitudes a favor dos capuchinhos e de uma revanche contra os indígenas, fazendo com que esses periódicos tivessem visões completamente diferentes sobre esses fatos, principalmente pelas atitudes tomadas em Alto Alegre contra os indígenas.

Desde a constituição de 1824, não houve atitudes eficientes para tratar das questões dos Tenetehara, visto que esqueceram completamente sua existência. Por consequência, não houve uma política imperial eficaz para lidar com a situação dos indígenas, onde sua atuação se restringiu:

A primeira Constituição, de 1824, ignorou completamente a existência das sociedades indígenas, prevalecendo uma concepção da sociedade brasileira como sendo homogênea. Consequentemente, não reconheceu a diversidade étnica e cultural do país e estabeleceu como sendo de competência das Assembleias das Províncias a tarefa de promover a catequese e de agrupar os índios em estabelecimentos coloniais, o que acarretou impactos significativos sobre as terras ocupadas⁶³.

De acordo com Coelho (2002), após vários acontecimentos entre a colonização e a catequização, os Tenetehara vão construindo a representatividade de seus territórios e durante essa dinamização a expansão territorial da sociedade brasileira vai se configurando:

Nós vem vindo empurrado de muitos anos, desde o começo do descobrimento do Brasil nós vem vindo empurrado pelo branco... A confusão do Alto Alegre e do São Pedro dos Cacetes há muitos anos que nós vem pelejando para conseguir essa gleba de terra. Desde o tempo do SPI nós vinha pelejando prá

⁶¹ LUCA, Tânia Regina de. História dos nos e por meio dos periódicos. In: PINNSKY, Carla Bassanezi (Org). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008. p.111- 135.

⁶² Id. Ibid, p. 132.

⁶³ Informações disponíveis no site: <http://www.funai.gov.br/politicasingenistas>. Acesso no dia 09/06/2019

adquirir essa gleba de terra. Mas o pessoal do SPI eles não tinha força. Então tinha Alto Alegre aí, que já tava desocupado né? Tinha pouco morador no Alto Alegre, no São Pedro dos Cacetes, né? Fizeram uma cidade, um povoado, mas que nós pejava pra tomar porque era nosso. Era nossa desde muito tempo, desde quando os índios chegaram pra essa região aqui tinha civilizado nenhum morando em Alto Alegre. Alto Alegre era uma aldeia de índio, aldeia lá do Caboré porque ele era o chefe. Desde muito longe que nós vem vindo empurrado, desde Rio de Janeiro por aí tudo nós vem vindo empurrado, nossos avós, bisavós e nós vem vindo se acabando por aí né?

Esse trecho de uma entrevista realizada por Coelho, na aldeia de Colalinho, em Barra do Corda, reflete a luta pelas terras indígenas por parte dos Tenetehara, trazendo uma memória de resistência e luta por parte daquela comunidade.

Até o início do século XX, a situação dos indígenas era peregrinante, no meio de condições de tensões e conflitos por terra, principalmente por meios de expropriação proposto pelo governo federal, com o objetivo de beneficiar os mais ricos e marginalizar os mais pobres. No caso dos Tenetehara não foi diferente; essas condições foram propostas por causa das heranças do governo colonial e sua política de exploração. É importante ressaltar as consequências danosas do sistema colonial que, além de arrasar suas populações e seus costumes dos indígenas originais, também garantiu a instituição dos grandes proprietários de terra e garantiram o poder nas mãos de poucos. Fazemos alusão à grande concentração de terras nas mãos das forças agrárias que desempenharam seu colérico poder de dominação e exploração dos trabalhadores do campo através de múltiplas formas de expropriação.

Essa política de terra se propagou desde o ano de 1850 quando o governo imperial iniciou o sistema de doação de sesmarias, na qual o governo dava plenos poderes exploratórios de determinadas áreas de terra com o objetivo de produção de açúcar e café. Nesse sistema se propagou um meio de compra da terra, em muitos casos terras originalmente pertencentes aos indígenas. Foi nesse momento que iniciaram-se as práticas de grilagem de terra, que se configura como a falsificação de documentos para garantir a posse da terra.

Esses métodos praticados pelos proprietários de terra com o aval do governo imperial deflagraram no século XIX uma dominação econômica e social que se entende até os dias de hoje, trazendo graves consequências como a violência no campo, a destruição de terras indígenas e a exploração dessas camadas mais pobres e também negros, tudo em nome do dito “progresso”.

O processo de desapropriação de suas terras foi o lema das políticas de terra Tenetehara não apenas no Maranhão, mas também em todo território brasileiro. Essa configuração trouxe graves consequências gerando:

Dos primeiros anos da colonização até a Lei de Terras (séculos XV-XIX) ocorre uma destruição radical das populações originárias, bem como a dispersão e diversas formas de migrações compulsórias, produto da expulsão de seus territórios. A Lei de Terras exerceu a função de institucionalizar formas de expropriações. Os povos que resistiram e adentraram os sertões e outras regiões de difícil acesso no país, durante o século XX, continuam ameaçados com os avanços de formas de exploração capitalista no campo. Os processos constantes de expulsão de indígenas leva-os a compor uma massa de trabalhadores espoliados e em condições de extrema precariedade, seja nas pequenas ou nas grandes cidades⁶⁴.

A predisposição que a classe dominante tinha em expulsar os indígenas de suas terras era grande, entretanto, quilombolas e ribeirinhos, também sofreram nesse processo de expansão agrícola e progressista no Brasil. Mesmo com a política positivista do Governo Republicano e as diversas tentativas de catequização das comunidades indígenas por missionários advindos de várias regiões da Europa, não houve a realização de um processo catequista; por consequência uma série de acontecimentos prejudicaram os indígenas no início do século XX, como por exemplo, doenças tropicais e seu extermínio por matadores profissionais que queriam a ocupação de suas terras.

O sistema que perdurou até o ano de 1910 ficou conhecido como sistema de Diretórios Parciais, que foi uma tentativa do melhoramento do sistema jesuítico e alocação dos Tenetehara. O objetivo desse Diretório consistia em uma promoção de aldeamentos indígenas como uma forma de melhor gerenciá-los. Entretanto, esse sistema fracassou, pois, essa junção de diversos indígenas proporcionou uma proliferação de doenças como, por exemplo, a malária, a coqueluche e a varíola. Outro efeito foi a liberação de grandes áreas extrativistas pelos grandes fazendeiros com o objetivo de exploração dos Tenetehara na busca por ouro. Gomes (2002), faz uma observação sobre a criação desses Diretórios, analisando que “O sistema foi um verdadeiro malogro, pois não conseguiu cumprir os objetivos para os quais fora criado e de certa forma propiciou uma nova forma de exploração dos que deveriam ser seus protegidos”.

A criação da SPI configurou uma mudança nas políticas indígenas. Segundo Freire (2009, p. 25 apud Oliveira, p.84), os objetivos da criação da SPI se configurou:

(...) criado, em 20 de junho de 1910, pelo Decreto nº 8.072, tendo por objetivo prestar assistência a todos os índios do território nacional (Oliveira, 1947; Gagliardi, 1989). O projeto do SPI instituía a assistência leiga, procurando afastar a Igreja Católica da catequese indígena, seguindo a diretriz republicana de separação Igreja-Estado. A ideia de transitoriedade do índio (Oliveira, 1985) orientava esse projeto: a política indigenista tinha por finalidade transformar o índio num trabalhador nacional. Para isso, seriam adotados

⁶⁴ Ver CARDOSO, Elizabeth. **Povos indígenas e o direito a terra na realidade brasileira**. Indígena Pankararu. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). 2018

métodos e técnicas educacionais controlando esse processo, baseado em mecanismos de homogeneização e nacionalização dos povos indígenas. Os regulamentos e regimentos do SPI estiveram voltados para o controle dos processos econômicos envolvendo os índios, estabelecendo uma tipologia indígena para disciplinar as atividades a serem desenvolvidas nas áreas. Era uma classificação que definia o modo de proceder e as intervenções a serem adotadas, disciplinando a expansão da cidadania.

A ideia da criação da SPI se caracteriza com o afastamento do modelo catequista proposto pela Igreja-Estado, onde segundo Oliveira (1985), “a política indigenista adotada ia civilizá-lo, transformar o índio em um trabalhador rural”. O primeiro presidente da SPI foi Cândido Rondon, que propôs a criação de uma agência brasileira focada em atuação com os indígenas. Onde suas diretrizes se configuravam:

a) estabelecer de uma convivência pacífica com os índios; b) garantir a sobrevivência física dos povos indígenas; c) estimular os índios a adotarem gradualmente hábitos "civilizados"; d) influir "amistosamente" na vida indígena; e) fixar o índio à terra; f) contribuir para o povoamento do interior do Brasil; g) possibilitar o acesso e a produção de bens econômicos nas terras dos índios; h) empregar a força de trabalho indígena no aumento da produtividade agrícola; i) fortalecer as iniciativas cívicas e o sentimento indígena de pertencer à nação brasileira (LIMA, p.87, apud FUNAI, p.02).

Formalizando sua inauguração simbólica no dia 07 de setembro, o indígena foi sendo alvo de uma grande renovação na busca por uma identidade republicana, nacionalista, e era discutido em vários setores intelectuais, “especialmente na Igreja do Apostolado Positivista Brasileiro”. (GOMES,2002, p.268).

A SPI se configurou em todos os Estados da Federação, com equipes espalhadas e a montagem de inúmeros postos indígenas. Ao longo do século XX, a migração italiana e alemã se intensificou no Brasil, causando um enorme clima de tensão entre indígenas e colonos, que disputavam as terras indígenas e sempre tendo prioridades os colonos. Segundo Gomes (2002, p.268), a ineficiência do governo brasileiro foi o grande causador dessas enormes tensões entre essas comunidades, destacando:

(...) um cientista social, que havia passado um tempo entre os imigrantes alemães do sul do Brasil, acusou o governo brasileiro de fazer vista grossa diante do massacre que “brugreiros”, a mando desses imigrantes, estavam perpetrando contra os indígenas Coroados (Kaingang).

O escândalo do massacre dos indígenas Kaingang e várias outras comunidades, também se levantaram para que o governo tomasse providências com relação à distribuição de terras, como por exemplo, lavradores sem-terra, negros e mestiços que perambulavam pela

cidade. Segundo Gomes (2002, p.269), “em oposição a imigrantes estrangeiros que já recebiam atenção oficial, o governo achou por bem juntar os dois problemas, assim criou o Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI/LTN)⁶⁵”.

Em relação aos Tenetehara, em 1911 foi confirmado o Decreto nº 9214, que trouxe mais amplitude na política indigenista, onde os indígenas passavam por um processo de minoridade judicial, equiparando-os a menores de 21 anos. “E sendo menores são protegidos pelo Estado em seus direitos civis coletivos, ou étnicos, inclusive quanto à invasão de suas terras por brasileiros” (COELHO,2002 p.221). Nessas condições de acordo com essas leis os Tenetehara:

(...) também significa que não podem ser punidos diretamente por autoridade civil ou militares por delitos civis ou crimes contra o Estado, nem mesmo por roubo ou assassinato. É claro que essas prerrogativas não são seguidas estritamente apesar de poderem ser evocados a qualquer momento. (GOMES,2002 p.285).

Essas sanções contra os Tenetehara não se restringiram apenas aos seus direitos civis, mas também seus direitos políticos. Os Tenetehara não poderiam votar em eleições, nem se candidatar a cargos públicos que poderiam dar alguma visibilidade para essas questões dos indígenas no Brasil. Isso demonstra que esse status de menoridade dos índios trouxe vantagens e desvantagens, pois desvalorizou as lutas dos indígenas pela terra que lhe é de direito.

A atuação da SPI mostrou-se contraditória, pois por muitas vezes privilegiava as classes dominantes e esquecia dos indígenas. O processo de conquista de terra pelos Tenetehara foi lento, e com a extinção da SPI e a fundação da FUNAI o processo de luta não cessou e teve por consequência, mortes e grilagem da terra perceptíveis em todos os setores da sociedade, inclusive, sem nenhum tipo de ação nem por parte das autoridades nem da sociedade civil.

4.5.1- Os primeiros anos da SPI no Maranhão.

A atuação da SPI no Maranhão se caracterizou principalmente nas questões de disputas e demarcações de terra no Estado. O SPI foi instalado como terceira inspetoria Regional em São Luís em 15 de março de 1911. Segundo Gomes (2002, p.288), “ no salão nobre do Palácio dos Leões, sob o beneplácito do governador Benedito Leite, pelo então tenente

⁶⁵ Havia outros fatores que influenciaram naquela conjuntura política, entre eles a presença e visibilidade de índios nas grandes cidades, a tradição do Império de ter uma política indigenista, uma celeuma contra as imigrações e uma certa efervescência de um espírito nacionalista onde o índio era lembrado como parte da nação. (GOMES,2002 pag.284).

Pedro Ribeiro Dantas, auxiliar direto do general Rondon. Estava presente o ex-promotor, redator do jornal *O Norte*, Frederico Figueira que elogiou a atuação da SPI”.

O primeiro inspetor oficial da SPI no Maranhão, Pedro Dantas determinou o estabelecimento de dois centros agrícolas, um no município de Alcântara e outra no Rio Pindaré, visando a pacificação dos Urubu-Ka'apor, que durante os primeiros anos da SPI aterrorizavam todo o oeste maranhense, especialmente os moradores locais e os Tenetehara. Segundo Gomes (2002, p. 288) as consequências foram:

(...) os Tembê iriam ser deixados de lado e sofreriam uma terrível queda demográfica entre 1920 e 1949, passando de 1.200 para uns 70 e poucos indivíduos, sem que os postos que serviam aos Urubu- Ka'apor e a eles próprios os assistem devidamente.

Pedro Dantas analisou a quantidade de comunidades indígenas no entorno de sua jurisdição durante suas viagens pelo Rio Pindaré, Grajaú e Mearim e constatou que:

(...)esse levantamento dá um total de 78 aldeias indígenas existentes no Maranhão com uma população total de 4.661 (sendo 1.378 homens, 1.328 mulheres, 1.104 meninos e 851 meninas), sem incluir os arredios. Tibira que perambulavam pelo Grajaú e Pindaré, os Guajá, cujo nomadismo já era de dois mil incluído as aldeias do Buriticupu. Em relação aos dados de 1900, quando havia cerca de três mil Tenetehara em toda a região, a queda populacional é da ordem de 33%. (GOMES, p.287).

A atuação do SPI nos primeiros anos no Maranhão, se configurou um avanço nessas questões, entretanto, as questões de conflito entre brasileiros e indígenas persistia, principalmente na Colônia Gonçalves Dias, que durante a década de 1920 e 1930, serviu como base da SPI no Maranhão.

Uma das principais questões envolvendo a SPI, se referiu à demarcação de terras indígenas. Dentre as maiores porções de terra estava a terra indígena Cana Brava/ Guajajara, “onde corresponde a uma área que se identifica com características de terras indígenas, tal como definido pelo Estatuto do Índio” (Coelho, p.123). Essas terras podem ser caracterizadas como terras ocupadas pelos Tenetehara. Nessas condições isso se configurava que:

(...) podem ser incluídas na classificação “das áreas reservadas”, uma vez que houve uma decisão governamental de destinar esta área para os Guajaras, e podem ser definidas como “das terras de domínio indígena” porque no ato de ser reservada para os Guajaras isto ocorreu mediante doação legal, que gerou um domínio. (COELHO, p.123).

A doação dessas terras para os Tenetehara ocorreu como uma forma do Governo Estadual negociar um convívio pacato com a sociedade maranhense. Em 1923, atendendo às reivindicações do inspetor da SPI, Marcelino Miranda, o então governador Godofredo Viana, doou, pela “lei Estadual número 1.076, de 25 de abril, terras aos Tenetehara” (COELHO,

p.124). Segundo a autora a lei 1.079, que também concedia terras aos Canela, assim definiu as terras aos Tenetehara:

Ficam também concedidas aos índios Guajajara, no município de Barra do Corda, uma área de terra com quatro léguas de frente, a partir do lugar Maré Chico, por uma e outra margem do rio Mearim, em direção sudoeste, e seis léguas de fundo a esquerda do dito rio e para o lado direito até o rio Corda, compreendendo as atuais aldeias Maré Chico, São Pedro, Colônia e Cachoeira.

Essa doação não diminuiu o clima de tensão entre brancos e Teneteharas, pois logo no início da demarcação surgiram problemas com pessoas que afirmavam possuir títulos de terra⁶⁶. Esses “proprietários tentaram vender as terras para SPI, entretanto foram ignorados pela mesma, pois a justificava era a de que as demarcações consistiam em terras protegidas pelos indígenas. Contudo, os funcionários maranhenses contratados pela SPI no Maranhão não executavam as demarcações como presvisto na lei. Segundo Gomes (2002, p.280), “havia indicações que por pressões de fazendeiros essas terras não foram demarcadas de forma correta, onde ocorreram grandes alterações nos limites das demarcações”. Isso levantou a suspeita de uma articulação entre funcionários da SPI e brancos que viviam na região e comprometiam a atuação do órgão. Trabalhadores rurais também entraram na disputa pela terra.

⁶⁶ Segundo Elizabeth Coelho (2002, p.124) “existia um fazendeiro de nome Pedro Lopes, alegava possuir títulos de terras dentro das demarcações de terras dos Tenetehara e solicitava o pagamento de de 2000\$000 por essas terras.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Através do uso das documentações do Arquivo Provincial dos capuchinhos, uma revisão bibliográfica e um referencial teórico, esse estudo apresentou informações importantes sobre a *Rebelião de Alto Alegre* e suas consequências para a Missão Capuchinha e a formação das políticas em terras Tenetehara no Maranhão, que chama a atenção como esse levante desencadeou uma série de eventos que compuseram o caráter sociocultural dos missionários capuchinhos e dos indígenas Tenetehara.

Por meio desse trabalho de pesquisa, chegamos a algumas conclusões interessantes, principalmente o fator cultural e político na história dos Tenetehara e a missão catequizadora dos missionários capuchinhos. Identificamos que a *Rebelião de Alto Alegre* foi desencadeada pelas diversas intervenções na cultura indígena tanto por parte da Igreja quanto por parte do Estado, em busca de civilizar os “incivilizados”.

O mapeamento revelou que essas comunidades foram estigmatizadas, não apenas no processo civilizatório de Alto Alegre, mas também por todos os períodos da História do Brasil. Os missionários italianos, com ainda os mesmos ensinamentos do século XVII, por muitas vezes catequizaram à força as comunidades indígenas em geral, no caso desse estudo, principalmente os Tenetehara. Os Arquivos do Convento do Carmo, as dissertações, as teses, os artigos e as monografias, nos deram uma visão mais ampla sobre as características que definiram os Tenetehara ao longo da história, assim como a sua luta como povo e por sua terra se expande até hoje.

Durante a realização do trabalho, ficou claro que já existia uma bibliografia bem ampla sobre os acontecimentos em Alto Alegre. Entretanto, esse trabalho se mostrou bem diferente dos outros em vários pontos como, por exemplo, na utilização dos arquivos do Convento do Carmo, pois os documentos são de grande importância para a história da Rebelião. A utilização de fontes orais dentro da própria Ordem como, por exemplo, o Frei Luís e a Irmã Verônica, a realização de um estudo sobre o pós- Alto Alegre e seus impactos tanto para os Missionários quanto para os Tenetehara, além do fato de que a Rebelião estigmatizou ambos os grupos.

Sendo assim, uma marca importante da *Rebelião de Alto Alegre* é o enorme preconceito que a comunidade Tenetehara ainda sofre em localidades como Barra do Corda, pois ainda atribuem a culpa exclusivamente aos indígenas, sem levar em consideração as centenas de indígenas que foram mortos durante o processo catequista/evangelizador em Alto Alegre, celebrando os mártires capuchinhos, entretanto renegando os mártires indígenas.

Outro ponto interessante levantado por este trabalho é a criação da SPI e como esse órgão federal ajudou nas demarcações de terras Tenetehara no Maranhão. Sua atuação foi tida, muitas vezes, como ineficaz, principalmente pelas questões de posse de terras indígenas. Foi o primeiro órgão a efetivar demarcações dessas terras, e isso indica uma leve melhora no que se refere às demandas indígenas, visto que esse órgão futuramente daria origem à FUNAI.

Concluimos que a *Rebelião de Alto Alegre* foi o estopim para diversos acontecimentos, tanto para a Missão Capuchinha quanto para os Tenetehara, e ainda demonstramos a importância do acervo do Convento do Carmo para o entendimento de diversos fatos para a sociedade maranhense nos séculos XIX e XX, não apenas para compreendermos as características da rebelião em si, mas também o quanto ela influenciou as vidas de centenas de descendentes, como deixou uma marca que ainda não cicatrizou nem nos missionários nem nos indígenas. Entretanto, para compreendermos que o respeito ao considerado diferente deve ser praticado sempre.

Este trabalho preencheu algumas lacunas essenciais para o entendimento do fato na historiografia, principalmente como a Missão Capuchinha e os Tenetehara tiveram sua parcela de culpa nos eventos em Alto Alegre, no intuito de amenizar alguns equívocos do senso comum, onde apenas um teve culpa. Entretanto, toda a sociedade teve sua parcela de culpa. Esse trabalho busca amenizar os preconceitos e os estereótipos que apenas um grupo é culpado. Por isso, deve viver na marginalidade. Esse preconceito é consequência da falta de informação e ao ver o contexto geral dos fatos, a sociedade de Barra do Corda ainda perdura com esse comportamento, tratando o assunto como um tabu e não algo para ser discutido e ensinado às futuras gerações barracordenses, que ainda vão nascer com a mesma visão de seus antecessores.

Esta pesquisa foi mais um capítulo na saga de Alto Alegre. Esperamos que futuras estudos complementem as informações trazidas por esta produção, para que tenhamos um dia uma visão mais igualitária da Rebelião de Alto Alegre.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Documentos

a) Manuscritos

Arquivo Provincial dos capuchinhos lombardos- Convento de Nossa Senhora do Carmo.

Autorização do Governo do Estado do Maranhão na quantia de 6 contos de réi, consignado no orçamento vigente, como subsidio para a civilização dos indigenas. Doc. AVPCMP. B/II/17/2c. Convento do Carmo. São Luís – MA.

Carta de Frei Celso de Uboldo. Documento Constituinte da história do Massacre de Alto Alegre. Publicada. In: Voz de São Francisco. Fortaleza – CE. Convento do Sagrao Coração de Jesus dos Padres Capuchinho, 13 (14):34-5, março de 1951.

Carta de João Pedro de Sexto ao Ministro Geral da Ordem Capuchinha. De São Luís- MA. Datada de 25 de outubro de 1901.

Convenção entre a Missão e as religiosas Italianas de Madre Rubatto. Livro de Tombo da Missão. A/I/ 2fil. 31-35.

Documentos de Tombo da Missão Capuchinha no Maranhão – Arquivo Provincial dos capuchinhos lombardos- Convento do Carmo- Sessão de Documentos Restaurados. São Luís- 1894. Estante A/ Fila I/ Documento I.

Documentos do Massacre de Alto Alegre (mapas e avulsos) – Arquivo Provincial dos capuchinhos lombardos- Convento do Carmo- Sessão de Documentos restaurados. São Luís- 1901. Estante B/ Fila II/ Documento 14

Documentos de depois do Massacre de Alto Alegre – Arquivo Provincial dos capuchinhos lombardos – Convento do Carmo – Sessão de Documentos Restaurados. São Luís- 1903- 1926. Estante B/ Fila II/ Documento 15.

Documentos depois do Massacre (manchetes de jornais sobre a luta de indígenas e colonos) - Arquivo provincial dos capuchinhos lombardos- Convento do Carmo- Sessão de Documentos Restaurados. São Luís. 1978- 1980. Estante B/ Fila II/ Documento 17.

Livro de Tombo da Missão, Cf. Arquivo Provincial A/I/ 1 ffl. 55-58. Convento do Carmo. São Luís – MA.

Nomeação de Fr. Carlos de S. Martino – Superior Regular da Missão. Doc AVPMP, A/I/25/1e. Convento do Carmo – São Luís-MA.

Nomeação do Fr. João Pedro de Sexto São João, na função de Superior Regular da Missão do Maranhão e seus decretos. Doc. AVPMP, A/I/25/2F.

Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM)

SECRETARIA DE POLICIA/ POLICIA CIVIL. Chefe de Polícia da Província. **Requerimento sobre o Massacre de Alto Alegre.** Setor de Avulsos. Secretaria de Governo. Série: Requerimento. 1901.

SECRETARIA DE POLICIA/ POLICIA CIVIL **Correspondência do Juiz Leopoldo da Cunha Nava (Juiz Interino da Comarca de Barra do Corda) ao Governo do Estado do**

Maranhão. Relatório e Correspondência: Setor de Avulso. Secretaria de Governo. Serie: Requerimento. 24 de março de 1901.

SECRETARIA DE POLICIA/ POLICIA CIVIL **Correspondência de Luís Nunes de Resende (delegado de polícia da Barra do Corda) ao Governador do Maranhão.** Relatório e Correspondência: Setor de Avulso. Secretária de Governo. Série: Requerimento. 26 de março de 1901.

Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL) / Arquivo Provincial dos capuchinhos.

b) Impressos

Jornais

A Pacotilha, São Luís

Diário do Maranhão, São Luís

O Norte, Barra do Corda

REFERÊNCIAS

ABBEVILLE, Claude d'. **História da missão dos padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças.** São Paulo: Siciliano, 2002.

ABREU, João Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil.** São Paulo: Itatiaia: EDUSP, 1988.

BARROS, José D' Assunção. **A História Cultural e a contribuição de Roger Chartier.** Dialogos, DH/PPH/UEM, v.9, n.1, p.125-141, 2005.

BARROS, José D' Assunção. **O campo da história: especialidade e abordagem.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BELTAMI, Frei Rogério. **Acordando Palavras Dormidas.** São Luís: SIOGE, 1994.

BENEDITINOS, Terezinha Maria. **O Héroi das olimpíadas missionárias: Frei João Pedro de Sexto São João.** São Luís: Vice-Província Capuchinha do Maranhão e do Pará, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2013.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p.160.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales.** (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: UNESP, 1997, p.153.

BURKE, Peter. **História como memória social.** In: BURKE, Peter. **Variedades de história cultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BURKE, Peter. Unidade e variedade na História Cultural. In: BURKE, Peter. **Variedades de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão**. 2ª ed. São Luís, EDUFMA, 2008 (Coleção Humanidades).

CARVALHO, Janete. **As propostas pedagógicas das escolas paroquiais nos anos de 1970 e 1980**. Dissertação (Mestrado em História). São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2018.

CARVALHO, Maria Goreti Cavalcanti de. **As propostas pedagógicas da congregação Missionária Capuchinha**. Dissertação (Mestrado em educação). São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2003.

CARVALHO, Maria Goreti Cavalcanti de. **A Missão do Maranhão (1894-1922): Acontecimentos, particularidades e arrendamentos nos arquivos capuchinhos** – Tese de Doutorado. Universidade de São Leopoldo, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia / Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2017.

CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COELHO NETO, Eloy. **História do Sul do Maranhão, terra, vida, homens e acontecimentos**. Belo Horizonte, Ed. São Vicente, 1979.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre Práticas e Representações. Lisboa, Bertrand Brasil, 1993.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia: a História entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Editora da USP, 1988.

CAPELATO, Maria Helena. **Os arautos do Liberalismo: Imprensa Paulista (1920-1945)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARDOSO, Elizabeth. **Povos indígenas e o direito a terra na realidade brasileira**. Indígena Pankararu. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). 2018.

COELHO, Elizabeth Bezerra. **Territórios em confronto: a dinâmica entre a disputa de terra entre índios e brancos no Maranhão** – Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo/ Programa de Pós-Graduação em História e Filosofia. São Paulo, 2002.

CRUZ, Olímpio Martins. **Cauré Imana: o cacique rebelde**. Brasília: Thesaurus, 1982.

DAHER, Andrea. **O Brasil francês. As singularidades da França Equinocial (1612-1615)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Revisão e apresentação: Renato Janine Ribeiro. v.1. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

EVERTON, Carlos Eduardo Penha. **Hoje e amanhã celebri a história para encarnar-vos no povo: os embates de memória sobre conflito do Alto Alegre**. Dissertação (Mestrado) – História, Ensino e Narrativas, Universidade Estadual do Maranhão. São Luís. 2016.

FARGE, Ariete. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FARIA, Francisco Leite de. **Os primeiros missionários do Maranhão**: Acheugas para a história dos capuchinhos franceses que aí estiveram de 1612 a 1615. Portugal: Centro de Estudos Ultramarinos, 1961. P.216.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Apresentação. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & Abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001.

GIANELLINI, Fr. Gentil. (org.). **Saíram para semear... e já faz cem anos que a semente caiu em terra boa**. Primeiro Centenário 1893-1993 da presença dos capuchinhos lombardos no norte e nordeste do Brasil. Gorle (BG): Ed. Velar spa., 1993.

GOFF, Jacques Le. **História e memória**. Campinas, SP: UNICAMP, 2012 (Quarta parte – a ordem da memória).

GOMES LIMA. Antônio Carlos. **O Massacre de Alto Alegre. Jornal**. São Luís. O Estado do Maranhão. 2001.

GOMES, Mércio Pereira. **The ethnic survival of the tenetehara indians of Maranhão, Brasil**. 1977. Tese (Doutorado em antropologia)- Universidade da Flórida, Departamento de Antropologia, Florida, 1977. Mimeografada.

GOMES, Mércio Pereira. **O Índio na História**: o povo Tenetehara em busca de liberdade. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

GUEDELHA, Mirammy Santana. **O massacre de Alto Alegre: Benção e dor, fé e sangue no sertão maranhense**. Trabalho Monográfico. Universidade Estadual do Maranhão. Departamento de História e Geografia. São Luís, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HARTOG, François. **Sur la notion de regime d'historicité**. In: DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick (Dir.) *Historicités*. Paris: Éd. la Découverte, 2009. Pag.133-150.

LACROIX, Maria de Lourdes Launde. **São Luís do Maranhão – CORPO E ALMA**. São Luís, 2012.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade**: considerações sobre a constituição do discurso e da prática da "proteção fraternal" no Brasil.

In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil**. Rio de Janeiro : Marco Zero : Ed. UFRJ, 1987. p. 149-204.

LUCA, Tânia Regina de. História dos nos e por meio dos periódicos. In: PINNSKY, Carla Bassanezi (Org). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008. Pag.111- 135.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**.3. ed. São Luís. Edição AML,2008.

MEIRELLES, Mário M. **História do Maranhão**. 2. Ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1980.

MEIRELLES, Mário M. **História da Arquidiocese de São Luís do Maranhão**. São Luís, 1977.

MELO, Vanice Siqueira de. **Cruentas guerras: índios e portugueses no sertão do Maranhão e Piauí** (primeira metade do século XVIII). Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humana, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazonia, Belém. 2011.

MERLATTI, Graziella. **Amor e martírio em Alto Alegre-1901-2001**. Maranhão: Editora Ética, 2001.

MONZA, Bartolomeu de [1908]. **O Massacre de Alto Alegre**. Brasília: Senado Federal, 2016.

NEMBRO, Metódio de. **II Cappucinni nel Brasile**. Missione e Custódia do Maranhão (1892-1956). Milano: Centro Studdi Capuchinni Lombardo. 1956.

NEMBRO, Metódio de. **Notas sobre os índios na prelazia do Grajaú**. Fortaleza; Fortaleza: Voz de São Francisco,1955.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto Histórico. São Paulo: PUC, 1981.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio** – Tradução: Dora Rocha Flaksman. **Estudos Históricos**. Vol. 2. Nº 3, p. 3 a 15. Rio de Janeiro, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, p.200-212, 1992.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. A integração das populações indígenas no Brasil moderno. 5. Ed. Petrópolis: Vozes,1986.

SANTOS, Pedro Braga dos; FARIA, Regina Helena Martins de. **O Massacre de Alto Alegre**. IPES, São Luís, 1991.

SARMENTO, Ismatônio de Castro Souza. **A produção social da violência Tenetehara no contexto urbano de Barra do Corda- MA.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Piauí. Piauí. 2016.

SODRÉ, Nelson. W. (1966/1999). **História da imprensa no Brasil.** 4a edição com capítulo inédito. Rio de Janeiro: Mauad [edição original de 1966].

THOMPSON, Paul. **A voz do passado.** São Paulo: Paz e Terra, 1992.

XIMENDES, Carlos Alberto. **Sob a mira da Câmara- Viver e trabalhar na cidade de São Luís (1644-1692):** São Luís: Café & Lápis, Editora UEMA, 2003.

ZANNONI, Cláudio. **Massacre de Alto Alegre na Imprensa Maranhense.** Trabalho monográfico, São Luís, 1994.

ZANNONI, Cláudio. **Conflito e coesão: o dinamismo Tenetehara.** Brasília, DF: Cimi, 1999.

Zagonel. Frei Carlos Albino. **Capuchinhos no Brasil.** Porto Alegre: Edições Est, 2001.

FONTES ÁUDIO VISUAIS:

O Massacre de Alto Alegre. JUSTIÇA OU CARNIFICINA, Direção: Edleide Bíblio e Livia Andrade/ TV de Barra do Corda. 2015.

Fontes Orais:

BELTRAMI. Rogério. São Luís. Entrevista realizada em 11 de maio de 2019

FRAZÃO. Verônica Maria. São Luís. Entrevista realizada em 06 de junho de 2019.

GILGEN. Luís. São Luís. Entrevista realizada em 11 de maio de 2019.

APÊNDICE

APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM O FREI LUÍS GILGEN.

1. Quando iniciou a Missão Capuchinha no Maranhão?
2. Qual era o propósito da Missão Capuchinha?
3. Como foi o primeiro contato com os Tenetehara?
4. Quais foram as causas e consequências da Rebelião de Alto Alegre?
5. Como a Rebelião influenciou na Missão Capuchinha?
6. Qual foi a influência da Rebelião para os indígenas Tenetehra?

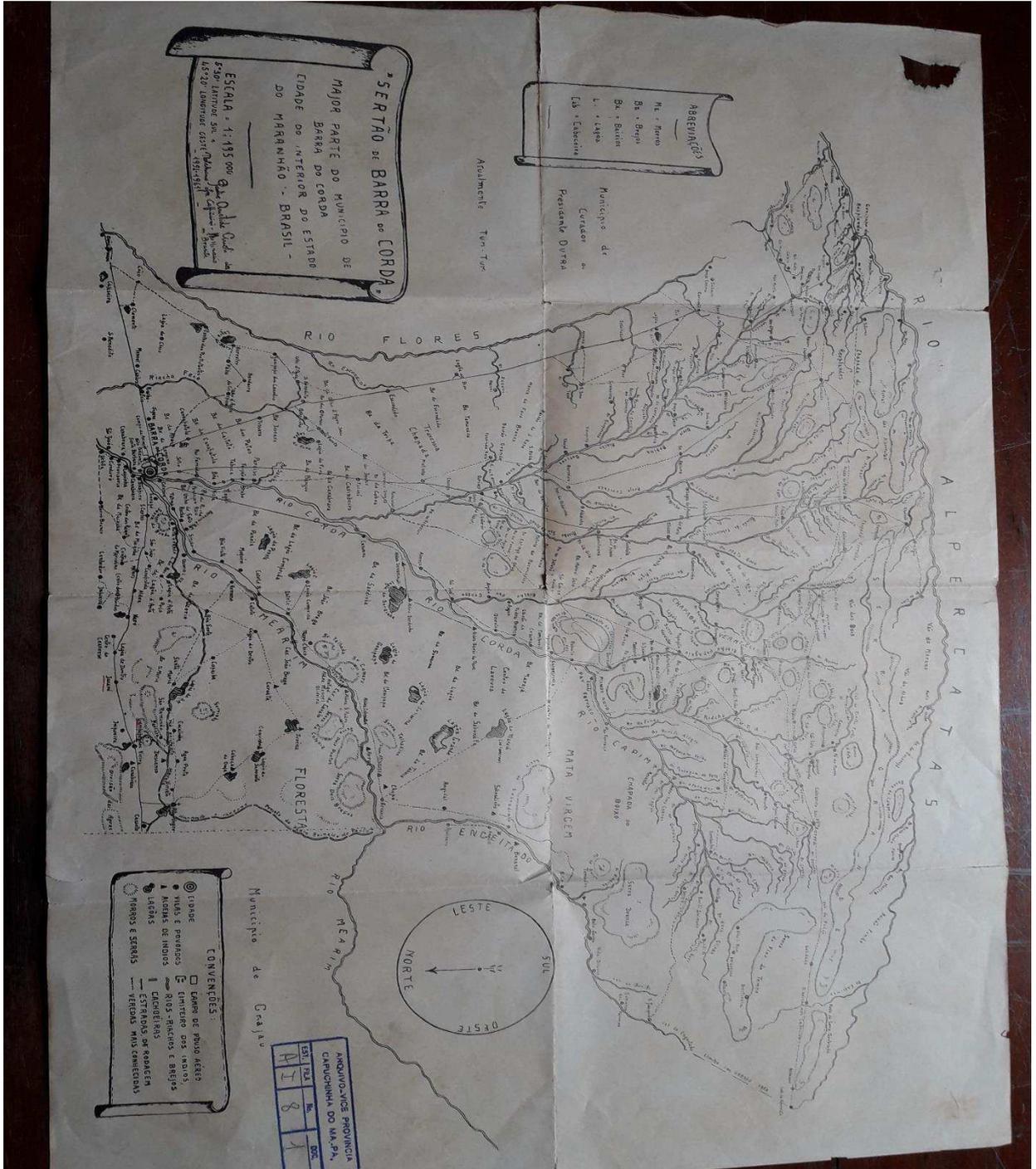
APÊNDICE B- ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM AS IRMÃS VERÔNICA DE JESUS E MARIA JOSÉ DE SOUZA.

1. Como iniciou da congregação das irmãs capuchinhas?
2. Qual o papel de João Pedro de Sexto na Congregação?
3. Quais foram as atividades realizadas pela congregação no Maranhão?
4. Qual o papel da Igreja de Nossa Senhora da Conceição para a Congregação?
5. Porque a Igreja foi fundada no bairro do Anil?
6. Quais foram as atividades realizadas com os Tenetehara?
7. Qual a importância da Congregação para os indígenas?

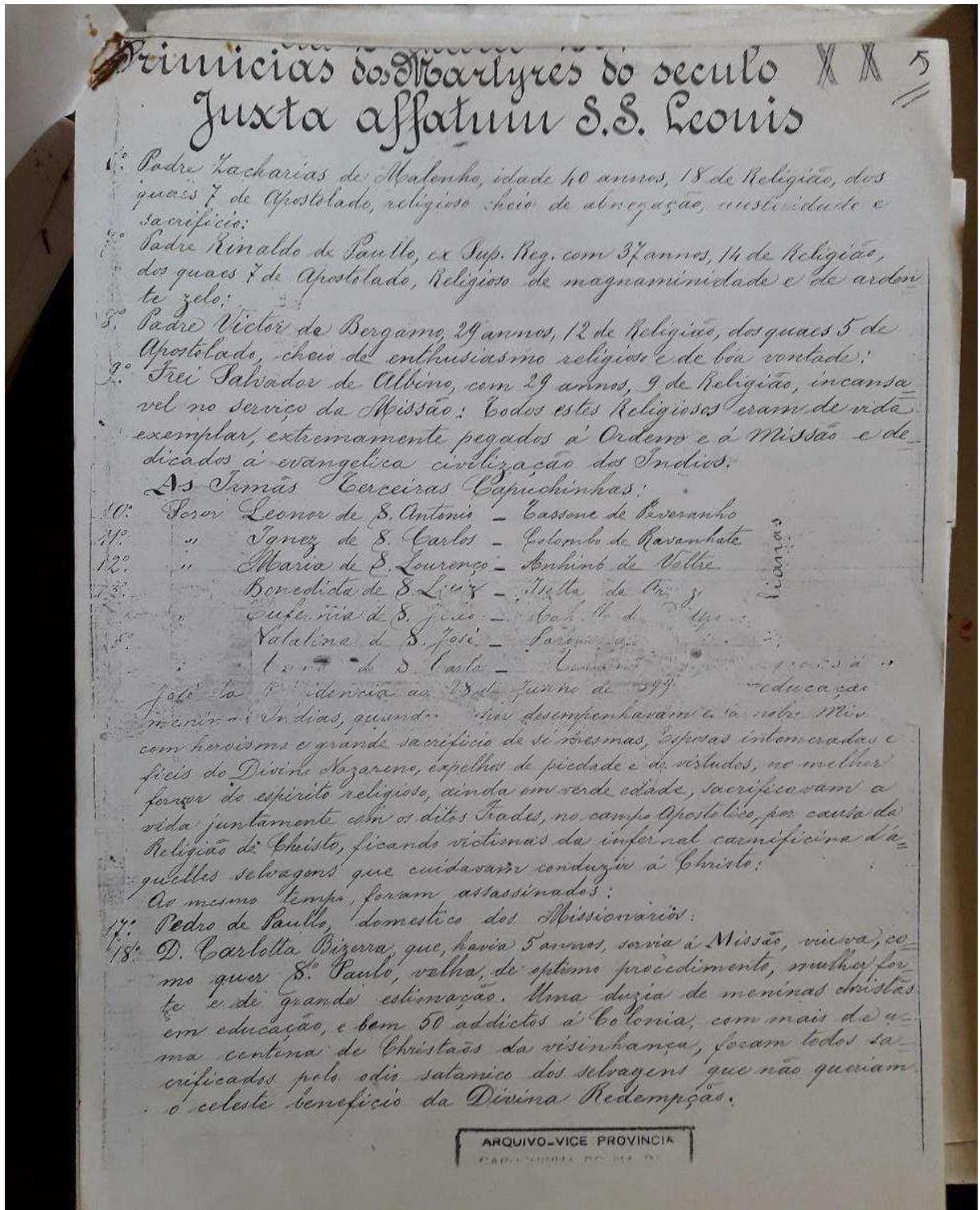
APÊNDICE C- PRAÇA EM BARRA DO CORDA, ONDE ESTÁ ENTERRADO O SUPOSTO “LÍDER” DA *REBELIÃO DE ALTO ALEGRE* JOÃO CABORÉ. NÃO HÁ NENHUMA IDENTIFICAÇÃO SOBRE ELE. SE LOCALIZA EM FRENTE À FUNAI, ESCRITÓRIO DO ORGÃO RESPONSÁVEL PELOS CANELLA.



APÊNDICE D- MAPA DO SERTÃO DE BARRA DO CORDA.



APÊNDICE E- LISTA DE MISSIONÁRIOS MORTOS DURANTE A REBELIÃO DE ALTO ALEGRE.



PACOTILHA

JORNAL DA TARDE

Quarta-feira

Maranhão, 40 de Abril de 1901

Numero 85

PACOTILHA
Jornal da tarde

Fundado por Victor Lobato

Anno XXI

PUBLICAÇÃO DIARIA

É o jornal de maior circulação na capital.
Consta-se a publicação de anúncios pelas mais modernas regras.

Largo do Carmo n. 24

Numero do dia..... 100 reis

anterio..... 200

Assignaturas

Para o interior..... 150000

Avisos Maritimos

COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO A VAPOR DO MARANHÃO

VAPOR "CAPRAL"
Este vapor operará em Pernambuco até o dia 16 do corrente, receberá cargas e passageiros até o dia 17 para os dias Ceará, Pernambuco, Maranhão, Tetya e Maranhão, seguindo desta última porto, depois de curta demora para Manaus com escala pelo Pará, Pernambuco e Ilheus, cargo e valores em conformação com o regulamento de 1900.

COMPANHIA FLUVIAL MARANHENSE

Para Viana e Pindaré
O vapor "Viana" sairá até o E. Central no dia 11 às 4 horas da tarde.
Recorrendo até 10 horas da manhã, passando e encorrendo de 2 horas da tarde. 1227

Vapor Allemão

Este vapor deve sair de Hamburgo em 10 de abril próximo futuro, para esta parte, com escala em Havre, Londres e Lisboa.
Os passageiros
1064 Maga Sobrinho & C.
Lisboa.

VAPOR "LIBONENSE"

Repara-se este vapor, directo da Europa até o dia 17 do corrente a qual depois de pouca demora seguirá viagem para New York com escala pelo Ceará.
Faz-se aos dias os seguintes de volumes com lâmpadas e economias sobre a água para despochar o dentro de 12 horas sem ou favela responsavel pelas despesas.
Para carga e passageiros contactar-se com—Henry Alvim & C. 2209

Photographia União

Genésio Cunha, chama a atenção do publico, para uma grande quantidade de materias photographicas que recebe da despochar, tudo de primeira qualidade, assim como uma colligação de albuminosos, molhos de diversas legendas, priza-retardas de todos os tamanhos, passaport para retratos grandes e pequenos.
Tudo por preços modicos, previne mais que todo o fragua que comprar um album, quando, cu porta-retrato, tem direito a um retrato gratis.
Rua do Sol n. 30, telhphone n. 297. 1150-3

Cigarreiros

Procuram-se contractos de aluguel, a tratar a rua de S. João n. 41 1290-4

Grande sortimento de perfumarias

Das principais perfumarias da Europa e America
Perfumes e cosméticos
Niky, Hing, Hing, Quinta essencia de Honbigan, Skina, Puz d'Espagna, essencia de Honbigan, Policia, Elixir Floral, Royal Honbigan, Holina, Jockey-Club, essencia de Moslay, Colic, Viole-Rosa, Tovo Estorçado, Heliotropo, essencia de Cravo, Galimoco Desodor, Docto, Cyclamo-Royal, Royal Parfum, Chypre, Rosa dos Alpes, Bonquet do Seculo XX.

Atenas A. Sere & Neves
Rua do Sol n. 57 a 13 1320-12

Merccaria Popular

Largo do Carmo n. 1.
Este estabelecimento recentemente aberto, vende todos os generos proprios para consumo das familias por preços muito baixos, e de exacta qualidade.
Vinho Colares galego, em garrafa.
Dois Moscatel, em garrafa.
Cerveja preta e branca.
Escaliva.
Fenijo esmagado.
Pão de lombo em latas.
Linguiças em latas.
Pasta de cacahê de S.
Tamaras em caixas.
Conevas.
Leite condensado.
Queijos pratin e farsengos.
Ditos do Ceará.
Assucar de todos as qualidades e outros muitos generos.
Cerveja refinada do quito, para por discurrir.
Mercadoria Popular—Largo 1275 do Carmo n. 1. 4

Aos ar. Sapateiros

Vende-se cabedais e estalho a preço commoda. 1276-4

Casas

Vende-se de n. 84 a rua do Alorim, 20 a rua do Outubro, 143 e 145 a rua da Madre, 122 e 124 a rua do Norte, esta ultima de canto, propria para estabelecimento commercial.
Vende-se tambem algumas accões do Banco do Maranhão.
Trata-se com—Miguel Sereno—na rua de Mangueira n. 33 1271-6

Vende-se

Móca melada de leite e castor, em perfilho estado.
Travessa da Passagem n. 19. 1207-3

Grande liquidação

De todas as fazendas e miz-das existentes na zona Maranhense. Os proprietarios deste estabelecimento resolveram fazer esta liquidação por qurarem mudar de gyro do negocio.
APROVEITEM-SE
na
CASA Maranhense
E tragão dinheiro não se toma nota. 1228-3

Tintura para cabelo

Tintura para amarrar e evitar a queda dos cabelos.
Despochar
Antônio Alberto & Neves 1120-17

Presuntos

Novos para fambre, vende barato, Manoel José Soares do Anajo. 1273-4

Precisa-se

Na fabrica a Vapor de Calçados Maranhenses do pessoal habilitado para coser nas machinas da propozicao. 1270-2

Atenção

Sítio à venda
Quem pretender comprar um sítio no lado direito da estrada que vai desta cidade a Villa do Paço, a cinco do porto do Carim, medindo 12 metros de frente pela estrada retada, e 12 metros e vinte centímetros pela estrada do Carim do Paço, limitando-se o mesmo terreno, por um lado com as terras de Jaymes Paulo Carneiro, e de outro com o de Womana do tal, com excellentes nasca de viverda e fructifera de pedra e cal e mudeira do Paço, toda coberta de lidas, com maiores compartimentos, muitas plantações, que por mais pretender quem quer a venda de dirigir-se a rua do São João em casa de Raymondo de Motta Ferreira ou ao Catiim com a sra. D. Severa Gonçalves Nina que encontrará com quem tratar. 1277-2

Velas La Chapelle

As verdadeiras velas La Chapelle em caixa de 5 velas.
Despocharam
Antônio Alberto & Neves 1244-13

Costureira e engomadeira

Na rua de Nazareth, casa n. 13, pedras de desmanhar em agulho perfila saário. 1297-3
FABRICA A VAPOR DE CALÇADOS MARANHENSE
Os calçados de boa importancia estabelecimento levam vantagem sobre os outros. Cotadas por serem mais superiores de cabedal superior, e mais baratos 1298-1

Bycicleta

Vende-se uma com pequeno tan, propria para corridas, atraz a rua da Estrella n. 30. 1281-1

Liquidação

DE
Morins
Panno economico de 24000 a peça, por 50000.
Frasco especial de 50000, a peça por 10000.
Boa fazenda de 14000, a peça por 10000.
Avaliadas economicas de 200 peças, por 10000.
Preparo especial de 10000, a peça por 150.
Tachador do 178, peça por 125.
Vacos tudo, de 308 a peça, por 125.
Mudeira de 108 a peça, por 125.
Sem reclame de 134 a peça por 98.
Vende-se de 233 a peça por 98.
Liquida-se na
Loja do Leque 1114

Moveis modernos

Vende-se por preços reducidos, os seguintes
Mobilia de sala, mesa de varanda, guarda-louça, mesa de jantar, guardas roupas, camas, commoda, lavatorio, Talled, reirota.
A tratar na marcenaria de Benedicto Serra & Cia. do 504. 1201-3

Cosinheira

Procuram-se de uma que entenda, professa no melhor do modo antigo, a tratar no sobradinho d'azulejo n. 67, a rua de Sant'Anna de frente do chão vazio. 1291-1

FARINHA PARA PORCO

Vende-se a 100 reis o kilo no CANTINHÃO, ao Caminho Grande, defronte da estrada do Trem. 1170-3
Cacha do Rocha

Para Anjos

São Benedicto

Sapatinhos brancos de polimeno. M-las abertas brancas e de cor-verde. Variadissimo sortimento de fitas de todas as cores e qualidades. Fitas de seda branco, para meias. Ruchos de seda brancos e de cor-verde e artigos proprios para anjos. Despochar-se vende baratissimo a LOJA MARIPOSA. 1087

Loja Mariposa

11 Rua Grande. 11 1173

Para as festas de S. Benedicto

Acaba de receber a mais brilhante e riquissima variedade de fazendas finas e de plantaria, e todas as qualidades e toda variedade de lã. A LOJA MARIPOSA 11 Rua Grande. 11 1173

Teca

Quilotes de S. Bento dos melhores fabricados. Charutos amigos, de Isator, claros e castanhos outros. Bisco de diversas marcas e qualidades em notas caixas. Varias marcas de ditas em maço, que vendem por preço sem compararmos visto serem conseguidos.
Grande sortimento de gravatas.
O' variedade paraty graana. Copiar Guibard e outros.
Vinho do Porto, Constantino d'Almeida e outros.
Tudo por preço sem comparação, vende
Luzias Oliveira & C.
Rua da Calçada n. 71 e 73 1183-12

FABRICA A VAPOR DE CALÇADOS MARANHENSE

Os calçados de boa importancia estabelecimento levam vantagem sobre os outros. Cotadas por serem mais superiores de cabedal superior e mais baratos. 1298-1

Cosinheira

Na casa rua da Paz n. 170, abri-se uma cosinheira. 1205-3

Não ha mais callos!

Quem comprar na fabrica a Vapor de Calçados Maranhenses não diminuirá depois de 10000 um par de botinas de duravel que offerece aos pés toda a com modicidade possivel, verá desapparecer por encanto com terrivel agulho dos pés. 1200-3

Botina Fluminense

De toda da cura, Despochar-se—Paris na America—na rua do Tropicão n. 41. 3 1207

Guaraná guaraná

Novo e de superior qualidade Vende Antonio Alberto & Neves 1155-12

Liquidação de Sorah

Sorah de boa qualidade e de diversas cores, do preço de... 62000 e mais por 28000.
Liquida-se na LOJA DO LEQUE 1109

São Benedicto

Tudo se prepara para anjos, encontram-se no Sul Americano. 1248

Chapeus para senhoras e meninas

Não admitimos competencia a este artigo. SUL AMERICANO 1250

Incontestavelmente

É a loja Mariposa a mais estabelecimento de modas que tem o melhor sortimento de phantasias e objectos de luxo e que prima em vender barato, por isso todos a MARIPOSA. 1094

ANJOS

Para Anjos
Safins de todos os cores. Sorah idéas idéas. Fitas de todas as larguras, Arreinho branco e de cores. Fita de seda e algodão. Ornamentos de cor e polica. Bonés de todas as variedades. Sapatinhos brancos e amarellos. Plumas brancas e de cores. Meias brancas e abertas. Voltas de perolas.
Vende de Bar de lar-aja.
Tudo sobre o barcos No Sul Americano—J. A. reves & F. I. A. 399-3

Funileiros

Procuram-se de dois ou tres para fazer trabalhos de imprenta na Companhia Fabril. A tratar na mesma. 1192-6

Grande novidade!...

Ultima Moda

Despochar-se hoje Chapeus de feltro modo—como chie, 10800.
Ditos de dito dito, 12 6000
Ditos de dito preto, 10000
Ditos de dito cores, 6000
Ditos de feltro preto duros, 14
Ditos de dito duro, 12000
Ditos de dito preto duros 10000
Ditos palhinha branca, 28 00
Banda para cyclistas 15000
Ditos para viagens 22 00
Ditos favela branco, para montelo, 4000
Galgões com biquetas de metal para crista.
Barriguetas de cores para 7800
Ditos pretos para 68 100
Sapato de chique 3200 e 04
Chinillos charol de l. 2. e 3. qualidade para 30 05 e 7500
Chinillos para de pelo 1. e 2. qualidade para 15 e 60000
Sandalias de valado bordado para solista e creação para 12 e 3000
Ditos com cabelo, 4800
Galgões de todas as qualidades para homem e senhoras.
Fumo despocho em lã, abertos lavados em maço e 12 calças e meias todas artigos que se vende por
Preços reducidos

Botina Fluminense

De toda da cura, Despochar-se—Paris na America—na rua do Tropicão n. 41. 3 1207

Aplicoes Graes

Compram J. B. Prado & C. 1084-3

Liquidação

de solta para anjos
Solim especial de 78000 o metro por 26000.
Solim, contum de 48000 o metro por 28000.
LIQUIDA-SE NA LOJA DO LEQUE 1109

Não resta duvida

Quê a Mariposa está dando a lutar na rua Grande, por tem um distribuidor de artigos de phantasias, que vende barato como ninguém, por isso a casa de vye para cor, na MARIPOSA 1. 1128

Guarnições de Vitrinhos

A ultima novidade em guarnições de vitrinhos de todas as cores semo mesmo e que se pode despochar de chie. Despochar e vende a 8000, 100000 12000 !!! 1128

Liquidação

DE CHITAS BOAS
Chitas francezas esportadas de 1600 e mais, por 800.
Chitas inglesas de esportadas de 1400 e mais por 1000, ex.
Liquida-se na LOJA DO LEQUE 1109

Seda Seda

Deslambrao sortimento de seda de todas as cores. Despochar-se
Paris na America 3761

Para noiva

Vest, pralado, ligas e lencas de seda despochar o PARIS NA AMERICA A rua Grande, 1116

BILHAS E MURINGS

Da Bahia e Paris na America e nas Grandes casas com a de S. João. 818

O Paris na America

Despochar-se um esportado cortim de camomila, pretos e de cores, Paris na America, rua Grande, SOA DINHEIRO. 618

Gravatas

Grande sortimento de gravatas em todos os estilos. Despochar-se Sul Americano. 994

AGULHAS PARA MACHINAS

De todas as fabricadas. Vende Antonio Alberto & Neves. 3000-9 Rua do Sol.

Ligas Ligas

De toda da cura, Despochar-se—Paris na America—na rua do Tropicão n. 41. 3 1207

APÊNDICE F- JORNAL "A PACOTILHA"- 1901

Quarta-feira, 10 de Abril de 1901

TELEGRAMMAS Serviço na Pacotilha

M. Paulo, 9 Foi instalado o Congresso Paulista. A policia desta cidade prohibiu que se continuasse a representar o drama «Electric».

Rebentou-se no sentido do presidente da Republica, fazenda desbaratou na Infancia de Londres o trem em que elle via.

Rebentou-se um rebolicho na Mosgola.

Rebentou-se Na eleição resumida para um deputado federal, na vaga do dr. Montenegro, foi eleito o sr. de Oliveira.

Rebentou-se grande abstenção da parte dos republicanos federaes.

Rebentou-se A opposição diz que, apesar de uma abstenção, os chieffes politicos dominantes prepararam a fraude habitual.

PACOTILHA

O futuro orçamento

O projecto de orçamento para o proximo exercicio, estima-se em 2.337.500.000 a receita do Estado neste periodo, sendo 1.201.000.000 de receita ordinaria e o mais de extraordinaria.

A despesa é fixada em 2.330.729.000, apresentando, portanto, o projecto um saldo de sete contos de mil.

E' isso que está publicado; resta saber, porém, si os factos correspondem a essas allegações.

Não fizemos um confronto entre os verbos do recibo assignado nesse projecto e os que se acham na lei do orçamento que recentemente vigorou, mas, ainda assim, uma vez que a despesa não diminuiu e antes cresceu, e como é sabido, as fontes da renda publica em

soffrido sensivel reduçao, não devíamos em ter como mais que problematico o saldo figurado.

Essa reduçao importa na despesa e diminuiu esta, sem que a despesa tenha por que lado decrescido, e a consequencia inevitavel se nos antelha ser a deficiencia da primeira dasaas vertentes para fazer face á segunda.

Estatuante o projecto organimentario apresenta um saldo pequeno excedente, mas não somente, o que indica uma situação financeira regular.

Quando, porém, correspondam á realidade as duas verbas, de facto, a receita montou em 2.437.500.000, pouco mais que a despesa em 2.700.000.000 de saldo não bastando para cubrir as despesas que se antecipam e os encargos devidos ao governo nas disposições grezos do organimento realismo para os servicos abis assignados.

Assim, pois, em vez de saldo o projecto de organimento mantera o deficit; e quando um projecto de organimento é assignado de forma regular, podendo-se ter como certo o desastre financeiro.

Relativo ao fallecimento da senhora M. Mariana L. das Reis Guimarães, a Sociedade Pharmacia Iluminada salda-se hoje o pecullo de Rs. 748.000.

Assim, a 3 horas da tarde, o Agente Costa Bastos faz leitura do mandado, arrequeiro, sequestração, e sequestração etc.

O «Assueto» publicou um supplemento o boletim d' O Norte da Barra do Corda, que dá as noticias do massacre em Alto Alagoas.

Quem quer que não o noticiário do boletim do Instituto S. José da Providencia em Alto Alagoas, os indios feriu no lugar Arroyo e ali exigiram que lhes fosse entregue uma cruz, e filhas d' um dolio, que se achava em companhia da familia ali residente.

Protemporemente feriu a matança e não obstante isso mandaram a quatro pessoas a matança e nove crianças que havia no mesmo prodio, entre estas uma creancinha de peito.

Pretendendo occorér a morte, alguns dos necrosos desta habitação tentaram fugir para o mato, e outros escaparam ao fuzilamento, matando-se a flechada e a tiro.

Estado de hoje o dr. José Augusto Ferreira, professor de Phisica e Chimica da Escola Normal, foi pelo director do estabelecimento designado o dr. Almir Parga Nina para substituição e durante o seu impedimento.

CRANÇAS COM VOMITOS separaram-se radicalmente com o Chimaphylla Albas, de Ar. A. Os mais distinctos medicos da America do Sul e Portugal conhecem a efficacia deste grande medicamento.

Vendo-se na Pharmacia Ferreira Sobrinho. 3P-1

A harem do roqueba da Companhia Parial Maranhense, que está sendo construida de forma regular.

me não entendo com semelhante freguesia.

Folhetim

O Filho de Marat

POR Alexandre Dumas

Tradução de MANUEL PINHEIRO GOMES

LV

ONCE HEUT DE LA DRENTONNE CAMBRIA DE SURPRISE EN TURQUIE

—D'onde saí? —Meu pai? —E onde se apparentou? —Estou já ao lado de Marat, que lhe disse, meu pai? —Que me dizias tu? —Fala, porque, na verdade, eu já

EXERCICIO

Movimento do hoje

Ronda á garnição—capitão Lallo.

3º batalhão de infantaria Estado-maior alfores Modesto

3º batalhão de infantaria Estado-maior alfores Arzozas

O Theatro do Estado vendeu hontem rs. 2.770.000.

Atenas de 1º maio

Atenas de 1º maio, foi muito concorrido o sahimento de cavalleiros da ordem de S. Hermenegildo Costa Nunes Jansen Ferreira, em nome de S. Hermenegildo Jansen Ferreira e Manoel Jansen Ferreira e Hermano Jansen Ferreira, Agente de S. Hermenegildo Jansen Ferreira e Tio J. Ferreira.

O sahimento fez-se á carro, sendo o fardo carregado por netos da flanda, ao o vehiculo em que tinha de ser transportado.

Mais corças, mais da familia e outras e do processo de sua religião estiveram o dia inteiro. O outro se notava distinguindo-se os seguintes:

—dos filhos, com a inscripção: «A minha mãe»

—da exma. esposa do dr. Jansen Mattos—A minha mãe, saudade de filho;

—da exma. esposa do sr. João de Aguiar—A minha mãe, saudade de filho;

—da exma. esposa do sr. Carlos (Páez)—A minha mãe, saudade de filho;

—da exma. esposa do sr. Tarquinio Lopes;

—da exma. esposa do sr. Cripiano Santos—Recordação da familia Cripiano Santos;

—da exma. esposa do sr. João de Aguiar—A minha mãe, saudade de filho;

—da exma. esposa do capitão Alexandre C. de Menezes;

—do coronel Jefferson da Costa Nunes—A minha mãe, saudade de filho;

—do capitão João Marques da Fonseca e Silva.

Foi muito bonito esta cidade o sahimento da flanda e a honra de diversos nomes conhecidos e notáveis, tratam de hontem o dia inteiro, em demonstração de amor pelo seu fallecimento.

FRAQUEZA GERAL

Radicalmente cura-se com o Vinho Serravallo, de dr. A. A. e o melhor tonic medicinal e o mais activo estimulante do sistema nervoso deprimido.

A venda na Pharmacia Ferreira Sobrinho. 100

Dr. sr. Forester Junior e C. succedem-nos com um pacote do «Café Cameroun», fabricado na cidade de Fuzuro, no Estado do Alagoas.

Vem o pacote acompanhado d' um recibo, em que se reconhece a qualidade e a pureza do café, e a garantia de que se trata de um café de primeira qualidade.

O sr. Manoel Jorge Valente pretos hoje um Alibano, de pouco tempo de idade, de 5 1/2 horas da manhã.

Rua do platico hoje a Pharmacia de sr. Luiz Antonio de Gama, a rua Grande.

—Sim, meu pai, e, d'isso dir-lhe, o sr. conde d'Artois morreu em muito bom tempo.

—Então, vamos, acaba, minha pobre filha!

—Meu pai, eu não posso fazer mais do que repetir o que já lhe disse.

—Então, repete!

—Pois se conté-lhe que, depois da partida do sr. conde d'Artois, que me deixava para o mundo, era o sr. Christiano, que se achava na cidade de Fuzuro, que se achava na cidade de Fuzuro, que se achava na cidade de Fuzuro.

—Ah! exclamou Rófil, agora é que me peçoo perfeitamente: o que meo o corpo, que vou fazer se não deixava para o mundo, era o sr. Christiano, que se achava na cidade de Fuzuro, que se achava na cidade de Fuzuro, que se achava na cidade de Fuzuro.

ARREBOLTO CIVIL

Comissão do Capital

9 de Abril

Manifestações

Não houve registro.

Atas

Hospitalidade da Costa Nunes

Atas

ARREBOLTO CIVIL

Comissão do Capital

9 de Abril

Manifestações

Não houve registro.

Atas

Hospitalidade da Costa Nunes

Atas

ARREBOLTO CIVIL

Comissão do Capital

9 de Abril

Manifestações

Não houve registro.

Atas

Hospitalidade da Costa Nunes

Atas

ARREBOLTO CIVIL

Comissão do Capital

9 de Abril

Manifestações

Não houve registro.

Atas

Hospitalidade da Costa Nunes

Atas

ARREBOLTO CIVIL

Comissão do Capital

9 de Abril

Manifestações

Não houve registro.

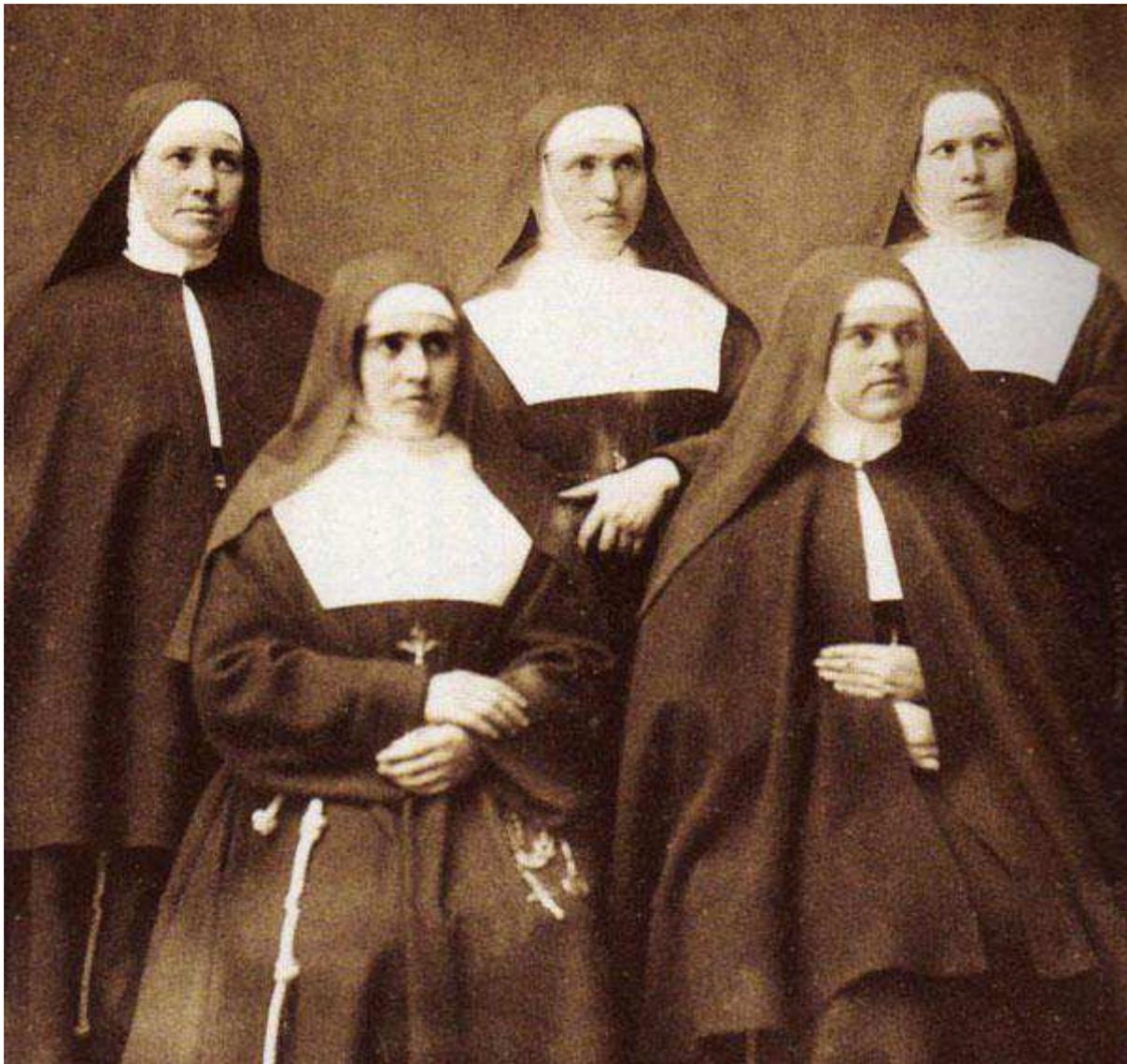
Atas

Hospitalidade da Costa Nunes

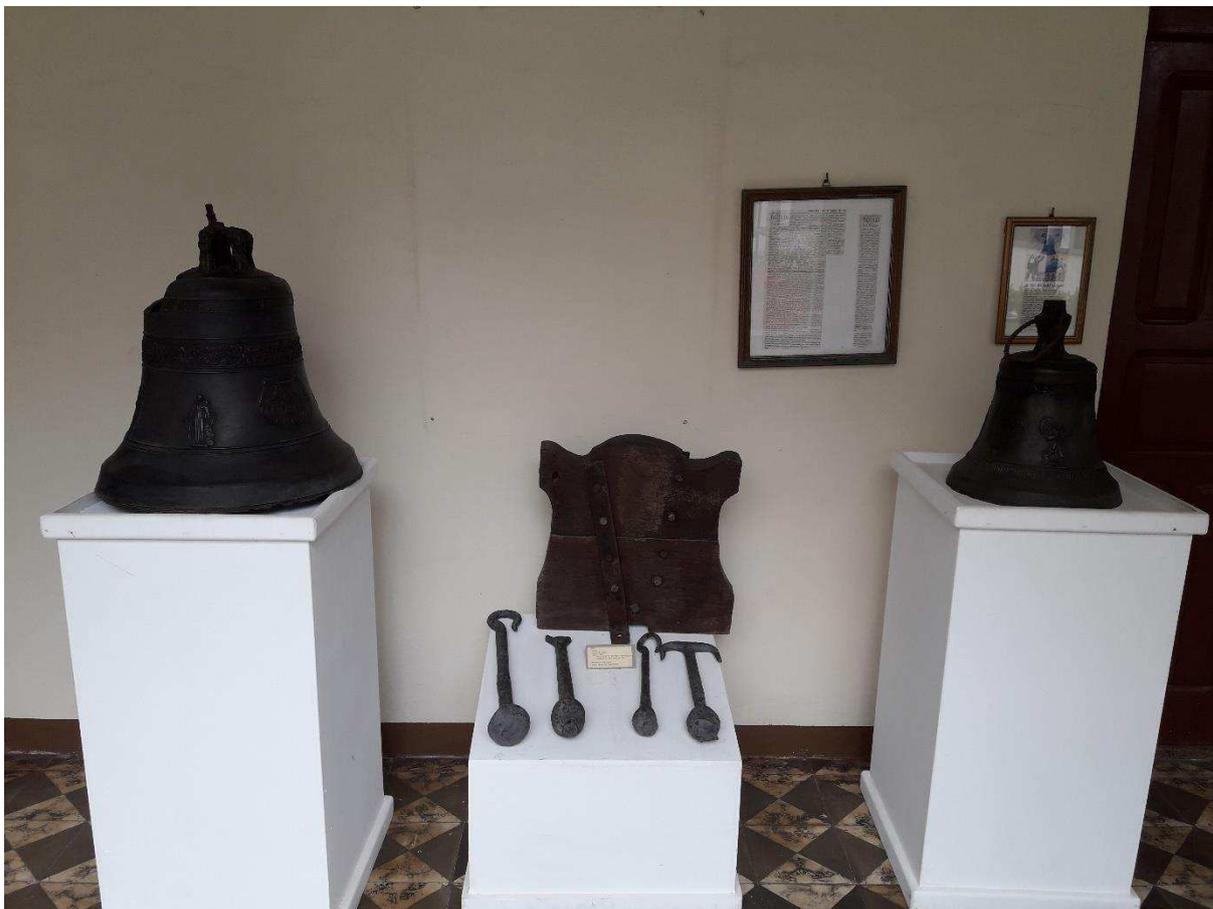
Atas

(Continua)

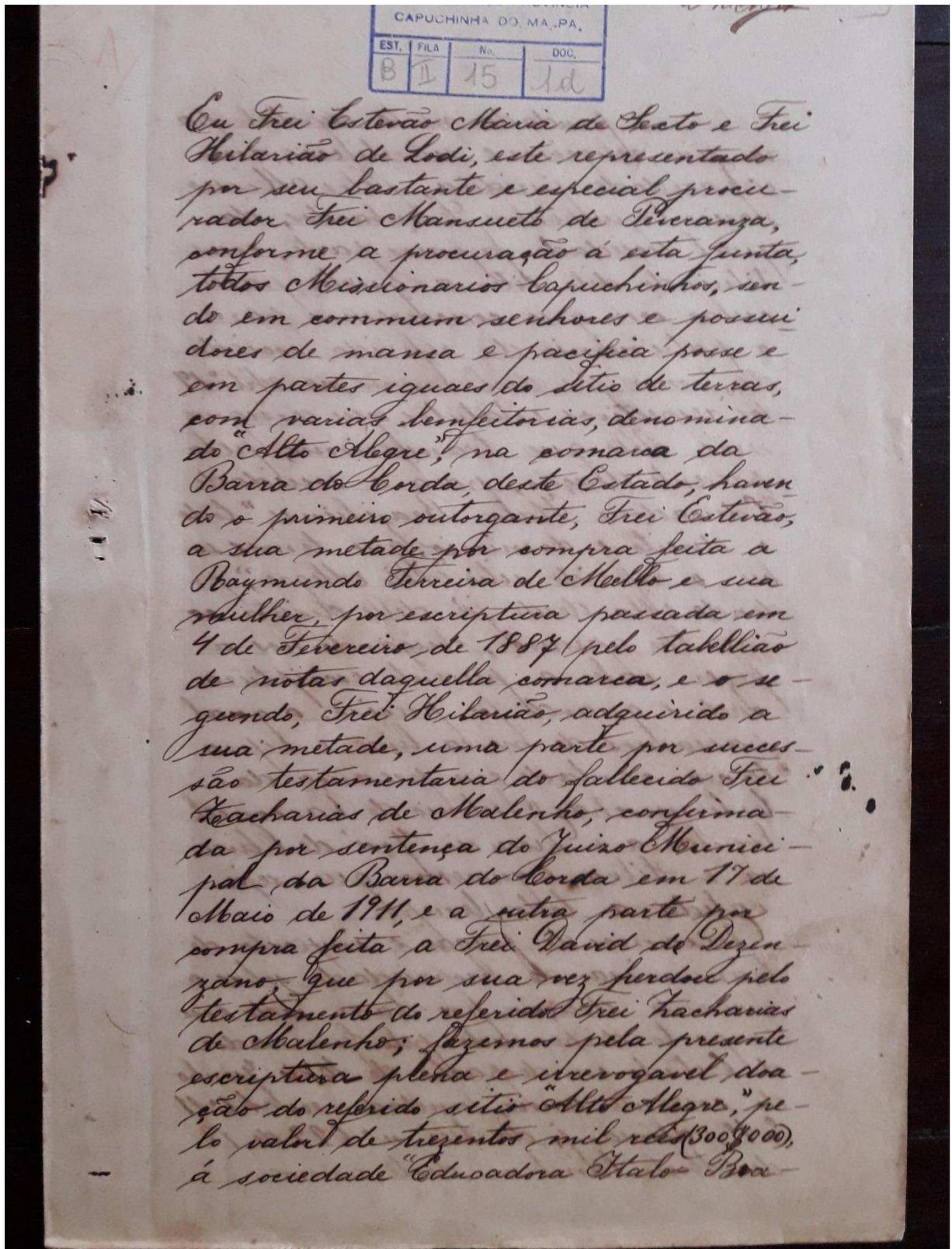
APÊNDICE G- IRMÃS DA CONGREGAÇÃO RUBATTO MORTAS DURANTE A REBELIÃO DE ALTO ALEGRE.



APÊNDICE H- SINOS DA CAPELA DE SÃO JOSÉ DA PROVIDÊNCIA, PALCO DA MORTE DOS FRADES E FREIRAS EM ALTO ALEGRE.



APÊNDICE I- ESCRITURA DE POSSE DAS PROPRIEDADES DOS CAPUCHINHOS NO SUL DO MARANHÃO.



APÊNDICE J- EXTRATO DE COMPRA DO SÍTIO EM ALTO ALEGRE, EM 1912.

Bócher 1

Contracto.

Frequencia do immovel:
 Santo Luiz do Burro do Cordo.
 Predominancia do immovel:
 Alto Alegre.
 Condicoes e caracteris-
 ticas do immovel:
 Sitio de terras, com benefito-
 rias.

Nome e domicilio do ad-
 quirente:
 Sociedade "Educadora Estado-Par-
 sibilense", com sede em S. Luiz
 do Maranhão.

Nomes e domicilios dos
 transmissores:
 Frei Estevão Maria de Sa-
 to, residente em S. Luiz do Ma-
 ranhão, e Frei Feliciano de
 Godi, residente actualmente
 em Paris, de Paris.

Titulo de transmissao:
 Doação.

Forma do titulo:
 Escriptura particular.

Valor do contracto:
 Trezentos mil reis (300000).

S. Luiz do Maranhão 16 de Agosto 1912
 Frei Estevão Maria De Sesto
 Residente da Associação

